



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Thaís Cristina Felipelli Vaquero

**Evidências de democracia técnica na administração de controvérsias da Área de
Proteção Ambiental da Baleia Franca**

Florianópolis

2021

Thaís Cristina Felipelli Vaquero

**Evidências de democracia técnica na administração de controvérsias da Área de
Proteção Ambiental da Baleia Franca**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Administração da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de Mestre em
Administração.
Orientador: Prof. Renê Birochi, Dr.

Florianópolis

2021

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC**

Vaquero, Thais Cristina Felipelli
Evidências de democracia técnica na administração de
controvérsias da Área de Proteção Ambiental da Baleia
Franca / Thais Cristina Felipelli Vaquero ; orientador,
Renê Birochi, 2021.
113 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Administração, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Administração. I. Birochi, Renê. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

Thaís Cristina Felipelli Vaquero

**Evidências de democracia técnica na administração de controvérsias da Área de
Proteção Ambiental da Baleia Franca**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Helena Kuerten de Salles Uglione, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Paula Chies Schommer, Dr.(a)

Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Administração.

Prof.(a) Renê Birochi, Dr.(a)

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Renê Birochi, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado à minha amada mãe e meu amado pai, sou infinitamente grata à nossa família.

"Não era se fazendo ouvir, e sim permanecendo lúcido, que você levava adiante a herança humana". (ORWELL, 2021 p. 28)

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Renê Birochi pela atenção e orientação.

Às Professoras Dra. Helena e Dra. Paula pelas participações e contribuições na banca.

À Universidade Federal de Santa Catarina, seus professores, servidores e sua estrutura.

Às agências de fomento de pesquisas científicas: CAPES, CNPq e FAPESC.

Aos amigos, amigas e colegas, em especial à Clara San Martin, Ilane Frank, Lunara Stollmeier, Luciana Kohara, Thamy Pfingsten, Larissa Segui e Luiza Castro, com quem as conversas anteriores e ao longo desse trabalho iluminaram os caminhos.

A todos e todas que ao longo de suas vidas intentaram a evolução da consciência humana.

Aos meus avôs e avós maternos e paternos, pelo afeto e as trajetórias inspiradoras.

Ao meu pai Celso e minha mãe Nina, por todo o amor, conhecimento, paciência e dedicação.

Aos meus irmãos Gustavo e Rogério por tanto amor, compreensão e união.

Aos meus sobrinhos Diego, Isabella e Athos, a existência de vocês espalha alegria e renova meu espírito.

RESUMO

Essa dissertação teve como o objetivo compreender em que medida as reuniões e os diálogos para a realização do seminário Faróis da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) expressam uma administração que age para a democracia técnica no seu território. Em quatro meses de campo, por meio do estudo de caso e da observação participante, as reuniões para realização do seminário foram analisadas visando abarcar a forma de gerir dos conselheiros do Conselho Gestor da Unidade de Conservação. Com o suporte teórico na Teoria ator-rede e seus novos desdobramentos, o ensaio, ainda sem tradução no Brasil e intitulado *Acting in an uncertain world* de Callon, Lascoumes e Barthe, as incertezas, as controvérsias e os debates na busca por soluções necessárias para realização do evento foram analisados. Os dados coletados foram aproximados dos conceitos teóricos, mensurando, inclusive, o grau de democracia técnica dos encontros aplicando-se os critérios estabelecidos pelos autores. Evidenciou-se que, durante os encontros para a realização do seminário, a administração da APABF, em grande medida, agiu e promoveu a democracia técnica no seu território.

Palavras-chave: Democracia técnica. Fóruns híbridos. Democracia dialógica.

ABSTRACT

This study aimed to understand to what extent the meetings and dialogues for the realization of the seminar Faróis da APABF express an administration that acts for technical democracy in its territory. In four months in the field, through the case study and participant observation, the meetings to carry out the seminar were analyzed in order to understand the management of the councilors of the Conservation Unit Management Council. With theoretical support in the actor-network theory and its new developments, the essay, still untranslated in Brazil and entitled *Acting in an uncertain world* by Callon, Lascoumes and Barthe, the uncertainties, controversies and debates in the search for necessary solutions to the event were analyzed. The collected data were approximated to the theoretical concepts, even measuring the degree of technical democracy of the meetings, applying the criteria established by the authors. It was evident that, during the meetings for the seminar, the administration of APABF, to a large extent, acted and promoted technical democracy in its territory.

Keywords: Technical democracy. Hybrid forums. Dialogic democracy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras artigos da amostra	22
Figura 2 – Banner divulgação do Seminário	64
Figura 3 - Divulgação do Seminário no site do CONAPABF	65
Figura 4 - Divulgação do Seminário no site Notícia UFSC	67
Figura 5 - Critérios de avaliação proposto na 1ª Reunião Comissão Edital Faróis	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos teóricos centrais para as análises.....	50
Quadro 2 - Entidades Conselheiras CONAPABF (biênio 2019-2020).....	58
Quadro 3 – Grau de diálogo dos fóruns para realização do seminário Faróis APABF	90
Quadro 4 – Grau de implementação dos procedimentos para realização do seminário Faróis APABF	90
Quadro 5 – Iniciativas inscritas no edital do seminário Faróis APABF	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de artigos em língua portuguesa.....	22
Tabela 2 - Relação de artigos em língua estrangeira.....	23
Tabela 3 - Grau de diálogo dos procedimentos em fóruns híbridos.....	37
Tabela 4 - Critérios de implementação de fóruns híbridos	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA Área de Proteção Ambiental

APABF Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONAPA Conselho Gestor da Área de Proteção

CONAPABF Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca

COVID-19 'CO' significa corona, 'VI' significa vírus e 'D' significa doença. Anteriormente, esta doença era conhecida como 'novo coronavírus de 2019'

ECA Estudos Críticos em Administração

EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FH 2.0 Fóruns Híbridos 2.0

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ONGs Organizações Não Governamentais

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TAR Teoria Ator-Rede

UC Unidade de Conservação

UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS	20
1.1.1	Objetivo Geral.....	20
1.1.2	Objetivos Específicos	20
1.2	LACUNA, JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1	TEORIA ATOR-REDE	26
2.2	AGINDO EM UM MUNDO INCERTO: DEMOCRACIA TÉCNICA E FÓRUNS HÍBRIDOS PARA DECISÕES DE CONTROVÉRSIAS SOCIOTÉCNICAS.....	32
2.2.1	Definições.....	32
2.2.2	Fóruns híbridos: casos práticos.....	40
3	METODOLOGIA.....	47
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	53
4.1	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A APA DA BALEIA FRANCA.....	53
4.2	DESCRIÇÃO DO CONSELHO DA APA DA BALEIA FRANCA – CONAPABF.....	56
4.3	DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: OS FÓRUNS PARA A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO FARÓIS DA APABF.....	60
4.4	ANÁLISE DOS FÓRUNS: CONTROVÉRSIAS CENTRAIS.....	75
4.4.1	Controvérsias	77
<i>4.4.1.1</i>	<i>Extemporaneidade na participação do ICMBio para condução, promoção e publicação do edital.</i>	<i>78</i>
<i>4.4.1.2</i>	<i>Os critérios para a emissão do selo de boas práticas para o território da APABF.....</i>	<i>79</i>
<i>4.4.1.3</i>	<i>Os critérios de avaliação das inscrições.....</i>	<i>83</i>
4.5	ANÁLISE DO GRAU DE DEMOCRÁCIA TÉCNICA DOS FÓRUNS.....	89
4.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92

REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE A – Edital para seleção de projeto para o I Seminário Faróis de Boas Práticas da APA da Baleia Franca.....	101
APÊNDICE B – Inventário das iniciativas inscritas no seminário faróis da APABF	110
ANEXO A – Declaração de autorização de coleta e análise de dados	113

1 INTRODUÇÃO

A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) é uma unidade de conservação criada em setembro de 2000. Conta com 130km de costa marítima, possui área de 156 mil hectares e abrange nove municípios – indo desde o sul da ilha de Santa Catarina até o Balneário Rincão. As finalidades para a sua existência são: proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral, garantir o uso racional dos recursos naturais, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas e coordenar o uso turístico e recreativo bem como as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves. (ICMBIO, 2020) (BRASIL, Decreto n. 9.027, de 14 de setembro de 2000, 2000)

Sua administração é norteada pelo princípio da gestão participativa. Desta forma, em 2005, foi instituído um conselho gestor da unidade, o CONAPABF, que busca contemplar em sua estrutura a representação da diversidade da sociedade civil que integra o seu território – o conselho é formado atualmente por 42 entidades, contendo representantes do setor público, de usuários do território e de organizações da sociedade civil. Para citar exemplos, há representantes das Prefeituras Municipais de Garopaba, Imbituba e Laguna, assim como da EPAGRI, do IPHAN, da UFSC e da UDSC somados a representações de ONGs ambientalistas como a Associação R3 Animal, a Fundação Gaia e o Instituto Baleia Franca além de representantes de usuários de recursos do território como da Associação de Moradores da Praia de Naufragados, da Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibraquera e das Associações Empresariais de Imbituba, Laguna e Garopaba. (CONAPA, 2020; COSTA, 2019; DELFINO, 2017)

Tal conselho tem importância central na gestão da unidade pois é um espaço público de controle social, no qual as controvérsias e potencialidades do território são reconhecidas e analisadas por todos os seus integrantes, visando sua superação por meio da busca incessante por soluções articuladas entre os seus atores sociais. (COSTA, 2019)

Um dos principais desafios da gestão da APABF foi a elaboração do Plano de Manejo da unidade – respeitando o princípio norteador da gestão participativa. Com ampla atuação dos atores sociais do território em sua preparação, esse plano se materializou através de um documento técnico, denominado plano de manejo, que prevê o zoneamento e as normas de uso da unidade de conservação. Desde sua elaboração, a intenção é que o plano de manejo seja um “pacto social” garantidor de um desenvolvimento sustentável e diferenciado para o território. (COSTA, 2019; DELFINO, 2017; ICMBIO, 2020)

Além dos conselheiros, da equipe do ICMBio e de consultores que atuaram ativamente na construção do plano de manejo, o processo também contou com a colaboração de diversos atores sociais, que se mobilizaram para além das representações institucionais do CONAPABF, destacando os pescadores artesanais que foram ouvidos em diversas oficinas realizadas em suas comunidades. (ICMBIO, 2020)

Assim, em fevereiro de 2019, o plano de manejo da APABF foi disponibilizado pelo ICMBio e está acessível a todos em seu portal na internet. Tal documento deve orientar a gestão da APABF nos próximos anos. (ICMBIO, 2020)

Mas a existência do plano de manejo por si só não garante que sua implementação prossiga. Nesta etapa, portanto, o desafio que se coloca para a APABF, seu conselho gestor e seus atores sociais é o de continuar acompanhando e viabilizando o que fora planejado.

E, neste momento, é relevante lembrar que, mesmo antes da lei que criou a unidade de conservação, o território já possuía certa organização e articulação social orientadas para a sustentabilidade ambiental. E, após a criação da APABF e de seu conselho, essa articulação social foi sendo gradativamente institucionalizada através de leis, normas e práticas locais. Assim, começou-se a construir o reconhecimento por parte das organizações que já compunham o território de uma nova estrutura organizacional e o início do estabelecimento de acordos sociais mais sustentáveis, que visassem a adequação entre a diversidade de interesses e objetivos dos grupos que a formam. (COSTA, 2019; DELFINO, 2017)

De maneira participativa e contando com investimento em treinamento e capacitação, representantes das organizações do território se reuniam para o tratamento das dúvidas e incertezas quanto às ações a serem adotadas - já que uma conduta que busca equilibrar interesses econômicos, sociais e ambientais com o propósito de alcançar o desenvolvimento sustentável, invariavelmente, terá de tratar de controvérsias, ou seja, conflitos e disputas sociotécnicas. Desta forma, questões referentes aos benefícios ou malefícios da ação humana sobre as baleias; ou quanto às permissões à ocupação humana em ambientes altamente sensíveis para a flora e fauna vinham sendo abordadas e debatidas de maneira deliberativa no CONAPABF. E, gradativamente, se formavam decisões conciliadas, que regulavam, por exemplo, a abertura de barra de lagoa de Ibiraquera, as restrições às atividades de pesca, sobretudo a pesca industrial, o protocolo de encalhes de baleias, o turismo embarcado para avistagem de baleias e as práticas esportivas, em especial o surf, no território; ou, ainda, reorientavam iniciativas econômicas para a construção de condomínios residenciais ou industriais, rodovias, empresas e portos. Isto tudo ocorreu ao longo de uma caminhada de

aproximadamente 14 anos – que vai desde a criação do CONAPABF até a efetiva publicação do plano de manejo do território. (COSTA, 2019; DELFINO, 2017; ICMBIO, 2014)

Ou seja, antes mesmo da existência do plano de manejo, atores sociais do território, por meio de seu conselho, já vinham desenvolvendo competências para examinar e deliberarem sobre as suas controvérsias, articulando conhecimentos que resultam no estabelecimento de pactos sociais e acordos para a proteção e manutenção do território. Tais atos simbolizam que a APABF vem buscando estabelecer arranjos de mediação social entre os conhecimentos técnico, científico e popular com as mais variadas organizações e atores das comunidades de seu território.

Relembrar, reconhecer e qualificar tais ações dos atores sociais desta unidade de conservação, neste momento, é uma oportunidade para resgatar e fortalecer a memória de sua trajetória, que é permeada de debates e deliberações para a decisão de controvérsias sociotécnicas do território. O reconhecimento dessas ações e de suas iniciativas inovadoras poderá, também, contribuir para a sua replicação e difusão ao longo de todo o território e para além dele.

Assim, no segundo semestre de 2020, o CONAPABF publicou um edital de seleção de projetos para realizar um seminário online - já que o período era o de isolamento social devido à pandemia do COVID-19. A intenção do seminário é a de identificar e premiar iniciativas emblemáticas de sustentabilidade ambiental, social e de desenvolvimento do território. Os seus idealizadores denominaram tais iniciativas como os “faróis” do território, numa alusão aos faróis para a navegação marinha, que auxiliam na orientação e direcionamento dos rumos de uma embarcação. Além desse objetivo principal, o edital também procurou conciliar a realização desse seminário com as comemorações de 20 anos da APABF e de 15 anos do CONAPABF.

A trajetória e os desafios da APABF nos remetem refletir sobre este fenômeno empírico através da lente teórica demarcada pela teoria ator-rede e por seus desdobramentos mais atuais, tais como a abordagem proposta por Michel Callon, Pierre Lascoumes e Yannick Barthe - em ensaio sobre a democracia técnica (em contraponto à democracia representativa), no livro ‘Agindo em um mundo incerto’¹. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)

Neste livro, os autores desenvolvem o conceito de fóruns híbridos – espaços de discussão e negociação entre atores sociais heterogêneos visando a formulação deliberativa de

¹ *Acting in an uncertain world* - ainda sem tradução em português.

normas técnicas e sociais que tratem de controvérsias, que envolvem relevante nível de incertezas, comuns ao grupo. Nestes fóruns as controvérsias são reconhecidas e debatidas de maneira deliberativa entre todos os participantes. Este processo visa promover o diálogo e a troca de conhecimentos, objetivando alcançar um mais amplo entendimento científico, social e cultural das controvérsias, bem como indicar recomendações negociadas a respeito de ações e decisões debatidas pelo grupo.

Mas antes, os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009) iniciam o livro reconhecendo que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem um considerável impacto na vida do cidadão. Esse desenvolvimento trouxe consigo problemas dos mais variáveis domínios do conhecimento – nas esferas política, econômica e ética. Reconhecem, ainda, que o consenso é comumente uma máscara que esconde relações de dominação e exclusão. Assim, percebem que a democracia não florescerá se visar acordos consensuais a todo custo. E, enxergam na política a arte de lidar com desacordos, conflitos e oposições. Mas, concluem que, aparentemente, as instituições políticas atualmente disponíveis não estão suficientemente capacitadas para gerir a ciência e a tecnologia. Assim, sugerem que a política deve ser enriquecida, expandida, estendida e melhorada para se tornar o que alguns chamam de democracia técnica, ou seja, uma democracia com habilidade de absorver os debates e as controvérsias despertadas pela ciência e pela tecnologia.

Os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009) frisam a importância de aceitar o fato de que o conhecimento técnico não é o único conhecimento possível, reconhecendo a riqueza e a relevância do saber desenvolvido pelos leigos². E afirmam que aqueles que criam e participam de novos experimentos que visam a construção de um balanceamento das decisões entre os diversos atores sociais, estão contribuindo para a missão mais ampla e nunca concluída da democratização da democracia - ou seja, o controle pelas pessoas de seus próprios destinos.

Com base no apresentado, é possível notar que ao se chegar em um plano de manejo participativo - que levou em conta os aspectos territoriais, culturais e ambientais, assim como as suas controvérsias, e que desde a sua formulação já foi caracterizado como um “pacto social” visando o desenvolvimento sustentável para o território - a APABF e seus atores sociais deram um importante passo em direção ao que pode ser entendido como uma iniciativa de vanguarda na administração e gestão social sob a ótica da democracia técnica.

² No original em inglês, os autores utilizam o vocábulo *laypersons*, cuja tradução direta para a língua portuguesa é “leigos” ou “leigas”. Nesta dissertação, este termo será, frequentemente, substituído pelo termo “não especialistas”.

No entanto, o processo continua em andamento. Agora ainda há questões importantes a serem endereçadas, tais como: de que maneira estão sendo tratadas as novas controvérsias suscitadas após a publicação do plano de manejo? Ainda há engajamento e a participação dos atores no tratamento de suas disputas?

Há também questões relevantes relacionadas às mudanças nos contextos sociais e políticos atuais, tais como: Quais são os impactos da pandemia do COVID-19 na gestão da unidade de conservação? De que maneira a APABF e seu território estão reagindo aos direcionamentos das recentes políticas ambientais? Por que desde 2018 o ICMBio não promove seminários para premiação de iniciativas inovadoras em todas as unidades de conservação do país, considerando que o Instituto realizou tais eventos em anos pregressos (2014, 2016 e 2017)?

Mas, fundamentalmente, o que se pretende com a presente dissertação é compreender, por meio de minha observação participante nas reuniões para execução do seminário “Faróis da APABF”, em que medida os processos e dinâmicas para a realização do evento indicam uma administração que age para a democracia técnica no seu território. Com este propósito, as reuniões preparatórias para a realização do seminário são objeto de minhas análises, avaliando a participação de seus integrantes – que exceto por mim, conta exclusivamente com conselheiros do CONAPABF – e o diálogo deliberativo para o tratamento das controvérsias relacionadas à concretização do evento. Uma vez que esse evento se caracteriza como um fórum em que diferentes atores sociais almejam apresentar as suas ações no território. Tais ações e seus efeitos tendem a evidenciar as negociações e disputas que ocorrem na unidade de conservação. Elas são ainda representativas de interesses e valores, simbolizados por meio de iniciativas de desenvolvimento sustentável na APABF.

Em torno desse propósito principal, desdobram-se perguntas adicionais que também mobilizam esta pesquisa: a comissão para realização do seminário pode ser tratada como um fórum híbrido? Por quê? Quais são as iniciativas sociais e as organizações que buscam o reconhecimento de suas práticas no seminário? Quais são as evidências encontradas no processo de inscrições das iniciativas, recebidas pela comissão do seminário, que podem indicar sinais de persistência das controvérsias do território, ou, inversamente, sinais de superação/conciliação dessas disputas?

1.1 OBJETIVOS

A seguir apresentarei os objetivos geral e específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender em que medida as reuniões e os diálogos para a realização do seminário Faróis da APABF expressaram uma administração que age para a democracia técnica no seu território.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever as reuniões e os diálogos para a realização do seminário “Faróis da APABF”;
- b) Especificar quais foram as controvérsias identificadas para a realização do seminário e como foram tratadas pelos atores – articulando com os conceitos teóricos apresentados;
- c) Analisar se as reuniões para realização do seminário podem ser consideradas um fórum híbrido com base no grau de democracia técnica – aplicando os seis critérios estabelecidos por Callon, Lascoumes e Barthe (2009).

1.2 LACUNA, JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

Com o intuito de melhor delimitar a lacuna teórica subjacente ao objeto aqui investigado, realizei, no dia 12/04/2020, uma pesquisa documental exploratória em toda a base do portal de periódicos da CAPES. Iniciei uma busca que contivesse as palavras exatas “fóruns híbridos” ou “fórum híbrido”. Essa busca retornou com apenas 10 artigos – a título de comparação, a mesma busca foi feita com as palavras em inglês “*hybrid forum*” e “*hybrid forums*” e retornou com 243 artigos.

Já em 11/07/2020, após recomendação da banca de qualificação para validação da lacuna, realizei uma busca exploratória complementar no mesmo portal. Nessa ocasião, empregando o termo exato “democracia técnica” e aplicando o filtro somente artigos e

excluindo aqueles que fossem em outro idioma além do português. Retornado, dessa forma, seis documentos que após passarem por revisão sistemática – excluindo editoriais, apresentações e duplicidades – totalizaram três artigos. Apenas para comparação, na mesma data, realizei busca análoga com o termo em inglês “*Technical Democracy*”. Esta pesquisa retornou 171 artigos revisados por pares.

Analisando o resultado dessas buscas, que será detalhado nos próximos parágrafos, há evidências das lacunas no desenvolvimento do tema democracia técnica e fóruns híbridos no Brasil, bem como do potencial e da relevância para avançar com novas pesquisas no campo dos estudos organizacionais críticos em Administração – uma vez que somente um artigo brasileiro resultante da busca foi publicado em revista da área (FORNAZIN; JOIA, 2015); além disso, a democracia técnica e os fóruns híbridos são desdobramento da teoria ator-rede e, de acordo com os autores (ALCADIPANI & TURETA, 2009, p. 418), esses novos desenvolvimentos da TAR fizeram com que ela se tornasse ainda mais atrativa aos estudos críticos em administração, pois “reconhecem que as ordens estabelecidas não são inevitáveis e podem ser de outras maneiras, rejeitam as suposições positivistas e não seguem a racionalidade “meio/fim”, que reforça o estado estabelecido das coisas”.

Os artigos resultantes da busca em língua portuguesa estão acessíveis em diversas coleções, são elas: *Scielo e Scielo (CrossRef)*, *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*, *Scopus (Elsevier)*, *Sociological Abstracts*, *Scielo Brazil*, *Onefile (GALE)* e *Social Sciences Citation Index (Web of Science)* - indicando a amplitude da busca.

Analisando brevemente os artigos, foi possível identificar que o tema começou a ser abordado, em língua portuguesa, a partir de 2011 – com lacunas em 2012 e em 2020 (até o período da busca exploratória).

Assuntos relacionados ao campo da Política foram debatidos em ao menos três artigos – tratando de subtemas como a integração da mobilização social no campo político; a judicialização da política e os sorteios na política (mecanismo ainda pouco difundido na América Latina que seleciona cidadãos aleatoriamente para tomar decisões (RUBIÃO, 2018)).

Já os campos do Meio Ambiente e da Saúde contaram com contribuições que ponderaram sobre questões como direito ambiental; governança ambiental; o conceito de território; a gestão da educação e do trabalho na saúde e o sistema de informação em saúde.

Há ainda contribuições relacionadas às tecnologias digitais, sendo uma sobre o padrão tecnológico da TV digital no Brasil; e a outra, uma análise de *posts* realizados no *Twitter* na semifinal entre Brasil e Alemanha na Copa do Mundo FIFA.

Os artigos estão publicados em diversos periódicos – não havendo destacável tendência de revistas com publicações sobre o tema.

Utilizando a ferramenta *Word clouds*, foi gerada uma nuvem de palavras empregando as palavras-chave dos artigos em língua portuguesa. É possível visualizar a representatividade das palavras: teoria ator-rede, controvérsias, democracia, participação, informação, pública e social.

Figura 1 - Nuvem de palavras artigos da amostra



Fonte: dados da pesquisa (2020)

A seguir, apresento a tabela 3 relacionando os 13 artigos resultantes da pesquisa no portal CAPES das palavras-chave “fórum híbrido”, “fóruns híbridos” e “democracia técnica”:

Tabela 1 - Relação de artigos em língua portuguesa

#	Título	Autor
1	Gestão da educação e do trabalho na saúde: enfrentando crises ou enfrentando o problema?	Feria, Alcindo Antonio; Possa, Lisiane Boer
2	As vias de integração da mobilização social no campo político.	Teisserenc, Pierre

3	Remontando a rede de atores na implantação de um sistema de informação em saúde.	Fornazin, Marcelo ; Joia, Luiz Antonio
4	Direito, ambiente e emancipação social	De Carvalho, Lidiane Eluizete
5	Democratizar a jurisdição constitucional? O caso das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal	Marona, Marjorie; Rocha, Marta Mendes da.
6	Democracia técnica e lógicas de ação: uma análise sociotécnica da controvérsia em torno da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD	Sayonara Leal; Eduardo Raupp de Vargas
7	Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais	Teisserenc, Pierre; Teisserenc, Maria José da S. A.
8	O problema da <i>expertise</i> e as questões da governança ambiental	Létourneau, Alain
9	#vergonhabrasil: controvérsias midiaticizadas no <i>Twitter</i> durante e após o jogo Brasil 1 x 7 Alemanha	D'andréa, Carlos
10	O sorteio na política: como os mini públicos vêm transformando a democracia	Rubião, André
11	A injunção da participação no campo ambiental ou a questão da incorporação dos "públicos" nos espaços de discussão	Jean-Paul Billaud
12	Controvérsias na padronização do <i>middleware</i> de interatividade da TV digital brasileira: democracia técnica à prova do dispositivo de normatização da inovação Ginga	Sayonara Leal
13	Os usos discursivos da ciência e da tecnologia nas disputas políticas ambientais	João Vicente Barroso Dacosta Lima

Fonte: Portal CAPES - dados da pesquisa (2020)

Com a intenção de se obter uma amostra das produções internacionais, fez-se nova busca utilizando-se a mesma base do portal de periódico CAPES, mas, dessa vez, com as palavras-chaves em inglês e selecionando os 10 artigos mais acessados. Resultando na seguinte relação de artigos:

Tabela 2 - Relação de artigos em língua estrangeira

#	Título	Autor
1	<i>Downstream Effects of a Hybrid Forum: The Case of the Site C Hydroelectric Dam in British Columbia, Canada</i>	Dusyk, Nichole
2	<i>Devising hybrid forums: Technical democracy in a dangerous world</i>	Fariás, Ignacio
3	<i>Criticando los "foros híbridos" en la producción tecnocientífica desde las perspectivas feministas-interseccionales</i>	Gardounis, Kostas Th.

4	<i>Standards as Hybrid Forum: Comparison of the Post-Fukushima Radiation Standards by a Consumer Cooperative, the Private Sector, and the Japanese Government</i>	Kimura, Aya Kimura, Aya (correspondence author)
5	<i>Public Voices in Pharmaceutical Deliberations: Negotiating "Clinical Benefit" in the FDA's Avastin Hearing</i>	Teston, C.B. ; Graham, S.S. ; Baldwinson, R. ; Li, A. ; Swift, J.
6	<i>At the heart of controversies</i>	Amilien, Virginie ; Tocco, Barbara ; Strandbakken, Paal
7	<i>Performing synthetic worlds: Situating the bioeconomy</i>	Kearnes, Matthew
8	<i>Spontaneous emergence of Community OR: Self-initiating, self-organising problem structuring mediated by social media</i>	Yearworth, Mike ; White, Leroy
9	<i>Boundaries, breaches, and bridges: The case of Climategate</i>	Garud, Raghu; Gehman, Joel; Karunakaran, Arvind
10	<i>Flood apprentices: an exercise in making things public</i>	Whatmore, Sarah J ; Landström, Catharina

Fonte: Portal CAPES - dados da pesquisa (2020)

Assim, partindo da confirmação de lacunas em estudos científicos relacionados à democracia técnica e aos fóruns híbridos no Brasil, e apoiada na teoria e em destacáveis produções internacionais sobre o tema, seguimos para sua aplicação no campo empírico. A organização escolhida foi a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.

A escolha da APABF, por sua vez, relaciona-se, mas não se restringe, aos seguintes aspectos: a organização, há 15 anos, possui uma administração norteada pelo princípio da gestão participativa; seu conselho gestor, o CONAPABF, contempla em sua estrutura organizações do Estado, do mercado e da sociedade civil; a Universidade Federal de Santa Catarina é uma das 42 organizações que atuam neste conselho; e, em 2020, tal conselho previa a realização de um seminário para identificar e premiar iniciativas emblemáticas de sustentabilidade ambiental, social e de desenvolvimento do território.

Dessa forma, essa dissertação pretende analisar as reuniões e atividades preparatórias para a realização do seminário Faróis da APABF, visando compreender se tais dinâmicas organizacionais podem ser caracterizadas como fóruns híbridos, evidenciando uma gestão que age para a democracia técnica no seu território.

Mirando, assim, colaborar com a APABF e a comunidade local, por meio de minha participação na comissão para a construção do seminário, uma ação de extensão universitária, de intercâmbio entre o conhecimento científico e demais saberes, a fim de complementá-los

para a contínua promoção de mudanças positivas na sociedade. Bem como, aportar contribuições ao campo teórico e aos estudos organizacionais críticos em Administração, uma vez que esta investigação se propõe a aprofundar a compreensão de temas relacionados aos processos de tomada de decisão, em espaços colegiados complexos, em situações marcadas por controvérsias sociotécnicas decorrentes da multiplicidade de interesses e de conhecimentos (entre especialistas e não especialistas).

Por fim, devido aos efeitos inesperados da pandemia de COVID-19, a realização do campo empírico ocorre exclusivamente de forma remota, através de plataformas virtuais na internet. Neste sentido, essas novas condições de contorno que se impõem na realização desta investigação, constituem, adicionalmente, como um componente inédito em relação aos estudos anteriores sobre os fóruns híbridos, pois esse contexto virtual havia sido explorado somente de forma incipiente pela teoria proposta e pelos artigos empíricos citados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nas próximas seções abordarei a Teoria ator-rede e seus novos desenvolvimentos, denominados TAR e Depois.

2.1 TEORIA ATOR-REDE

A teoria ator-rede, TAR, é uma abordagem da teoria social que se originou na década de 1980 - no contexto dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade – e segue sendo atualizada contemporaneamente. Sua base de formação remonta aos primeiros estudos de Bruno Latour, Michel Callon e John Law. (BRAGA; SUAREZ, 2018; ALCADIPANI; TURETA, 2009)

Braga e Suarez (2018) relatam que o emprego da TAR tem sido globalmente adotado em diversos campos do conhecimento da administração, dentre eles: organizações, estratégia e marketing. E que, no Brasil, o potencial dessa teoria foi pioneiramente explorado por pesquisadores dos estudos organizacionais.

A TAR foi pensada pelos autores Latour, Callon e Law visando resgatar a capacidade de se elaborar novos entendimentos sobre como o social se constitui, buscando trazer para a superfície o que a existência coletiva (ou simplesmente a sociedade) se tornou. “A TAR surge como uma ontologia orientada ao objeto, cuja proposta é redefinir a sociologia a partir de uma sociologia das associações. Um dos principais objetivos da TAR é descobrir novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social.” (BRAGA; SUAREZ, 2018, p. 220)

John Law, em artigo de 1992, sintetiza de maneira bastante inteligível a trajetória, até aquele momento, do pensamento que integra a teoria ator-rede e seus principais conceitos e pontos de tensão.

Os autores da TAR começaram na sociologia da ciência e da tecnologia. E, assim como outros autores da sociologia da ciência, eles argumentaram que o conhecimento é um produto social e não algo gerado por meio da operação de um método científico privilegiado. E, em particular, eles argumentaram que o "conhecimento" (que eles generalizam desde conhecimento para: os agentes, as instituições sociais, as máquinas até as organizações) pode ser visto como um produto ou um efeito de uma rede de materiais heterogêneos. (LAW, 1992, p. 2)

Assim, partindo de uma sociologia das associações, a TAR propõe uma reflexão rompendo com os cortes epistemológicos que carregam dualidades ao pensamento científico (como aqueles que contrapõem sociedade versus natureza, humano versus não humano ou macro versus micro). A TAR examina partindo de uma reconexão do social com a natureza, do humano com o não humano ou ainda do macro com o micro. Chegando, através desse entendimento, ao conceito descrito como simetria generalizada. (BRAGA; SUAREZ, 2018)

Bruno (LATOUR, 1994, p. 93) descreve que o primeiro princípio da simetria generalizada “oferece a incomparável vantagem de livrar-nos dos cortes epistemológicos, das separações a priori entre ciências “sancionadas” e ciências “proscritas”, e das divisões artificiais entre as sociologias do conhecimento, da crença e das ciências”. Mas ele (LATOUR, 1994) complementa que esse é o primeiro princípio, mas que só este não basta para alcançar a simetria. É necessário também que o pesquisador acompanhe simultaneamente, a partir de um ponto médio, a produção de propriedades humanas e não humanas,

[...] não lhe é permitido usar a realidade exterior para explicar a sociedade, nem tampouco usar os jogos de poder para dar conta daquilo que molda a realidade externa. Também não lhe é permitido alternar entre o realismo natural e o realismo sociológico, usando “não apenas” a natureza, “mas também” a sociedade, a fim de conservar as duas assimetrias iniciais, ao mesmo tempo em que dissimula as fraquezas de uma sob as fraquezas da outra. (LATOUR, 1994, p. 93)

Bruno (LATOUR, 1994) complementa que após toda essa desconstrução e rompimento o que o pesquisador encontra é um lugar que está muito longe de ser vazio, pois “é lá que os quase-objetos, quase-sujeitos proliferam. Longe de ser impensável, torna-se o terreno de todos os estudos empíricos realizados sobre redes”. (LATOUR, 1994, p. 95)

A relevância do rompimento com os dualismos se traduz no próprio nome dado à teoria, em que o mesmo termo traz a conjunção do ator e da rede [...]. Em outras palavras, o ator — humano ou não humano — se constitui na rede. Ele só adquire identidade e sentido expressivo e material nessa inserção. A realidade, portanto, precisa ser explicada articulando esse emaranhamento, sem isolacionismos que enfatizem apenas um ou outro. (BRAGA; SUAREZ, 2018, p. 220)

Law (1992, p.4) explica que para a TAR, do ponto de vista social, o que faz com que um agente seja um ator social não é o fato deste possuir uma existência humana, mas sim dele fazer parte de uma rede de relações heterogêneas ou sofrer um efeito que foi produzido por uma rede. “O argumento é que pensar, agir, escrever, amar, ganhar - características que

normalmente atribuímos aos seres humanos, são gerados em redes que passam e se ramificam dentro e fora do corpo humano. Daí o termo ator-rede - um ator também é sempre uma rede”. Seguindo nessa linha de pensamento, é possível extrapolar e entender que “[...] o mesmo vale para organizações e instituições: essas são o desempenho de trabalhos mais ou menos precariamente padronizados desempenhados por pessoas, máquinas, textos e edifícios, e todos estes podem oferecer resistência”.

Os autores (BRAGA; SUAREZ, 2018, p. 222) explicam que o conceito de translação é essencial para a compreensão do que é a ação dentro da TAR, os fluxos de translação “[...] se referem aos movimentos dentro da rede, distribuídos em meio a uma infinidade de participantes, que se tornam indispensáveis para que qualquer ação ocorra”. Tais movimentos de translação começam quando interesses e possibilidades convergem e então “[...] os atores se modificam, criando delimitações e negociando margens de manobra para conquistar algo [...] Portanto, processos de translação nunca são neutros ou sem consequências, deixando rastros e transformando os atores a partir dessa interação”.

Callon (1984) – no início da década de 1980 e, portanto, no começo das bases da TAR, partindo de uma controvérsia científica e econômica referente às causas para o declínio da população marítima de videiras na Baía de St. Brieuç – destaca que ao buscar descrever a sociologia da translação ele estava, em realidade, descrevendo uma nova abordagem para o estudo do poder. Na ocasião, o autor apresentou a mecânica básica do processo de translação, separando-o em quatro momentos distintos: problematização (como se tornar indispensável), interesse (como ‘travar’ os aliados nesta posição), envolvimento (definição e coordenação das funções) e a mobilização (representatividade e força dos porta-vozes). Em conclusão, observou que a translação é um processo dinâmico, e não uma realização completa, e que é por vezes falível.

Law (1992, p.5) indica que, ao trazer o conceito de translação, a TAR descreve que a ordem social é um processo precário, não sendo em definitivo estabilizado e finalizado. Já que, segundo o autor, não há uma ordem social cujo centro seja sólido, estável e único, mas sim ordens sociais, no plural. E resistências. Mas isso não significa dizer que existam muitos centros de poderes com certa igualdade de atuação, mas sim “[...] que os efeitos do poder são gerados de maneira relacional e distribuída, e nada é lacrado. E que, para usar a linguagem da sociologia clássica, a ordenação (e seus efeitos, incluindo o poder) é contestável e muitas vezes contestada”. Logo, o autor avalia que as análises sobre as disputas pela ordenação do social são centrais na TAR.

Esse é, portanto, o cerne da abordagem ator-rede: a preocupação com a forma como atores e as organizações se mobilizam, justapõem-se e se mantêm ligados aos diversos pedaços dos quais são compostos; como às vezes são capazes de impedir que esses fragmentos sigam suas próprias inclinações e escapem; e como eles conseguem, como resultado, ocultar por um tempo o próprio processo de translação e, assim, transformar uma rede composta por um conjunto heterogêneo de partes, cada um com suas próprias inclinações, em algo que passa a impressão de ser um ator pontual. (LAW, 1992, p. 6)

Alcadipani e Tureta (2009, p. 409) explicam que, ao discutir o processo de ordenamento, a TAR além de formular a ideia de translação (uma das principais ferramentas epistemológicas da teoria), também utilizou noções de ação e controle à distância - por meio do conceito de móveis imutáveis que “são formas que possuem a capacidade de fixar o conhecimento e permitir que este seja disseminado além do seu ponto de origem.”. Os móveis imutáveis costumam surgir após um extenso processo de “[...] tradução de informações de interesse (e.g. posição no oceano, tamanho e formato de um território, comportamento de um vírus etc.) em algo imutável e móvel (e.g. mapas, coordenadas espaciais, gráficos etc.) [...]”, tais objetos “[...] podem ser transportados enquanto mantêm seu formato”. Entretanto, os autores salientam que:

Em algumas análises baseadas na TAR, a ordenação aparece como uma simples maneira de ter uma cadeia efetiva, que seja capaz de transportar os móveis imutáveis e agir à distância, sem, contudo, detalhar as dificuldades e problemas relacionados com a dinâmica do exercício de controle. Uma vez que os móveis imutáveis são gerados, eles parecem permanecer os mesmos, assim como centros e periferias tendem a serem retratados como localidades estabelecidas, negligenciando-se o potencial de resistências e mudanças envolvidas em relações de poder, que são elementos fundamentais na tradição dos ECA (Estudos Críticos em Administração). (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 410)

Sintetizando, John (LAW, 1992, p. 7) descreve a teoria ator-rede como “uma sociologia relacional e orientada a processos”, tal sociologia trata os agentes, as organizações e as tecnologias como efeitos, ou ainda consequências, das interações dentro de uma rede. Enfatizando que nessa rede há heterogeneidade, incertezas e resistências. Assim, a abordagem da teoria ator-rede é concomitantemente uma teoria da agência, do conhecimento e das máquinas. Que preza por explorar os efeitos sociais, independentemente de sua forma

material, buscando respostas para perguntas que questionam sobre o “como” da estrutura, do poder e da organização.

[...]. Assim é que a teoria ator-rede analisa e desmistifica. Desmistifica o poder dos poderosos. Diz que, em última instância, não há diferença de espécie, nem grande distinção entre os poderosos e os miseráveis. E então diz que não existe algo como a última instância. E, como não existe uma última instância, na prática existem diferenças reais entre os poderosos e os miseráveis, diferenças nos métodos e materiais que eles empregam para se gerar. Nossa tarefa é estudar esses materiais e métodos, entender como eles se realizam e observar que isso poderia e deveria ser de outra forma. (LAW, 1992, p. 8)

Em contraponto, dentre outros autores, Alcadipani e Tureta (2009, p. 410) apontam que é necessário ter cuidado ao empregar algumas noções que foram generalizadas no uso da TAR. Já que:

[...] podem levar a uma representação simplista do processo de ordenação, ao mesmo tempo em que as complexidades e diferenças são desconsideradas; algo problemático para qualquer perspectiva crítica que busque explorar toda a complexidade associada com relações que estabelecem ordens (e.g. poder). (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 410)

Mas, os autores (ALCADIPANI; TURETA, 2009) comentam ainda que, ao longo dos anos, essa aplicação simplista da TAR gerou debates e críticas (dentre elas a de que negligenciava questões políticas) – o que, por sua vez, fez com que seus autores refletissem sobre a abordagem e propusessem aprimoramentos e atualizações, desenvolvendo assim a teoria. Tais atualizações ficaram conhecidas sob a rubrica “TAR e Depois” (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 406).

Esforços por uma consideração política adquiriram significativo espaço na TAR e Depois. Nesse sentido, se as noções e conceitos iniciais da TAR podem ser vistos como problemáticos para o desenvolvimento de uma análise crítica das organizações, é necessário discutir se o mesmo pode ser aplicado à TAR e Depois. (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 411)

John Law (LAW, 1999, p. 1), em artigo publicado as vésperas dos anos 2000, indica que a rubrica “TAR e Depois” surge porque o sucesso e o uso simplista da TAR estavam convertendo-a em uma “teoria ‘suave’ e consistente”. Dilapidando, dessa forma, sua tensão central. Tensão essa que é essencial em sua fundamentação e que está presente de maneira

intencional já em seu nome, um oxímoro que aproxima termos antagônicos como ator (agência) e rede (estrutura). Essa mesma tensão está também nítida no conceito de translação – denotada até na riqueza de significados e jogos de palavras desse vocábulo, que pode ser entendido como o ato de traduzir (tornando equivalente coisas distintas), mas também como o de alienar e desvirtuar.

Portanto, a teoria ator-rede realmente ajudou a desestabilizar o Euclidianismo: mostrou que o que parece ser topograficamente natural, dado na ordem do mundo, é de fato produzido em redes que desempenham um tipo bastante diferente de espacialidade. Mas o problema é este: tem sido um sucesso incrível. Sucesso a ponto de suas próprias suposições topológicas terem sido naturalizadas. O qual, se você assumir a posição que estou pressionando, teve o efeito de limitar as condições espaciais e as possibilidades relacionais. E, em particular, tendendo a homogeneizá-las. (LAW, 1999, p. 8)

John (LAW, 1999) prossegue explicando que esse processo de fama da TAR custou caro. Pois as simplificações, rotulações e até mesmo as abreviações de seu nome, termos e conceitos a distanciaram da capacidade de apreensão da complexidade e da heterogeneidade. Ele afirma que em teoria social a simplificação nunca deve substituir as complexidades. E que é fundamental explorar formas de lidar com as tensões ao invés de almejar que elas desapareçam.

Assim, a rubrica “TAR e Depois” demarca a reaproximação com a complexidade, trazendo novamente para perto, dessa maneira, o deslocamento, o movimento, a dissolução e o fracionamento. Ou seja, demarca que para muito além das simplificações, a chance real da TAR e de seus estudiosos fazerem a diferença “[...] está no irreduzível. Naquilo que é oxímoro. Na descontinuidade topológica. No que é heterogêneo. Encontra-se na modesta disposição de viver, saber e praticar nas tensões da complexidade”. (LAW, 1999, p. 12)

De acordo com os autores Alcadipani e Tureta (2009, p.418), esses novos desenvolvimentos da TAR fizeram com que ela se tornasse ainda mais atrativa aos estudos críticos em administração, pois “reconhecem que as ordens estabelecidas não são inevitáveis e podem ser de outras maneiras, rejeitam as suposições positivistas e não seguem a racionalidade “meio/fim”, que reforça o estado estabelecido das coisas”. Os autores (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 418) ainda concluem que “[...] as ideias associadas à crítica das organizações podem ser muito úteis para a TAR, uma vez que chamam a atenção para as questões negligenciadas por aqueles que recorrem a essa abordagem no nosso campo”.

A seguir, uma dessas produções mais recentes da teoria será apresentada. Neste estudo, publicado em 2009, o aspecto político da vida em sociedade é central. Escrito pelo expoente da TAR, o autor Michel Callon, em coautoria com Pierre Lascoumes e Yannick Barthe, o ensaio “Agindo em um mundo incerto” descreve a Democracia Técnica e os Fóruns Híbridos.

2.2 AGINDO EM UM MUNDO INCERTO: DEMOCRACIA TÉCNICA E FÓRUNS HÍBRIDOS PARA DECISÕES DE CONTROVÉRSIAS SOCIOTÉCNICAS

Nas próximas seções apresentarei as definições dos conceitos da obra “Agindo em um mundo incerto” e casos práticos de fóruns híbridos.

2.2.1 Definições

O desenvolvimento tecnocientífico vivido a partir das últimas décadas do século XX, em especial a Internet, trouxe relevante transformação social, revolucionando os canais de comunicação e trazendo novos aspectos para as relações sociais. E, ao mesmo tempo, trouxe a necessidade de novas alternativas e de reformulações nos procedimentos usados para as soluções de problemas sociotécnicos. Isso porque, com as novas tecnologias, o cidadão em geral ganhou agilidade na comunicação e ampliou seu acesso a fontes de informações e dados – sejam essas confiáveis ou não.

Esse novo patamar de acesso à informação deixou evidente ao público a existência de incertezas científicas, concomitantemente, ampliou os canais de comunicação entre as pessoas, viabilizando assim maior compartilhamento de ideias e a emergência de novos argumentos para o debate das disputas – surgindo, dessa maneira, questionamentos e dúvidas sobre decisões anteriormente feitas, bem como, hesitação sobre qual a melhor decisão a ser tomada daqui por diante.

Assim, “questões que pareciam estar resolvidas em definitivo foram reabertas” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 15) e as questões do cotidiano ganharam outra repercussão. Para citar alguns exemplos, em assuntos que envolvem o meio ambiente (tais como as queimadas na Amazônia e o descarte de lixo nuclear), a saúde (como o isolamento horizontal e o uso de máscaras na recente pandemia da COVID-19) e até mesmo

política (como nas disputas sobre os planos de governo entre eleitores dos presidencialistas) os argumentos se multiplicam e tendem a transbordar o cenário inicialmente previsto.

No decorrer da controvérsia são estabelecidas conexões inesperadas entre o que parecia ser um assunto técnico simples e uma pluralidade de dúvidas que não são técnicas. Dessa forma, por vezes assistimos novos atores assumindo o problema, impondo temas inesperados para a discussão e redefinindo as consequências inicialmente previstas. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)

Essa reabertura de discussões, que anteriormente estavam classificadas como resolvidas, e a multiplicidade de opiniões e imprecisões referentes às novas disputas vão além de escancararem um mundo de incertezas científicas – iniciando, talvez, a abertura da caixa preta da ciência – elas também exigem um reconhecimento e a aceitação de que vivemos em um mundo improvável e revelam uma profunda necessidade de mudança política e administrativa no tratamento das controvérsias e nas tomadas de decisões. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)

A dimensão política das questões é reconhecida. Não se trata mais de identificar e negociar riscos, como em um contrato entre seguradora e segurado, mas de estabelecer procedimentos de controle e de limites para a gestão da aparente contradição entre os pontos de vista de uma minoria e aquilo que alguns consideram ser o interesse geral. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 16)

Certamente estabelecer esse tipo de organização social demanda tempo. O ato de negociar soluções conjuntas, ouvir os atores envolvidos e debater as possíveis soluções, exige – para além do clássico da administração de organizações não democrática fayolista (FAYOL, 1994): planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar – política. Ou seja, uma governança inovadora, altamente capacitada e possivelmente mais democratizada. Que, consciente de outros caminhos possíveis, como, por exemplo, mentir deliberadamente para confundir a opinião pública, silenciar os que se expressam contrariamente ou ainda atuar através de respostas autoritárias, escolhe por democratizar o debate diante da incerteza. Ao tomar esse caminho, num primeiro momento, opta-se “pela decisão de não decidir, para ter tempo de explorar as opções possíveis” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 16), e só então decidir de forma mais abrangente.

A Ciência e a tecnologia não podem ser administradas pelas instituições políticas atualmente disponível para nós. Obviamente, não se trata de desmontá-las. Elas deram ampla prova de sua eficácia. Mas suas limitações não são menos óbvias. Elas devem ser enriquecidas, expandidas, estendidas e melhoradas de modo a trazer o que alguns chamam de democracia técnica, ou mais precisamente a fim de tornar nossas democracias mais capazes de absorver os debates e controvérsias despertado pela ciência e tecnologia. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 9)

Dito de outra forma, “contrariando o que poderíamos ter pensado há algumas décadas, o desenvolvimento científico e tecnológico não trouxe grandes certezas” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 18). Paradoxalmente, ele gerou cada vez mais incertezas e causou “[...] a sensação de que nossa ignorância pode ser mais proeminente do que aquilo que sabemos. As controvérsias públicas resultantes disso aumentaram a visibilidade dessas incertezas” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 19). Tais controvérsias ressaltam “[...] a magnitude dessas incertezas e seu carácter aparentemente irreduzível, dando crédito à ideia de que são difíceis ou até impossíveis de serem geridas”. “Essas incertezas são mais marcantes nos campos do meio ambiente e da saúde - sem dúvida, os terrenos mais férteis para controvérsias sociotécnicas” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 19).

Os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009) argumentam que uma alternativa para absorver as controvérsias geradas pelas incertezas é fundamentar bases para enriquecer a democracia representativa, onde haja estruturas que viabilizem e incentivem a colaboração efetiva e duradora entre leigos e especialistas (e por esse motivo também chamada de democracia técnica). Tal democracia ainda “[...] pode ser descrita como dialógica. Absorvendo as incertezas que são colocadas no centro do debate, a democracia dialógica enriquece a democracia representativa tradicional [...]” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 10).

E, nesse ponto, é importante fazer a diferenciação entre incerteza e risco. Essas duas palavras não são utilizadas pelos autores como sinônimos. Assim, entende-se aqui como risco um perigo identificado, já definido e descrito com seu desdobramento de eventos – não sabemos se tais eventos irão ocorrer, mas sim que eles podem ocorrer. Em alguns casos é possível fazer uso de instrumentos estatísticos, baseados em séries históricas, e calcular a probabilidade objetiva de que esses eventos ocorram. Na falta de séries históricas pode-se recorrer a probabilidades subjetivas - baseada em pontos de vistas, sentimentos ou convicções dos atores. Mas, em ambos os casos, essas probabilidades têm em comum sua aplicação a

eventos conhecidos e que já podem ser precisamente detalhados, com suas condições de reprodução já inteligíveis. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)

Portanto, a noção de risco usada pelos autores está intimamente associada àquela de decisão racional. Sendo capaz de prever todo o cenário em risco, o tomador de decisão estará em condições de fazer uma escolha racional – obviamente que isso também dependerá de suas preferências e dos atores que ele julga que devem ser levados em conta. Além disso, tal decisão irá depender também de como o tomador avalia os possíveis perigos associados a cada cenário e do cálculo da probabilidade de ocorrência. A noção de risco desempenha um papel crucial na teoria da decisão racional e na escolha entre várias conjunturas possíveis do mundo que pressupõe. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009) “É por isso que, para evitar ambiguidades, é sensato reservar o uso da noção de risco a essas situações completamente codificadas” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 20).

Feitas essas considerações, “é simples perceber por que a noção de risco, anteriormente definida, é incapaz de descrever situações de incertezas e tão pouco de oferecer modos de tomadas de decisão num contexto incerto” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 21). Em realidade, a ciência, por diversas vezes, demonstra sua incapacidade em fazer uma listagem de possíveis cenários e de descrever cada um deles com precisão. O que significa dizer que não é factível antecipar as consequências das decisões que provavelmente serão tomadas pois não há conhecimento suficientemente efetivo de todas as opções, a constituição de cenários esbarra em núcleos resistentes de ignorância, o comportamento e as interações entre as instituições que compõem tais cenários são enigmáticos. Assim, as condições necessárias para denominá-la de risco não são atendidas. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009). “Sabemos que não sabemos, mas isso é quase tudo o que sabemos: essa é a definição de incerteza” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 21).

Logo, os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 21) concluem que em situações de incerteza a única opção é questionar e debater os seguintes pontos – especialmente quando iniciamos novas pesquisas – “O que nós sabemos?” “O que queremos saber?”

Assim, os autores apresentam a democracia técnica por meio de fóruns híbridos, a seguir descritos, como um método de ação num mundo incerto. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009). De maneira geral, a constituição de um fórum híbrido ocorre após se ter a percepção que ameaças incertas, ou seja, aquelas com avaliação imprecisa, referentes uma ou

várias controvérsias, irão ocorrer ao longo do tempo. A existência dessas controvérsias não é vista de maneira simplista e reducionista – como batalhas ideológicas ou uma oportunidade de troca de ideias através da comunicação. Elas são sim consideradas veículos poderosos na exploração de uma gama de mundos possíveis, ou seja, as controvérsias proporcionam uma articulação de elementos que favorecem o aprimoramento da democracia. E, apesar dessas incertezas, e de certa maneira até mesmo por causa delas, decisões precisam ser tomadas. Muitas vezes a controvérsia não está só quanto aos procedimentos pela busca da solução, mas ela está um passo antes, na caracterização dos perigos – há os que defendem que nem há ameaça (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).

Nos fóruns híbridos, as controvérsias são tratadas em espaços públicos. São denominados “fóruns” por serem espaços abertos, onde o grupo se reúne para discutir opções técnicas relacionadas ao coletivo e são “híbridos” por dois motivos, porque o grupo e seus porta-vozes são considerados heterogêneos - compostos por especialistas, políticos, técnicos e leigos – e também porque as questões e problemas abordados são avaliados interdisciplinarmente sob diversos aspectos e campos de conhecimentos (física, ética, economia, fisiologia, etc....) (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).

Assim, os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009) se empenharam na construção de uma abordagem que regresse a organização dos fóruns híbridos. Sugeriram que um fórum se inicie partindo de problemas encontrados pelos próprios atores sociais envolvidos na questão e, ao longo do processo sejam feitos acompanhamentos das análises produzidas e das recomendações de ações elaboradas – trazendo empenho para o esclarecimento sobre quais foram as principais lições extraídas com base na experiência acumulada do diálogo.

Pois, segundo os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009), se os fóruns se desenvolverem sem nenhuma regra que organize o debate, o campo ficará livre para perpetuação e reprodução da mesma lógica vigente nas relações de poder, ou seja, com a exclusão dos mais fracos. Na visão deles a democracia dialógica deve se empenhar no fortalecimento dos fracos ao invés do enfraquecimento dos fortes.

Demonstrando estarem bastante cientes das qualidades e desafios da abordagem e embasados em seus mais de 30 anos de experiência, Callon, Lascoumes e Barthe (2009) estabelecem critérios norteadores para a avaliação de tais mecanismos. Focando nos fóruns híbridos, a proposta dos autores é verificar em que medida tais fóruns estão cumprindo seu propósito de contribuir com a democratização da democracia.

De acordo com os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009) são seis graus a serem avaliados. Sendo três deles relacionados ao nível de diálogo do processo e outros três associados às características de implementação dos fóruns.

Os critérios relacionados ao nível do diálogo irão variar em uma escala que vai de forte até fraco e são detalhados a seguir: (1) Critério de Intensidade: verificar se, desde o início, os procedimentos permitem a estreita colaboração entre não especialistas e especialistas no que diz respeito à produção de conhecimento bem como à exploração de mundos possíveis, aproximando uma pesquisa experimental isolada à uma pesquisa em campo; (2) Critério de Abertura (diversidade, autonomia e empoderamento): avaliar a diversidade dos grupos atuantes no debate, examinar até que ponto novos grupos são convidados a expressar e trocar seus pontos de vista e negociar; observar se é permitido e incentivado a redefinição de identidades emergentes ao invés da manutenção de um único porta-voz. Quanto mais grupos e mais ampla a diversidade e o empoderamento individual, mais significativo tende a ser o debate; (3) Critério da Qualidade (seriedade e continuidade): analisar a qualidade das colaborações e das discussões, se os protagonistas são capazes de inserir seus argumentos e reivindicações, bem como responder às objeções, com a precisão e a relevância necessária, e se as intervenções e discussões são espasmódicas ou duradoras. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).

A tabela 1 abaixo, apresentada pelos autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 160), sintetiza os critérios e os graus de diálogo dos discursos:

Tabela 3 - Grau de diálogo dos procedimentos em fóruns híbridos

Table 5.1

Degree of dialogism of procedures.

Criterion	Sub-criteria	Value	
Intensity	Degree of earliness of involvement of laypersons in exploration of possible worlds	Strong	Weak
	Degree of intensity of concern for composition of collective		
Openness	Degree of diversity of groups consulted and degree of their independence vis-à-vis established action groups	Strong	Weak
	Degree of control of representativity of spokespersons of groups involved in debate		
Quality	Degree of seriousness of voice	Strong	Weak
	Degree of continuity of voice		

Fonte: (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)

Aos critérios acima apresentados, os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009) prosseguem complementando-os com os critérios de implementação, que irão variar numa escala de alto até fraco, são eles: (1) Recursos e Treinamento: para que o grupo seja representativo, todas as vozes, e em especial aquelas que são menos favorecidas, precisam ser ouvidas e influentes. Com esse propósito é necessário certificar que os recursos tempo e dinheiro, além de treinamento, estarão disponíveis para prepará-las. De acordo com os autores, quando não for viável prepará-las, essas assimetrias de vozes precisam ser mediadas, prevendo assim a formação de profissionais, como: tradutores, mediadores, moderadores e/ou organizadores políticos, com a clara tarefa de facilitar a entrada de atores anteriormente excluídos do espaço público. Caso essas condições sejam negligenciadas, o melhor procedimento “[...] será rapidamente transformado em um baile de máscaras e em um empreendimento coletivo de mistificação” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 162). Visto que atores já bem estabelecidos e com capacidade para se fazerem ouvidos e entendidos conseguirão participar com facilidade, ou seja, aqueles que já estão acostumados a exercer posições dominantes estarão habilitados a defenderem seus próprios pontos de vista. Assim, se os desprovidos dessa posição não forem preparados, ao invés de ser ampliado e enriquecido, o debate ficará restrito àqueles que já têm o monopólio da voz legítima; (2) Transparência: se aplica apenas aos procedimentos em si e a maneira pela qual se estrutura e organiza o espaço público. Consiste no ato de encontrar formas de acompanhar e rastrear de onde estão partindo as contribuições, possibilitando o resgate das posições já tomadas, bem como a organização de regras com relação as colocações de argumentos e contra-argumentos. E, caso necessário, prevê o recurso a um juiz quando alguma parte avaliar que os procedimentos não são respeitados; (3) Clareza (publicidade das regras): para evitar manipulações, os procedimentos e demais ações devem ser previamente informados a todos os participantes. Não deve haver obscuridade quanto aos acordos sobre condutas e uma vez instituídos, devem ser compromissos firmes, evitando considerar voltar atrás nas regras acordadas.

A tabela 2 a seguir, resume os critérios de implementação definidos por (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 163):

Tabela 4 - Critérios de implementação de fóruns híbridos

Table 5.2

The implementation of procedures.

Criterion	Value
Equality of conditions of access to debates	High Weak
Transparency and traceability of debates	High Weak
Clarity of rules organizing debates	High Weak

Fonte: (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)

Os autores argumentam que “um procedimento será mais dialógico (o que significa dizer, que irá facilitar a dupla exploração de mundos e identidades possíveis e uma ampliação do coletivo), quando apresentar valores fortes ou altos para os diferentes critérios nas tabelas 5.1 e 5.2” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 164).

Eles (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009) afirmam ainda que a efetividade de qualquer método deliberativo - incluindo os fóruns híbridos - está diretamente relacionada ao quão bem integrados esses processos estão às ações de tomadas de decisões políticas. Evitando-se assim a armadilha de se ter debates abertos e frutíferos que são simplesmente ignorados pelos tomadores de decisões. Afirmam ainda que a principal razão da existência de procedimento deliberativos é a capacidade de produzir gradativamente um mundo comum ou conhecido por aqueles que o compõem. E tal busca por um mundo comum tem de ser contínua, garantida por uma dinâmica e estrutura estável, que a sustente.

Os atores sociais permanecem assim conectados por essa estrutura estável e aberta que é chamada de espaço aberto: “um espaço público que só pode funcionar se estiver equipado, organizado, estruturado e modelado para permitir a implementação de procedimentos dialógicos” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 181)

Entretanto, os autores alegam que apesar de tantas experiências, ainda não são capazes de fornecer uma receita precisa de como estabelecer tal espaço aberto. Os elementos que em conjunto favorecem a criação de tal espaço, segundo os autores, são: canais de comunicação, autoridades públicas e agremiações sociais. Os primeiros oferecem uma infraestrutura para tornar públicas as posições e as controvérsias, enquanto as autoridades públicas favorecem o estabelecimento de estruturas de coordenação para o diálogo bem como o acesso aos recursos de custeio para as pesquisas e para o movimento e por último, as agremiações sociais são

fundamentais porque são elas que viabilizam a voz para o reconhecimento da existência de grupos emergentes (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).

Em suma, no entendimento dos autores, a democracia técnica depende de processos que promovam um debate organizado para tratar de incertezas políticas e científicas, propiciando assim a conscientização e a gestão dessas incertezas. Eles (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009) entendem que os critérios e meios anteriormente apresentados são meros sinalizadores para a construção de procedimentos dialógicos. Mas que, possivelmente, nenhum procedimento será capaz de abarcar a complexidade de se explorar e ao mesmo tempo articular toda a dinâmica de um diálogo democrático. E, dependendo do nível e da maturidade da controvérsia, poderá ser necessária a combinação de procedimentos. Afirmam que é importante se desvincular de crenças em procedimentos e métodos definitivos, e assim manter a constante reflexão e debate sobre aqueles que estão vigentes – analisando se atendem a necessidade do momento ou se essa exige a criação de algo novo. Creditam às ciências sociais parte da responsabilidade de promover a reflexão sobre a análise e o aprimoramento de tais procedimentos.

Não, o debate não promove decisões definitivas que instalam um antes e depois e que permitem livrar-nos do passado de uma vez por todas. Ele é composto por uma infinidade de micro decisões, cada uma das quais tomadas especificamente e não irreversivelmente e que acabam forjando uma rede robusta, conforme o debate amadurece e avança a aprendizagem. [...] Não há decisões em fóruns híbridos organizados. Há medidas a serem tomadas. Medidas num sentido metrológico, com a finalidade de elaborar um mapa de transbordamentos, de grupos interessados, suas posições e suas relações. Nenhum debate é possível sem essa cartografia. As medidas são tomadas também num sentido político, a fim de manter e fomentar a dinâmica da democracia dialógica. Isso não significa uma inação, mas sim uma ação medida[...]. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 189)

2.2.2 Fóruns híbridos: casos práticos

A autora Nichole (DUSYK, 2011) apresentou o uso de fóruns híbridos aplicados na avaliação da construção de uma terceira barragem, denominada “Site C”, no Rio Peace, no Canadá. Segundo a autora, as outras duas primeiras barragens – que transformaram as paisagens e as comunidades da região – foram construídas antes de 1970 com pouco ou

nenhum debate público. Anos após, quando da proposição do projeto da terceira barragem, o assunto já era tema controverso pois havia uma maior conscientização referente os impactos ambientais e sociais, os desgastes políticos e os aspectos financeiros relacionados à construção. E o governo já estava mais aparelhado de ferramentas e instituições para tratar as solicitações de certificação destas construções.

Assim, ela (DUSYK, 2011) relata que, apesar de algumas limitações, as primeiras audiências públicas para a construção da terceira barragem foram uma espécie de fórum híbrido: um espaço para o encontro de atores heterogêneos e de vários tipos de racionalidades se posicionarem favoráveis ou desfavoráveis à construção. E que tais encontros proporcionaram ainda que uma gama variada de atores – dentre os quais: cidadãos, organizações, consultores independentes, ministros do governo – expressassem suas posições para o direcionamento do planejamento energético da região. Ela diz também que houve até mesmo a oportunidade de se desafiar o próprio processo deliberativo, com alguns interessados na rápida promessa de empregos na região segurando faixas nas proximidades do local de audiência com dizeres como “parem as audiências e iniciem a construção”.

De acordo com a autora (DUSYK, 2011), em maio de 1983, a recomendação deliberativa foi desfavorável ao início imediato da construção da terceira barragem, e, seguindo tal recomendação, o poder público rejeitou o pedido de certificação do projeto. Seis anos após, em 1989, tal projeto foi mais uma vez lançado e novamente as audiências públicas não foram favoráveis à sua recomendação. Tal posicionamento repetitivo parece ter trazido um arrefecimento na proposição de projetos dessa magnitude, pois, por mais de uma década, não foram iniciadas a instalação de nenhuma grande hidrelétrica na região.

Foi somente em 2007, segundo a autora (DUSYK, 2011), que uma nova mobilização para a construção de uma terceira barragem voltou a ser feita. A rede de atores sociais interessados na construção, assim como o ambiente político, aprendeu com a experiência das audiências públicas anteriores, ampliando, portanto, seus argumentos, articulando-se politicamente e planejando bem suas ações. Globalmente, a energia gerada por uma hidroelétrica, agora, tinha o apelo de ser considerada “limpa” e renovável, em linha com regulamentações que previam o controle de emissão de carbono e a mitigação de mudanças climáticas. O projeto neste momento buscava se justificar com base nesse cenário, e no fato de que como a região já possuía duas barragens, as externalidades positivas e negativas de uma terceira construção seriam concomitantemente ampliadas e reduzidas. Além disso havia a formalização de interesse governamental de exportar energia limpa aos Estados Unidos.

Ainda assim, a autora (DUSYK, 2011), demonstra que houve muita controvérsia. As incertezas quanto aos impactos ambientais e sociais relativos à construção bem como sobre os efetivos ganhos financeiros e os reais interesses políticos envolvidos foram suscitados por diversos atores sociais.

Como exposto pela autora (DUSYK, 2011), houve polêmica quanto à condução das primeiras audiências públicas realizadas nessa nova etapa. Havia a percepção, entre os participantes, que as questões já estavam sendo colocadas direcionadas para às consequências da construção. E não tratando a controvérsia central: se havia ou não o interesse da população na construção da terceira barragem. E assim alguns participantes propuseram a realização de fóruns alternativos – e na ausência desses, cartas questionários foram enviadas pelos cidadãos às organizações interessadas na construção e até programas de rádios e editorias de jornais deram vozes às controvérsias da região. Ainda assim, a partir de 2010, sem que houvesse um reconhecido ambiente deliberativo de consulta pública, como os ocorridos na década de 80, houve a promulgação de leis e decisões do executivo encaminhando para que os laudos de avaliação dessa construção seguissem independentemente de quaisquer recomendações de processos deliberativos – trazendo a percepção de que os interessados na construção estariam buscando caminhos para evitar ativamente o tipo de debate promovido por um fórum híbrido.

O caso da hidrelétrica Site C é um argumento pelo poder transformador dos fóruns híbridos. Nesse caso, a transformação da paisagem e o aprendizado coletivo foi resultado do fórum que ocorreu durante as audiências do Site C em 1981-1982. A recomendação oficial foi pela decisão de adiar o projeto. Ampliando seu sentido, o fórum levou a novos entendimentos sobre hidroeletricidade em larga escala na província e o potencial dos processos de engajamento público no planejamento energético[...]. No entanto, as mudanças foram desiguais no espaço e no tempo, e o legado da hidroeletricidade passou a significar coisas diferentes na rede de atores. Ao invés de promover um fórum para se trabalhar através dessas diferenças, [...], parece que o gerenciamento de conflitos minimizou, ao invés de fortalecer, a participação democrática no local. Isso é motivo para se ter ambos, otimismo e cautela, ao antecipar os resultados dos fóruns participativos, particularmente quando emergem em torno de poderosas e centralizadas redes de atores como as de eletricidade. Embora esses fóruns de fato tenham potencial para o aprendizado coletivo e para transformações na rede de atores, disjunção e conflito provavelmente permanecerão. Dessa forma, usar fóruns participativos puramente como ferramentas instrumentais para conseguir adesão pública ou consenso sobre a implantação de tecnologias de energia renovável pode ser ineficaz. Por outro lado, o potencial de

fóruns híbridos para facilitar o aprendizado coletivo e a transformação sociotécnica permanecem. (DUSYK, 2011, p. 880)

Um dos pioneiros na avaliação do uso de fóruns híbridos na América do Sul, Ignacio Farías (2016) - que em seus estudos analisou como ocorreu o uso gerencial dos fóruns para a criação de um plano de reconstrução de uma cidade chilena afetada pelo terremoto ocorrido em 2010 - verificou que o conceito e a estrutura dos fóruns híbridos começam a ser usados - de maneira desviada - como uma metodologia para empresas, gerentes e corporações. O autor (FARÍAS, 2016) nos conta que após o terremoto, muitas cidades chilenas precisaram ser reconstruídas e que a maioria das administrações municipais eram incapazes de conduzir esses processos de reconstrução. Dessa forma, surgiram dois tipos de agências governamentais excepcionais: os consórcios público-privados e um escritório de planejamento regional. Além disso, para lidar com a tarefa de reparar mais de 300.000 moradias, o governo central chileno introduziu novos arranjos de mercado, adaptado às novas normas, que diferiam das previamente existentes no mercado de habitação.

Dentre as muitas localidades afetadas pelo terremoto no Chile, a cidade de Constitución se destacou. Foi através de uma parceria público-privado, financiada por uma importante indústria local, que uma consultoria aplicou fóruns híbridos - reunindo arquitetos, engenheiros, gerentes e cidadãos - para de forma aberta, e por meio de um processo mais democratizado, planejar a reconstrução urbana da cidade. Farías indica que tal inovação em governança rendeu destaques ao projeto, que ganhou notoriedade na arquitetura e em círculos da teoria do *design*. (FARÍAS, 2016)

Entretanto, parece haver indícios que a condução de todo o processo pode não ter sido realizada de maneira tão democrática. Em seu artigo, o autor (FARÍAS, 2016) avalia três tensões críticas nos fóruns híbridos: a necessidade de diferenciação do que ele é conceitualmente e de como é usado como mecanismo (já que foi utilizado por uma empresa de consultoria chilena - financiada por uma grande indústria local - como ferramenta para gerenciar controvérsias que, em algumas situações, são motivadas por incertezas geradas pela própria indústria); o conflito entre assuntos que emergem e a dinâmica processual planejada para a colaboração dos atores (mostrando as limitações que os fóruns podem enfrentar ao terem que lidar com outras disputas pré-existentes); e a dificuldade do fórum em ser ao mesmo tempo um espaço de diálogo técnico e um local de voz política para outras formas de reivindicações - que não são orientadas para alcançar acordos sociotécnicos.

Assim, o autor (FARIÁS, 2016) conclui que a experiência dos fóruns híbridos em Constitución sugere que o desafio mais urgente dos fóruns híbridos não é o de apenas responder de maneira democrática às incertezas e preocupações, mas também realmente participar da fabricação da incerteza. Ou ainda que o desafio-chave da democracia técnica não está em propor a aproximação simétrica do conhecimento especializado às incertezas sociotécnicas, mas sim de participar da própria produção e desenvolvimento das incertezas.

Já Amilien, Tocco e Strandbakken (2019) – que mais recentemente aplicaram empiricamente a proposta de fóruns híbridos na Noruega e no Reino Unido, para analisar as incertezas referentes às controvérsias nos sistemas agroalimentares locais – afirmam que diferentemente das pesquisas convencionais que usam métodos com engajamento público (tais como grupos focais, conferências de consenso e demais processos deliberativos) os fóruns híbridos envolvem um mecanismo mais dinâmico e democrático pois aliam ação e reflexão com o propósito de construir um projeto comum em torno de uma dada controvérsia.

Seus estudos permitiram aos autores sugerirem uma “nova geração” de fóruns híbridos, que denominaram “fóruns híbridos 2.0”. Eles afirmam que denominaram assim visando posicionar o termo fórum híbrido como efetivamente um experimento deliberativo e necessariamente usado num contexto de igualdade e democracia. Trouxeram a nova nomenclatura também para reforçar o método e distanciá-lo de qualquer ambivalência. Segundo os autores a inovação promovida resulta da inclusão de três ações específicas: a primeira é apresentar temas e questões objetivas, evitando debates gerais; a segunda é valorizar e investir na organização do evento, oferecendo apresentações e materiais de alta qualidade além de promover tempo e espaço bem dimensionados para o debate e a terceira é introduzir um *workshop* com abertura para os participantes definirem temas, subtemas e escolherem quais serão os oradores e especialistas.

Os fóruns híbridos 2.0 (FH 2.0), de acordo com os autores, são ao mesmo tempo uma ferramenta metodológica e uma experiência real de diálogo democrático, estando estes dois aspectos ligados e se apoiando mutuamente. Dessa forma, os autores afirmam que os fóruns híbridos 2.0 são atrativos na condução de controvérsias específicas por pelo menos dois motivos: fornecem uma sólida base democrática com um mecanismo reflexivo que estimula o diálogo e a troca de conhecimentos entre diferentes atores; são uma importante ferramenta metodológica baseada em evidências, que pode favorecer o surgimento de estratégias de ações e de parcerias dentro da comunidade e que irão promover o desenvolvimento local.

Ou seja, segundo seus idealizadores (AMILIEN; TOCCO; STRANDBAKKEN, 2019) os fóruns híbridos 2.0 são mecanismos dinâmicos e democráticos que promovem o intercâmbio de conhecimento entre cidadãos e especialistas, sem ter finalidade prévia de atingir um resultado específico nem tão pouco de chegar em um consenso, podendo dessa maneira gerar políticas ao invés de resultados técnicos e promover a construção de fortes relações entre os cidadãos e as partes interessadas. Têm como propósito um diálogo – de real interação entre diferentes *stakeholders* e cidadãos - que objetive a construção de um projeto comum, com a definição das controvérsias, gerando melhorias para a comunidade local. A representatividade da população é moderada, são utilizados painéis populares – com participantes que representam pontos de vistas dos mais variados grupos da população – e diálogos públicos. O grau de democracia e de autonomia dos participantes é considerado alto, já que as discussões são livres – e todos podem influenciá-las igualmente - e com pouco direcionamento de moderadores ou facilitadores. O processo tem grande potencial de transparência e de igualdade de acesso – com ampla abertura para o público em geral. Após o procedimento, as conclusões e principais observações são publicadas por meio de um relatório final ou em uma conferência com a imprensa.

Os autores (AMILIEN; TOCCO; STRANDBAKKEN, 2019) afirmam ainda que os FH 2.0 são atrativos devido: ao seu uso prático (como ferramenta de comunicação), sua perspectiva teórica (discussão dialógica que promove descoberta mútua, aprendizado e construção conjunta de conhecimento, mas sem um compromisso pré-definido) e aplicação metodológica (coleta de dados). Metodologicamente, e inspirados em Callon, Lascoumes e Barthe (2009), os autores Amilien, Tocco e Strandbakken (2019) propõem um protocolo com três passos para a aplicação dos FH 2.0, tais passos consistem em: (1) ancorar todo o fórum numa controvérsia válida e local e que seja reconhecida antes de iniciados os debates; (2) situar um fórum bem-estruturado que em um mesmo encontro promoverá um *workshop* de algumas horas - limitado a alguns participantes, onde serão feitas apresentações para que acessem um patamar comum de conhecimento e também onde serão instruídos sobre o comportamento a ser adotado (de distanciamento de suas próprias convicções pessoais), o assunto e a dinâmica do encontro – seguido por um diálogo público de aproximadamente uma hora, com mais participantes, onde todos poderão contribuir com a discussão; e por último, (3) mensurar, discutir e ajustar sobre a efetividade da aplicação experimental, refletindo sobre a eficácia do mecanismo de engajamento público e realizando uma pós-avaliação em relação à

estrutura e utilidade do FH 2.0. Para esse propósito, os autores também fazem uso dos critérios de graus de diálogo e de implementação de Callon, Lascoumes e Barthe.

3 METODOLOGIA

Esta dissertação teve como objetivo central compreender, via estudo de caso com observação participante, em que medida os processos e dinâmicas realizados para a execução do seminário Faróis da APABF indicam que a administração do CONAPABF age para a democratização da democracia do território.

A pesquisa de estudo de caso é uma abordagem qualitativa na qual o investigador explora um sistema delimitado contemporâneo da vida real (um caso) [...] ao longo do tempo, por meio de coleta de dados detalhadas em profundidade envolvendo múltiplas fontes de informação (p.ex., observações, entrevistas, material audiovisual e documentos e relatórios) e relata uma descrição do caso e temas do caso. (CRESWELL, 2014, p. 86)

A escolha da organização ocorreu porque a APA da Baleia Franca é uma unidade de conservação criada há exatos 20 anos, sua formação e institucionalização estão fundamentadas na Constituição Federal de 1988 - sendo essa constituição um emblema do processo de redemocratização do Brasil. A Organização, por meio de seu conselho, o CONAPABF, vem se destacando no campo da gestão de unidades de conservação, já que promove, há 15 anos, um tipo de governança participativa. O reconhecimento de tal governança está impresso em dois projetos desenvolvidos na APABF que foram apresentados no I Seminário de Práticas Inovadoras na Gestão de Unidades de Conservação, realizado pelo ICMBio, em Brasília, em maio de 2014, e posteriormente com publicação em revista especializada. Assim, notoriamente a governança da APABF se destaca como um espaço ativo de articulação sociopolítica entre os atores do território, atuando na construção de pactos sociais para o desenvolvimento sustentável. (COSTA, 2019; DELFINO, 2017; ICMBIO, 2014; ICMBIO, 2020)

Além disso, o acesso da pesquisadora à organização era viável, uma vez que a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) atua no Conselho da APA da Baleia Franca, sendo atualmente representada pelo Professor Dr. Renê Birochi. A possibilidade de me integrar como membro interno da comissão para a elaboração do seminário dos Faróis, realizar a coleta de informações e observar como participante ativa do próprio processo de construção do seminário, constituíram-se em condições decisivas para viabilizar a realização desta pesquisa. Adicionalmente, destaco a oportunidade na realização de uma ação de extensão universitária, que visou contribuir com a comunidade local por meio da aplicação do

conhecimento, promovendo intercâmbio entre o conhecimento científico e demais saberes, visando complementá-los para a contínua promoção de mudanças positivas na sociedade.

O fenômeno observado, ou seja, as dinâmicas e processos que ocorrem nos fóruns para realização do Seminário Faróis da APA da Baleia Franca, é relevante pois o seminário foi criado para promover o conhecimento e o intercâmbio de experiências - identificadas como um conjunto de boas práticas a serem seguidas pelos atores do território - nos mais variados temas que permeiam a gestão da unidade de conservação e de seu entorno. Foi, portanto, uma forma de analisar os diálogos, controvérsias, negociações e deliberações que ocorreram entre seus atores sociais no processo de administração da unidade, bem como de acessar uma síntese das práticas dos 20 anos de criação da APA da Baleia Franca e dos 15 anos do conselho gestor dessa unidade de conservação. Tais práticas e seus efeitos tendem a evidenciar as negociações e disputas que ocorrem na unidade de conservação. Elas são ainda representativas de interesses e valores, simbolizados por meio de iniciativas de desenvolvimento sustentável na APABF.

Dessa forma, a exemplo da postura metodológica usada por outros pesquisadores do tema democracia técnica e fóruns híbridos - Amilien, Tocco e Strandbakken (2019); Farias (2016) - para alcançar os objetivos propostos, esta dissertação se valeu da abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu, de maneira não exclusiva, durante observação participante da pesquisadora nas comissões para realização do seminário – com quatro meses de campo, observando um total de seis reuniões virtuais, algumas gravadas, e com duração média de duas horas cada uma, além de inúmeras interações via grupo de WhatsApp e troca de e-mails. Tais encontros estão descritos detalhadamente na próxima seção.

O campo ocorreu de forma virtual pois foi realizado durante a pandemia do COVID-19, em 2020, sendo esse período reconhecidamente de isolamento social e restrições quanto às interações sociais presenciais. Esse componente virtual, ou seja, a realização do campo exclusivamente via plataformas na internet, é um elemento que, ao que se conhece até o momento, a teoria e os artigos empíricos citados exploram de forma incipiente.

Nessas ocasiões, os atores sociais, as dinâmicas e os processos foram observados e articulados com o referencial teórico, em especial aqueles descritos por Callon, Lascoumes e Barthe (2009) - visando assim alcançar respostas aos objetivos gerais e específicos deste estudo.

[...] uma pesquisa observacional, para ser considerada como tendo significado científico, deve apoiar-se em fundamentos teóricos consistentes relacionados à natureza dos fatos ou comportamentos a serem observados. Sem a teoria e um corpo

de conhecimento bem estruturados, a pesquisa observacional certamente produzirá elementos esparsos e não-conclusivos. (VIANNA, 2003, p. 11)

Além da observação participante realizada na comissão do seminário, a coleta de dados foi complementada, mirando compreensão em profundidade do caso, por meio de levantamento documental: consultas em publicações, documentos (atas de reuniões do conselho, relatórios da APABF, publicações no diário oficial), *sites* e pesquisas acadêmicas já divulgadas sobre o mesmo objeto.

Assim, no dia 02/06/2020, em fase exploratória, realizei observação, em tempo real, de um evento *online* na plataforma *Google Meet*. Este encontro promoveu um debate, entre atores sociais do território, sobre o atual contexto da APABF. Com duração aproximada de 3 horas, o evento contou com a colaboração ativa dos atores sociais da unidade de conservação, que, por meio de seus discursos e/ou suas mensagens escritas no *chat*, demonstraram algumas de suas características, preocupações e posicionamentos – aproximando a pesquisadora do campo de pesquisa.

E, após convite de dois conselheiros da APABF, iniciei no campo de pesquisa no dia 08/09/2020 participando de reunião virtual para a elaboração do edital do I Seminário Faróis da APABF. Nesta ocasião, acordamos que minha presença em campo finalizaria até dezembro de 2020, visando inclusive a realização desta dissertação. Firmamos a intenção de que o seminário ocorresse antes de minha saída de campo, ou seja, até o último mês de 2020.

Já em reunião plenária virtual do conselho da APABF, ocorrida no dia 18/09/2020, presenciei a comunicação entre todos os conselheiros presentes sobre minha participação como pesquisadora e meu envolvimento como membro externo na comissão para realização do seminário, ratificados no Anexo A dessa dissertação.

Os trabalhos de campo transcorreram a contento ao longo dos meses, entretanto, a realização do evento foi postergada pelo conselho gestor da unidade de conservação, por motivos detalhados nas próximas seções, para meados de 2021, e, assim, minha saída de campo foi anterior a realização do evento. Vale ressaltar que o fato do evento não ter sido realizado até dezembro de 2020 não prejudicou a elaboração desta dissertação e nem tão pouco a minha saída de campo embarçou a comissão do evento – que segue os trabalhos com cronograma de realização do seminário em 2021.

Durante o campo, foi possível observar a pluralidade de experiências e saberes dos conselheiros. Em dada situação havia um especialista no tema, mas, bastava surgir uma nova

pauta e, os papéis de especialistas e não especialistas podiam se inverter. Para exemplificar a heterogeneidade dos indivíduos que compunham a comissão do seminário, destaco que havia no grupo professores e técnicos especializados em temas distintos, líderes sociais locais, microempresários, gestores de ONGs; ou seja, uma gama diversa de saberes e interesses. Foi possível notar ainda que o grupo, apesar de bastante heterogêneo, tinha considerável capacitação ao exercício do diálogo, o que oportunizava o desencadeamento de processos de aprendizado.

Em outras palavras, em setembro de 2020 comecei a participar de reuniões para a realização do seminário. Em tais ocasiões, observei a atuação dos conselheiros do CONAPABF na prática, bem como executei atividades fundamentais à realização do evento. Essas atividades, assim como diversas decisões referentes ao seminário, foram direcionadas após deliberações dos conselheiros. Tais debates ocorriam em reuniões virtuais ordinárias e extraordinárias, com diversos conselheiros tratando as ameaças, as incertezas e as controvérsias.

Essas reuniões foram analisadas por mim sob a lente da teoria ator-rede, dos fóruns híbridos e da democracia técnica. A coleta ocorreu a partir das falas dos atores que foram organizadas e relacionadas aos conceitos teóricos considerados centrais para essas análises, conforme destacados no quadro 1 abaixo. Além disso, sempre que possível, busquei mobilizar também conceitos correlacionados ao marco teórico utilizado, derivados de outros pesquisadores, dentre os quais aqueles discutidos nos casos práticos apresentados anteriormente.

Quadro 1 - Conceitos teóricos centrais para as análises

TEORIA	CONCEITO	DEFINIÇÃO SINTÉTICA
Teoria Ator- Rede (TAR)	Movimento de Translação	“[...]Movimentos dentro de uma rede, distribuídos em meio a uma infinidade de participantes [...]”. (BRAGA; SUAREZ, 2018, p.222)
	Móveis Imutáveis	“[...]Formas que possuem a capacidade de fixar o conhecimento e permitir que este seja disseminado além do seu ponto de origem.” (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 409)

	Ordenação do social e Resistências	“[...]nada é lacrado. E [...] a ordenação (e seus efeitos, incluindo o poder) é contestável e muitas vezes contestada” (LAW, 1992, p.5)
	Conhecimento como produto social	Conhecimento como o efeito de uma rede de ‘materiais’ heterogêneos e não algo que foi alcançado por meio de um privilegiado método científico. (LAW, 1992, p. 2)
TAR e Depois	Controvérsias sociotécnicas	Incertezas técnicas relacionadas a um grupo, as quais carecem de decisão. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)
	Fóruns Híbridos	Método de ação em um mundo incerto. São “fóruns” por serem espaços abertos, onde o grupo se reúne para discutir opções técnicas relacionadas ao coletivo e são “híbridos” porque o grupo é heterogêneo - compostos por especialistas, políticos, técnicos e leigos – e porque as questões e problemas abordados são avaliados interdisciplinarmente. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).
	Democracia Técnica	Descrita também como dialógica, já que absorve as incertezas sociotécnicas, colocando-as no centro do debate. Buscando, dessa forma, o aprimoramento da democracia representativa tradicional. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).
	Espaço Aberto	“um espaço público que só pode funcionar se estiver equipado, organizado, estruturado e modelado para permitir a implementação de procedimentos dialógicos” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 181).

Fonte: Elaborado pela autora

Adicionalmente destaco a reflexividade da pesquisadora:

[...] o conhecimento válido emerge como conflito de interpretações e ações que são discutidas e negociadas entre o pesquisador e os membros da comunidade pesquisada. [...] O pesquisador torna-se crítico do seu modo de interagir com a comunidade e da qualidade do conhecimento científico produzido. (OLIVEIRA; PICCININI, 2009, p. 90).

A reflexividade, desta forma, atuou como componente central da pesquisa qualitativa realizada, constituindo-se como critério de validade dos procedimentos empregados.

A reflexividade traz o pesquisador para o centro da realização da pesquisa, fazendo-o analisar suas ações com relação aos temas, sujeitos e resultados de seus trabalhos.

O pesquisador é um agente ativo no processo de construção de conhecimento e deve estar ciente de suas responsabilidades e limitações. Não há um único caminho a ser percorrido, mas é fundamental que se mostre a trajetória que foi traçada e os rumos escolhidos, para que os demais possam situar e melhor compreender o resultado de seu trabalho. (OLIVEIRA; PICCININI, 2009, p. 96)

Por fim, optei por manter o sigilo do nome das organizações e dos seus respectivos conselheiros cujas falas e posicionamentos suportaram minhas análises.

Atualmente, o conselho da APABF é formado por 42 organizações. Seus representantes são membros de setores heterogêneos. Dentro dessa diversidade, num contexto político e social de pandemia sem precedentes nas últimas décadas, esses conselheiros agiram e decidiram a respeito dos variados temas e disputas relacionados ao território e, por consequência ao seminário. Contando ainda com a participação e com a observação dessa pesquisadora.

Nas próximas páginas, abordarei as controvérsias centrais observadas durante as reuniões para realização do seminário. Buscarei, por meio da descrição do contexto e das falas dos atores, aproximar, sempre que possível, os conceitos apresentados no referencial teórico.

Logo após, farei a avaliação do grau de democracia técnica das decisões nos fóruns de debates, aplicando os critérios indicados por Callon, Lascoumes e Barthe. E, no apêndice B, apresentarei o inventário de iniciativas inscritas no edital do seminário.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas seções a seguir, descreverei e analisarei os dados obtidos em campo com o apoio dos conceitos teóricos visando assim responder aos objetivos geral e específicos.

4.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A APA DA BALEIA FRANCA

O artigo nº 255 da Constituição Federal do Brasil – que foi promulgada em Outubro de 1988 e estabeleceu o Estado Democrático Brasileiro – inicia-se com a seguinte frase: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, Constituição (1988), 1988, p. n.p)

Já em seu primeiro parágrafo, nos incisos I, II, III e VII, o mesmo artigo 255 encarrega ao poder público o ato de assegurar a efetividade desse direito, devendo para tal: “I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas”; “II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético”; “III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção” e “VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. (BRASIL, Constituição (1988), 1988, p. n.p)

E assim, com o propósito de regulamentar tais incisos do artigo 255 da Constituição Federal, em julho de 2000, foi promulgada a lei número 9.985, instituindo, dentre outras providências, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000)

Por meio do SNUC visa-se “estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000, p. n.p). Dentre os objetivos do SNUC estão: promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais (art. 4º inciso IV); valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica (art. 4º inciso XI) e proteger os recursos naturais necessários à

subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (art. 4ª inciso XIII). (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000)

A lei 9.985/2000 estabelece ainda que o SNUC será gerido por 3 órgãos: 1 - o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que é consultivo e deliberativo e tem como atribuição acompanhar a implementação do Sistema; 2 - o Ministério do Meio Ambiente, que é órgão central e tem como finalidade a coordenação do Sistema e 3 - o ICMBio ou o IBAMA, em caráter supletivo, que é o órgão executor, tendo a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação. (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000)

As unidades de conservação integrantes do SNUC, de acordo com a lei 9.985/2000, são divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000)

Nessa dissertação, detalharei a categoria Área de Proteção Ambiental (APA) que pertence ao grupo de unidades de uso sustentável – entendendo-se como usos sustentáveis “a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”. (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000, p. n.p)

Uma APA é considerada uma área normalmente extensa, composta por terras privadas ou públicas, onde haja certo grau de ocupação humana “[...] dotada de atributos especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”, os objetivos para sua existência são “[...] proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000, p. n.p) . Ainda de acordo com a mesma lei, toda APA disporá de um Conselho, denominado Conapa, “presidido pelo órgão responsável por sua administração e que será constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente”. (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000, p. n.p)

Quanto a forma de gestão das unidades de conservação, a lei 9.985/2000 regulamenta que as unidades devem dispor de um Plano de Manejo – documento técnico que “estabelece o zoneamento da unidade e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais” - que abarque tanto a área da unidade de conservação, quanto seu entorno e

corredores ecológicos, e que incluía medidas que promovam a integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. A lei 9.985/2000 indica ainda que na elaboração, atualização e implementação do plano de manejo de uma APA ficará assegurada a ampla participação da população residente. Já em seu capítulo 4, a mesma lei, previne que as unidades de conservação serão criadas por ato do poder público. (BRASIL, Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, 2000)

Assim, APABF teve sua criação oficializada via o decreto presidencial número 9.027 de setembro de 2000. Conforme inaugura o primeiro artigo do decreto:

“Fica criada, na região costeira do Estado de Santa Catarina, a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, com a finalidade de proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral *Eubalaena australis*, ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves. (BRASIL, Decreto n. 9.027, de 14 de setembro de 2000, 2000)

Em seu segundo artigo, o decreto descreve os limites territoriais da unidade de conservação, enquanto em seu terceiro artigo, são listadas as 12 atividades sujeitas à regulamentação específica dos órgãos competentes. No quarto artigo é indicado que na área da APABF “[...] deverão ser adotadas medidas para recuperação de áreas degradadas, proteção da vegetação fixadora de dunas e melhoria das condições de disposições e tratamento de efluentes e lixo”. O quinto artigo garante o acesso aos pesquisadores e observadores de baleias à área portuária, desde que respeitadas às normas dos Portos de Imbituba e Laguna. O sexto artigo orienta que a APABF “[...] será administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que deverá tomar as medidas necessárias para sua proteção e gestão” - importante notar que no ano de 2007 houve a divisão do IBAMA e então o órgão responsável pela gestão da APABF passou a ser o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (COSTA, 2019). O sétimo artigo decreta que “O Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca deverá ser elaborado no prazo de cinco anos”. E o oitavo e último artigo informa que o decreto vigorará a partir de sua data de publicação - que ocorreu no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 2000. (BRASIL, Decreto n. 9.027, de 14 de setembro de 2000, 2000)

Já o decreto presidencial de agosto de 2002 (BRASIL, Decreto nº 4340 de 22 de Agosto de 2002, 2002, p. n.p), que regulamentou a gestão e competências do órgão executor e do conselho das unidades de conservação, ordena que cabe ao conselho da unidade, dentre outras competências: “acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, garantindo o seu caráter participativo”; “esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade”; “avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação”; “propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade”. O mesmo decreto indica ainda que o mandato de conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

“A criação do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca – CONAPABF, ocorreu no ano de 2005, por meio de um processo participativo sendo instituído pela Portaria do IBAMA nº 48 de 22 de junho de 2006” (COSTA, 2019, p. 90)

Ou seja, em 2005, começou a ser instituído um conselho gestor da unidade de conservação da APABF, o CONAPABF, que busca contemplar em sua estrutura a representação da diversidade da comunidade que integra o seu território. Atualmente o conselho é formado por 42 entidades – composta por representantes dos setores público, de usuários do território e de organizações da sociedade civil – seu funcionamento e composição serão descritos na próxima seção.

4.2 DESCRIÇÃO DO CONSELHO DA APA DA BALEIA FRANCA – CONAPABF

Embasado na Constituição Federal de 1988 e em leis e decretos que a regulamentam, foi formado, há 15 anos, o conselho da unidade de conservação da área de preservação da Baleia Franca. Este, passou por um período de institucionalização, treinamento e capacitação de seus conselheiros. Tal processo culminou, dentre tantas outras ações, na elaboração participativa do plano de manejo da unidade. (COSTA, 2019)

“O processo de elaboração do plano de manejo da APA da Baleia Franca é inovador em sua forma de ser, tanto quanto o documento final. Ele rompe barreiras tradicionais, e aproxima a gestão das pessoas que fazem parte daquele território. Justamente por ser um processo diferente do que se costuma acontecer, ele precisou

de um tempo de amadurecimento, para que estivesse de acordo com as necessidades e demandas daquele local”. (COSTA, 2019, p. 166)

No território que compõe a unidade de conservação, as principais atividades econômicas são “a pesca artesanal e industrial, a rizicultura, a mineração e o turismo”. E um dos destacáveis desafios do Conselho é o de

“[...]conciliar o desenvolvimento econômico da região com a preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais, uma vez que sua localização gera conflito com as prefeituras municipais pela regulação do uso e ocupação do solo e com alguns dos setores que desenvolvem suas atividades no território.” (COSTA, 2019, p. 85)

Dentre as principais ameaças já identificadas no território estão: “a degradação das dunas e vegetação de restinga, o crescimento populacional, o turismo sazonal, e o crescimento do mercado imobiliário nas praias. Essas atividades colocam em risco a conservação da biodiversidade e os valores locais.” (COSTA, 2019, p. 85)

Assim, o dia a dia do território e do conselho da APABF é marcado pela gestão de controvérsias. O exercício de buscar solução para tais controvérsias, e/ou de alternativas para dirimi-las, é desempenhado através da articulação e debate entre os seus representantes.

“A equipe gestora acredita que quanto maior for o envolvimento desses atores e dos municípios no que se refere a regulação do uso e ocupação do solo, esses espaços deliberativos irão oportunizar diálogos e acordos para que os atores envolvidos resolvam os conflitos de interesses.” (COSTA, 2019, p. 105)

Importante notar que o CONAPABF não é o único espaço de debates e interação sobre as controvérsias do território. Tais disputas também são promovidas em outros espaços deliberativos – como as Câmaras Municipais. Há ainda exemplos de situações em que ações deliberadas pelo CONAPABF foram judicializadas por representantes do próprio conselho – revelando emblemática resistência às soluções deliberadas pelo Conselho da APABF. Além disso, elas são também abordadas em perfis nas redes sociais.

A seguir, no quadro 2, estão relacionadas as 42 organizações conselheiras, que compõe o CONAPABF no biênio 2019-2020. Essas organizações são subdivididas em três setores: governamental, organizações não governamentais ambientalistas e usuários do território:

Quadro 2 - Entidades Conselheiras CONAPABF (biênio 2019-2020)

Entidades Conselheiras CONAPABF (Biênio 2019-2020)		
SETOR GOVERNAMENTAL:	1.	Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca – APABF/ICMBio
	2.	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – EPAGRI
	3.	Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA
	4.	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
	5.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de SC – Campus Garopaba – IFSC/Garopaba
	6.	Polícia Ambiental
	7.	Prefeitura Municipal de Garopaba
	8.	Prefeitura Municipal de Imbituba
	9.	Prefeitura Municipal de Laguna / Secretaria Planejamento
	10.	Fundação Lagunense do Meio Ambiente - FLAMA – Laguna
	11.	Secretaria do Patrimônio da União – Superintendência de SC – SPU/SC
	12.	SC Parcerias / Porto de Imbituba
	13.	Universidade do Estado de SC – UDESC
	14.	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
SETOR DE USUÁRIOS DOS RECURSOS:	15.	Associação Comunitária da Guarda do Embaú
	16.	Associação Comunitária Rural de Imbituba - ACORDI
	17.	Associação de Surf da Praia da Guarda do Embaú
	18.	Associação dos Moradores da Praia dos Naufragados – AMOPRAN
	19.	Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibiraquera – ASPECI
	20.	Associação Empresarial de Garopaba- ACIG
	21.	Associação Empresarial de Imbituba – ACIM
	22.	Associação Empresarial de Laguna – ACIL
	23.	Associação Rádio Comunitária Pinheira
	24.	CAIPORA Cooperativa para Conservação da Natureza
	25.	Conselho Comunitário de Ibiraquera – CCI
	26.	Plataforma de Pesca Praia do Rincão – PPPR
	27.	Sindicato do Comércio Atacadista e Varejista de Laguna - SINDILOJAS – Laguna
	28.	Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
SETOR DE ONGS	29.	Associação Barra Limpa
	30.	Associação Entremares
	31.	Associação PRO CREP
	32.	Associação R3 Animal
	33.	Ferrugem Viva – Centro de Educação Ambiental da Praia da Ferrugem
	34.	FloripAmanhã
	35.	Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera
	36.	Fundação Gaia – Legado Lutzenberger
	37.	Instituto Australis

38.	Instituto Baleia Franca – IBF
39.	Instituto Boto Flipper
40.	Instituto Ekko Brasil
41.	Instituto Mangue Vivo
42.	Instituto Tabuleiro

Fonte: <https://conapabaleiafranca.wordpress.com> (2020)

Institucionalmente, além do CONAPABF, a unidade de conservação conta com um Comitê Executivo, composto por um representante de cada setor. É no âmbito do comitê executivo que é feito o planejamento prévio das atividades que serão abordadas durante as plenárias do Conselho – sendo esse fórum responsável ainda por viabilizar os documentos, convocações e a estrutura necessária para a realização dos encontros. (COSTA, 2019).

Para organizar o endereçamento dos temas, as plenárias são divididas em espaços:

“No Espaço Administrativo é realizada a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, e leitura do extrato das correspondências emitidas e recebidas pela APABF. No Espaço Institucional são dados informes da APABF, das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, e dos conselheiros. No Espaço de Discussões e Decisões são debatidas as pautas que requerem posicionamento do Conselho (autorizações para licenciamento, moções e recomendações). E no Espaço de Capacitação Continuada dos Conselheiros são realizados debates sobre temas relevantes para a gestão da APABF. O CONAPABF realiza suas plenárias ordinárias a cada trimestre, onde visa tratar de temas estratégicos para gestão da APABF. Desde que foi criado, além das reuniões ordinárias, conta com o espaço das câmaras técnicas permanentes, e com os grupos de trabalho transitórios para tratar de assuntos específicos que necessitam de maior envolvimento” (COSTA, 2019, p. 92)

E foi justamente em uma das câmaras técnicas permanentes do CONAPABF, chamada Câmara Técnica de Atividades Econômicas Sustentáveis, que surgiu a ideia de se fazer um seminário, que veio a ser denominado Faróis da APA da Baleia Franca. A proposta idealizada pelos participantes desta câmara técnica era valorizar iniciativas realizadas no território que exemplifiquem alternativas e soluções encontradas para as controvérsias tratadas ao longo dos 15 anos de história do conselho. Tais iniciativas foram definidas como faróis iluminadores do caminho – ou seja, práticas sociais e econômicas que geraram transformação social e/ou socioambiental e que beneficiaram as pessoas ou organizações do território pela via da inovação social ou tecnológica. A proposta de realização do seminário

foi aprovada na reunião plenária do CONAPABF de dezembro de 2019 e sua realização ficou prevista para o ano 2020.

4.3 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: OS FÓRUNS PARA A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO FARÓIS DA APABF

No dia 08/09/2020 às 15h participei pela primeira vez da reunião para a elaboração do edital de criação do Seminário Faróis da APABF. Com duração aproximada de uma hora e realizada virtualmente - já que, como já dito, o período se enquadra num momento histórico de isolamento social: a pandemia do COVID-19 – a reunião foi composta por mim e dois conselheiros da APABF – aqui denominados Conselheiros A e B – sendo ambos também representantes do comitê executivo da APABF.

Durante esse encontro, foi definido que o seminário Faróis abrangeria a Unidade de Conservação (UC) da APABF e seu entorno (ou seja, os nove municípios que a compõe). Sendo o público-alvo das inscrições do seminário toda a comunidade atuante no território. Delimitou-se que o conceito de boas práticas seria o de inovações sociais e tecnológicas orientadas para o bem-comum, onde os pactos sociais fossem exercitados e gerassem resultado e eficiência para a sociedade e/ou para a UC.

Discutimos como seria operacionalizado o edital (ambos conselheiros acreditavam que a falta de incentivos – financeiros ou de encontros presenciais que promovessem *network* – não seriam impeditivos para que as inscrições ocorressem). Ambos entendiam que a divulgação e o “recrutamento” de inscrições do edital poderiam ser feitas nos grupos de conselheiros dos quais fazem parte, via bola de neve desses integrantes do grupo, ou ainda por meio de contatos pontuais com pessoas atuantes no território. E que a mobilização teria de partir dos membros do conselho independentemente da participação direta do ICMBio.

Ficou definido que eu faria um esqueleto do edital com base nos editais de seminários anteriores do ICMBio – já que o ICMBio, nos anos de 2014, 2016 e 2017 havia promovido Seminários de Boas Práticas para todas as Unidades de Conservação do País - e que compartilharia com eles para que fizessem a revisão (o que de fato ocorreu). Ficou previsto ainda que até sexta-feira daquela mesma semana, ou seja, no dia 11/09/2020, teríamos uma versão da proposta final do edital. Conselheiro B se prontificou a criar uma conta *Gmail* para as comunicações e futuras inscrições dos formulários do seminário - que seriam preenchidos via *Google Forms*.

Ambos os conselheiros planejavam deliberar já na próxima plenária do CONAPABF, prevista para o dia 18/09/2020, a proposta final do edital do seminário. Na ocasião, previam ainda a formação do grupo de trabalho do seminário, denominada comissão avaliadora do seminário dos faróis. Tal grupo seria responsável pela avaliação das inscrições. Foi ainda previsto que o seminário ocorreria entre final de novembro e início do dezembro de 2020. Constatada também, pelas datas propostas, a inevitabilidade de ser um seminário virtual, devido a pandemia. Além do seminário dos faróis, Conselheiro B informou que planejavam fazer e promover um outro edital, visando contar a história dos 15 anos do CONAPA e dos 20 anos da APABF através de fotos.

Assim, já no dia 17/09/2020 tínhamos construído de maneira participativa (onde tanto eu, quanto os conselheiros A e B contribuimos na revisão/redação) uma versão completa do edital, o e-mail faroisapabf@gmail.com já estava ativo e o formulário de inscrições no seminário já estava pronto e disponível no *Google Forms*. Fui informada que os demais conselheiros já haviam recebido por e-mail uma cópia desta proposta de edital para críticas e sugestões, uma vez que o lançamento seguia previsto na pauta da plenária do CONABF do dia 18/09/2020.

Desta maneira, no dia 18/09/2020, das 14h às 17h, via *Zoom*, ocorreu a plenária virtual do conselho da APA da Baleia Franca. Por não ser conselheira, eu não possuía convite para entrar no *link* da reunião, mas me foi disponibilizado um *link* de acesso via canal no *Youtube*, para acompanhamento em tempo real da reunião. Fui informada que caso desejasse fazer perguntas poderia utilizar o chat (não fiz nenhuma pergunta, mas observei que houve bastante interação de outros participantes via *chat* do canal, que fizeram ponderações e questionamentos, sendo alguns destes observados e comentados). A reunião foi prejudicada por problemas de conexões e instabilidades tecnológicas. E seguiu o programa abaixo indicado:

PROGRAMA

Espaço Administrativo (Das 14h00min às 14h30min)

- Abertura e boas-vindas
- Informes sobre a metodologia
- Apresentação novo Chefe
- Aprovar ata reunião dezembro 2019
- Apresentar e aprovar programa da reunião

Espaço de Decisões (Das 14h30min às 15h45min)

- Eleições Conselho/ Recondução (20 min)
- Ranchos de Pesca (15 min)
- Seminário das Boas Práticas (Faróis) (15 min)
- GT Lagoa da Ibiraquera (10 min)

Espaço Institucional (Das 15h45 às 16h10)

Informes da APA Baleia Franca

ENCERRAMENTO (Das 16h10min às 16h45 min)

- Sobre os 20 anos APABF e 15 anos CONAPABF

Dado o programa, dentre os assuntos pautados, além do seminário, destaco a apresentação de novo chefe da APABF e a recondução do Conselho atual por mais 2 anos. Houve uma pequena pausa e aproximadamente 1h30min após o início da reunião chegou-se na apresentação e deliberação do Seminário Faróis da APABF. O assunto foi introduzido na reunião pelo conselheiro B e posteriormente desenvolvido pelo conselheiro A.

Durante a sua fala, conselheiro B lembrou que a ideia do seminário surgiu dentro da câmara técnica de atividades econômicas sustentáveis, e que a proposta de o implementar em 2020 havia sido encaminhada positivamente pelos conselheiros na plenária de dezembro de 2019. Assim, passando a palavra ao conselheiro A, complementou dizendo “então agora foi trabalhada a sugestão de um edital para lançamento esse ano ainda, como um presente - e uma articulação entre todo o território - pelos 20 anos da APA e 15 anos do Conselho”.

Já o conselheiro A, em sua apresentação, solicitou aos demais conselheiros apoio para divulgação e participação nas submissões. Enfatizou que o principal objetivo do seminário seria o de demonstrar práticas que já estão ocorrendo no território – que vinham acontecendo mesmo antes da regulamentação dada pelo plano de manejo. E que tais práticas seriam como referências que iluminam o caminho do território – sejam estas boas práticas sociais, econômicas etc. Uma vez que tais práticas geram transformação social e socioambiental que beneficiam as pessoas. Assim, por meio de casos práticos, visando demonstrar que era algo próximo da realidade de toda a comunidade e não exclusivamente um assunto técnico, o conselheiro ilustrou sua fala com os seguintes exemplos: protocolos de encalhes de baleias e

enredamentos; turismo embarcado – protocolos técnicos; turismo humanitário; protocolo e práticas de bio-construção, captação de água e esgotos sustentáveis, questões urbanísticas, acordos entres prefeituras, produção agroecológica, manejo dos butiazais, dentre outras. Complementou a fala informando o cronograma previsto. Solicitou a participação e engajamento dos conselheiros para comporem a comissão de avaliação das submissões. Avisou que seriam selecionadas até 30 iniciativas. Solicitou que todos lessem a versão proposta para o edital e se caso tivessem sugestões de alteração que as enviassem o quanto antes.

Após a fala do conselheiro A, o conselheiro B acrescentou que estava buscando alinhamento de verba com o chefe do ICMBio visando transformar as iniciativas selecionadas no seminário em uma revista ou publicação - sendo esse mais um estímulo para a participação das pessoas e das organizações. Informou que talvez parte do orçamento não utilizado em outra ação poderia ser revertido para cobrir os custos com essa publicação. Solicitou a todos que contribuíssem e lessem o edital, e concedeu o prazo de uma semana, até dia 25/09/2020, visando que todos tivessem tempo suficiente para tal. E propôs que, aproveitando que já estavam todos reunidos, já fosse formada a comissão avaliadora do seminário dos faróis.

Neste momento, o conselheiro C pediu a fala e propôs a utilização da agenda 2030 e seus 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, no edital do seminário - já que, segundo o conselheiro, muitas organizações do território são signatárias dessa agenda da ONU (inclusive acrescentou que estávamos na década do oceano) e alegou que por ser uma política pública internacional ampliaria a relevância do seminário. Dessa forma, ficou combinado que o Conselheiro C incluiria essa adequação no edital.

Assim, o seminário foi aprovado e iniciou-se a auto nomeação de participantes da comissão avaliadora, ficando ao final composta por, além dos dois conselheiros A e B, mais 10 conselheiros.

Conselheiro B fechou o tema, informando que a comissão seria composta só por conselheiros e que eu também acompanharia. Reforçou que aguardaria revisão do documento por todos os conselheiros até dia 25/09/2020 e que na data provável de início de outubro já haveria a primeira reunião da comissão.

No dia 25/09/2020, conselheiro B enviou e-mail para mim e para o conselheiro A, com um anexo da versão do edital revisada pelos demais conselheiros e a seguinte mensagem: “Anexo, Edital Faróis já revisado após contribuições de conselheiros. No geral, sugeriram

simplificar. Necessário reescrever a parte que fala como será avaliado. Está um pouco confuso.”

Essa versão revisada pelos conselheiros, enviada pelo conselheiro B, também incluía as seguintes novas redação no objetivo: “Criar um selo de boas práticas para o território da APA da Baleia Franca” e “Mapear instituições signatárias da Agenda 2030/ODS”. Já quanto à participação no seminário foi acrescentado que “as 30 Boas Práticas selecionadas serão apresentadas no I Seminário Faróis de Boas Práticas do território da Unidade de Conservação APA da Baleia Franca que será realizado virtualmente, em data a ser definida entre os dias 01/dez/2020 e 18/dez/2020 e obterão o Selo de Boas Práticas da APA Baleia Franca”. No questionário, foram ainda adicionadas questão sobre a Agenda 21 e outra que solicitava que cada inscrição enviasse pelo menos cinco fotos para o e-mail faroisapabf@gmail.com.

Por não ser conselheira, não participei dos debates que resultaram na redação do edital a criação do selo e a inclusão das fotos. Posteriormente, já no dia 09/11/2020, me posicionei - no grupo de WhatsApp criado para comunicação entre mim e os conselheiros A e B - quanto a minha falta de visibilidade referente ao motivo da criação do selo, e recebi a seguinte mensagem de áudio do conselheiro B “quanto ao selo a gente pegou aquela questão que sempre falava, do selo verde e selo da APA, e não discutimos profundamente [...]”. Investiguei o assunto em conversa com o conselheiro A, e entendi que a criação de um selo já era um assunto corriqueiro entre os conselheiros.

Seguindo novamente na cronologia da criação do edital, após debates e revisões entre nós três (eu, Conselheiro A e Conselheiro B), no dia 28/09/2020 concordamos sobre a simplificação dos critérios de avaliação das submissões que passaram a ser redigidos da seguinte forma “Cada prática será avaliada por pelo menos dois avaliadores que irão analisar e avaliar as respostas ao formulário de inscrição. Serão 20 questões que estão elencadas ao fim deste edital. A nota final da iniciativa será a média das avaliações recebidas por pelo menos dois avaliadores”. Para verificar a integra da versão final do edital publicado vide Apêndice A.

Em 02/10/2020, foi criada, pelo conselheiro B, a sugestão do banner abaixo. Que foi acatada pela comissão para futura divulgação nas redes sociais:

Figura 2 – Banner divulgação do Seminário



**Edital para Seleção de Projetos para o
I Seminário Faróis de Boas Práticas da APA da
Baleia Franca**

Objetivo:
•Valorizar as boas práticas econômicas, sociais e ambientais, que resultem em inovações sociais e/ou tecnológicas implementadas no território da APA da Baleia Franca.

Alguns exemplos de “Faróis” a serem seguidos:

- Projetos de urbanismo baseados em critérios sustentáveis de construção;
- Experiências industriais que contemplem baixo impacto ambiental;
 - Projetos de agroecologia e produtos da sociobiodiversidade;
 - Gestão sustentável de resíduos sólidos;
- Conservação do patrimônio imaterial artístico e cultural;
- Ação de gestores públicos, empresariais ou da sociedade civil ;
 - Iniciativas de turismo de base comunitária

Visite www.conapabaleiafranca.wordpress e conheça o Edital completo.
Inscreva gratuitamente seu Projeto até o dia 01 de novembro de 2020.
As 30 melhores práticas serão apresentadas no I Seminário Faróis da APA da Baleia Franca e serão reconhecidas com o Selo Faróis da APABF.

Iniciativa: Conselho Gestor da APA da Baleia Franca

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Assim, no dia 04/10/2020, o lançamento do Seminário foi oficializado no *site* do conselho da APA <https://conapabaleiafranca.wordpress.com/> . Nesta mesma data, sugeri que o edital também fosse publicado no site oficial do ICMBio da APABF, como forma de ampliar o público com acesso à informação e de promover a iniciativa. O conselheiro B se prontificou a conversar com o chefe do ICMBio sobre o assunto, mas até minha última consulta feita ao site, não constava registro do edital do seminário no endereço <https://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/>.

Figura 3 - Divulgação do Seminário no site do CONAPABF

conapabaleiafranca.wordpress.com

Sites Sugeridos HP Games Importado do IE



Edital para Seleção de Projetos – I Seminário Faróis de Boas Práticas da APABF

EM 4 DE OUTUBRO DE 2020 / POR CONSELHOAPABALEIAFRANCA / DEIXE UM COMENTÁRIO

conapabaleiafranca.wordpress.com

Sites Sugeridos HP Games Importado do IE

viagensecaminhos.com

Farol de Santa Marta – SC

Em comemoração aos 20 anos da criação da APA da Baleia Franca e 15 anos do Conselho Gestor da Unidade de Conservação, convidamos todos os setores do território para compartilhar suas experiências identificadas como Faróis, ou seja, boas práticas a serem seguidas, nos mais variados temas que permeiam a gestão da APA da Baleia Franca (APABF) e de seu entorno, delimitado pelos nove territórios político-administrativos dos municípios que a compõe.

Acesse o Edital e participe, inscrevendo-se até o dia 01 de novembro de 2020. Mais informações: faroisapabf@gmail.com

[edital_faroc81is_boas_pracc81ticas_apabf](#) [Baixar](#)

Fonte: <https://conapabaleiafranca.wordpress.com> (2020)

Na primeira semana após o lançamento (do dia 05/10 até 11/10/20), o edital havia recebido duas inscrições, ambas de organizações de Imbituba, são elas: Grupo Barra Unida Imbituba e Jogue Limpo Praia do Rosa. Foram também recebidos e-mails com dúvidas, dentre elas, a de um aluno da UDESC de arquitetura em Laguna cuja pesquisa ocorreu no território

da APABF e o aluno gostaria de saber se o seu estudo poderia ser cadastrado como boa prática. Ele foi orientado a fazer a inscrição para futura avaliação de aderência.

No dia 17/10/2020 o edital possuía quatro inscrições e uma semana após, já no dia 25/10/2020, mantinham-se as mesmas quatro inscrições. Como o cronograma previa encerramento das inscrições no dia 01/11/2020, enviei mensagem no grupo do WhatsApp perguntando aos conselheiros B e A se não seria o caso de enviar convites personalizados para lideranças e/ou conhecidos praticantes de boas práticas no território. Fiz inclusive sugestão de comunicação. Conselheiro B respondeu que entendia que sim, que era o caso, e disse que iria pedir ao grupo do CONAPABF uma força-tarefa para identificar essas lideranças e instituições. E que talvez tivéssemos que prorrogar o prazo de inscrições para até dia 10/11/2020.

Já no dia 27/10/2020, a divulgação para inscrições no seminário faróis também estava ocorrendo no *site* Notícias UFSC, conforme figura abaixo.

Figura 4 - Divulgação do Seminário no site Notícia UFSC

The screenshot shows a news article on the UFSC website. The URL is <https://noticias.ufsc.br/2020/10/pos-em-administracao-seleciona-projetos-para-seminario-sobre-area-de-protecao-da-baleia-franca/>. The article is dated 27/10/2020 at 11:06. The main headline is "Seleção de projetos para seminário sobre área de proteção da Baleia Franca". The text of the article states that the Conselho Gestor da APA da Baleia Franca is accepting registrations until November 1st for a seminar on October 18th. It lists criteria for project selection, such as sustainability, social impact, and innovation. A sidebar on the left contains navigation links for "Divulga", "Semana", "TV UFSC", "AGECOM", "DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA", and "REDES SOCIAIS". A right sidebar features a graphic titled "Edital para Seleção de Projetos para o I Seminário Faróis de Boas Práticas da APA da Baleia Franca" with details on objectives and examples of projects.

Fonte: <https://noticias.ufsc.br/2020/10/pos-em-administracao-seleciona-projetos-para-seminario-sobre-area-de-protecao-da-baleia-franca/> (2020)

No dia 01/11/2020, pela manhã, enviei mensagem no grupo de WhatsApp comunicando que já tínhamos ao todo 10 inscritos – e que esse me parecia ser um número interessante e suficiente de inscrições. Logo após, o Conselheiro A respondeu que acreditava que ainda receberíamos mais inscrições, mas que 10 iniciativas já representavam um bom número.

No dia 02/11/2020, pela manhã, enviei mensagem no grupo de WhatsApp comunicando que, conforme cronograma, as inscrições estariam encerradas e que tínhamos 15 iniciativas cadastradas. Logo após, o Conselheiro A se manifestou felicitando o resultado. Minutos após, o conselheiro B comunicou que havia postado em todos os grupos que participava, relacionados ao território, que o prazo havia sido prorrogado até 07/11/2020. Respondi que não sabia que o prazo havia sido prorrogado (que me recordava que isso tinha sido sugerido, mas não que havia sido efetivado) e que acreditava que o formulário já não estava mais programado para receber inscrições, perguntei se não seria o caso de avisar que encerramos as inscrições desse seminário e trabalhar a possibilidade de uma próxima edição? Conselheiro B se desculpou pelo ruído de comunicação, mas afirmou que achava delicado cancelar agora, pois alguns poderiam estar usando o feriado (de 02/11/2020) para trabalhar na inscrição. Respondi que entendia o ponto de vista, mas que não estava com disponibilidade naquele momento de reativar o formulário, e que aguardaria o posicionamento de A e B para então saber como proceder. Conselheiro B novamente se posicionou dizendo que entendia que deveríamos manter até dia 07/11/2020. O conselheiro A respondeu contando que algumas pessoas o haviam procurado perguntando sobre prorrogação e que ele havia dito que não íamos prorrogar até verificarmos os projetos inscritos, e que só após avaliação decidiríamos sobre isto. E que era necessário publicar essa informação no site do ICMBio para não correr risco de impugnação do edital. Após essa manifestação não houve mais nenhuma interação nesse dia.

No dia 03/11/2020, fim de tarde, o conselheiro A enviou um áudio no grupo de WhatsApp, informando que mais pessoas estavam interessadas em se inscrever e que alguns reclamavam do formulário via *Google Form* (já que esse possuía restrições no tamanho das respostas). Além disso ele manifestou preocupação sobre o selo faróis da APA da Baleia Franca e como esse seria usado por organizações empresariais. Ele pede para tomarmos essas decisões com uma certa agilidade. Minutos depois eu me posiciono, dizendo que na minha opinião, de acordo com o cronograma, o prazo já estava encerrado. E que as inscrições pelo

Google Form – de fato tinham limitações – mas era a ferramenta gratuita que dispúnhamos para uma organização mínima das inscrições (salientei inclusive que a mesma ferramenta teria sido utilizada nos outros seminários promovidos pelo ICMBio). Não pude me manifestar sobre o selo pois não tinha embasamento para comentar. Alguns minutos após, o conselheiro B se manifestou, frisando que também havia recebido informações de pessoas que queriam se inscrever, que a ampliação do prazo foi amplamente divulgada nas redes do CONAPABF, e que iria reiterar com o chefe do ICMBio para divulgar no site do ICMBio e que entendia que deveríamos manter o *Google Forms* como mecanismo de inscrição. E então o conselheiro A se dirige diretamente ao conselheiro B e diz que era importante nós três fazermos uma reunião de planejamento das próximas etapas. Que ele entendia que tínhamos que envolver mais a comissão avaliadora que foi formada para ajudar a ler e avaliar os projetos inscritos. E novamente reforçou a preocupação com o selo da APABF, que poderia ser usado como um instrumento de marketing indiscriminadamente. Ele sugere que alternativamente poderíamos tratar o seminário como um fórum de apresentação e discussão sem vincular ao selo. Já que para ele o selo deveria vir como coroamento de um longo processo de avaliação. Conselheiro B concorda com a mobilização da comissão e nada comenta sobre os demais pontos. Há um descompasso de agenda entre ambos, para fazermos a reunião, e não se chega a nenhuma data.

No dia 05/11/2020, pela manhã, enviei mensagem ao grupo afirmando que poderia fazer a reunião em todos os dias que eles sugeriram e que alternativamente eu também poderia no sábado. Indiquei ainda que, de toda forma, acreditava que naquele momento o interessante seria já mobilizarmos a comissão para correção das inscrições recebidas. Aviso ainda que no edital constava a informação que cada inscrição seria avaliada por pelo menos 2 pessoas. Então pergunto: “o que acham, podemos mobilizar a comissão nesse sentido? Sugestão de como serão separadas as inscrições para correção e quem receberá cada uma delas? Qual seria um prazo efetivo para que cada pessoa faça duas avaliações?”. O conselheiro B responde que está vivendo dias intensos de mudança de emprego e pede que eu elabore um e-mail com essas orientações para que ele encaminhe para todos da comissão. Assim, logo após envio para o grupo minha sugestão de comunicação para mobilizar a comissão:

Bom dia comissão, as inscrições do Seminário Faróis irão acabar no próximo sábado, dia 07/11, e até o momento já temos 15 iniciativas inscritas. Agora me parece importante nos articularmos para seguir o planejamento e fazermos um belo

evento em dezembro! Assim, gostaria de iniciar a separação das iniciativas com cada um de vocês, para que cada um leia e atribua uma nota de 0 a 10 para ao menos duas inscrições. O que acham? Sugestão de como serão separadas as inscrições? Qual seria o prazo efetivo para que cada pessoa faça pelo menos duas avaliações? Obrigado. Abraços.

Ambos concordaram com a comunicação, conselheiro A sugeriu que o prazo para avaliação fosse no máximo de duas semanas. Pois, após as avaliações, ainda iríamos precisar de mais duas ou três semanas para realizar os ajustes, divulgar os selecionados e preparar o seminário.

Então Conselheiro B questiona “o que acham de ampliarmos nosso grupo aqui do WhatsApp agora? Incluir aqui o pessoal da comissão?”.

Conselheiro A manifesta receio que isso possa causar grande aumento de mensagens, resultando em mais trabalho para nós três. E indica que acha que devíamos enviar tudo por e-mail e acompanhar por WhatsApp, pois essas regras bem definidas ajudariam na gestão do grupo. Ele ainda reforça que continua preocupado com a emissão do selo e que se essa discussão fosse aberta isto poderia não ser positivo no momento. Tanto eu quanto conselheiro B concordamos.

No dia 08/11/2020 verifiquei no formulário online que após encerramento da prorrogação o seminário possuía 21 inscrições computadas via formulário *Google Forms*. Havia também 29 e-mails não lidos – e que era necessário examinar se dentre estes havia alguma inscrição, pois houve relatos de problemas em efetivar inscrição via *link*. Além disso era necessário confirmar se seriam acatadas inscrição por e-mail – já que isso não foi previsto no edital.

No dia 09/11/2020, pela manhã, envio mensagem no grupo de WhatsApp avisando que totalizavam 24 inscrições, contando três formulários que foram enviados por e-mail. E pergunto se podemos enviar para a comissão? O Conselheiro A responde logo em seguida, satisfeito com o número de inscritos, comentando os seguintes pontos: 1 - que a comissão então teria que ser mobilizada de forma que cada inscrição fosse analisada por 2 pessoas; 2- que entendia que haveriam inscrições por e-mail devido às limitações do formulário online; 3 – que o conselheiro B conhecia bem todas as pessoas que compunham a comissão e que talvez pudesse dar um direcionamento sobre a formação das duplas que iriam corrigir cada projeto; 4 – que era necessário estabelecer um prazo para a devolutiva das correção (que teria que ser de no máximo uma semana) para termos tempo de solicitar mais informações para as

iniciativas, caso necessário; 5 – necessário pensarmos na próxima etapa, ou seja, como seria a apresentação do seminários; 6 – novamente falou sobre a preocupação sobre o selo. Respondi reforçando que do selo eu não tinha participado de nenhuma discussão, só fiquei sabendo dele quando li no edital. Conselheiro B então responde, feliz com o número de iniciativas inscritas, e avisa que está sobrecarregado com atividades e que está se “desconectando dessa atribuição previa do grupo de trabalho Faróis, [pois] eu não vou conseguir acompanhar como eu gostaria”, solicita que eu faça uma planilha simples e coloque no *Google Drive* (uma planilha constando o título da iniciativa, nome da organização, tema central, bem como espaço para que os avaliadores escolham quais iniciativas eles gostariam de avaliar) pois, segundo ele, assim as pessoas poderiam escolher de acordo com a área que elas entendem mais já que ele não se sentia à vontade de definir as duplas. Então, ele diz que arrumaria um tempo e já marcaria a 1ª reunião da comissão e faz a sugestão que na própria reunião fossem debatidos os demais pontos (datas, prazos, como será feita a avaliação, estratégias e metodologias) pois, de acordo com sua fala, a comissão foi formada com esse propósito, “não teria sentido a gente formar uma comissão se a gente vai decidir tudo por eles”. Pede que eu lembre para a comissão todas as questões do edital (quadro de avaliação, prazos) para que eles consigam dar encaminhamento ao processo. Como relação ao selo, diz:

[...] quanto ao selo a gente pegou aquela questão que sempre falava, do selo verde e selo da APA, e não discutimos profundamente, acho que a comissão também tem autonomia para discutir isso, acho delicada a questão de dar selo para esse e não dar para outro,[...], mas é importante que o selo seja dado para projetos que estão em execução, projetos que já tenham uma história e não projetos que ainda vão acontecer, papel aceita tudo, um selo implica avaliar como aquele projeto se portou naquela região, ou como foi a aceitação, quais benefícios ele trouxe, que resultados ele tem. Então acho que a primeira premissa é que o selo não é dado para projetos que estão ainda no papel e com isso a gente se resguarda de várias questões futuras.

Conselheiro A responde que está triste com a saída do conselheiro B da comissão e que concorda com as colocações feitas. Sugere que a reunião com toda a comissão ocorra no dia seguinte, 10/11/2020, em qualquer horário. Conselheiro B envia e-mail para toda a comissão agendando a reunião para o dia 10/11/2020 às 18h30.

No mesmo dia 09/11/2020 envio no grupo de WhatsApp o *link* para a planilha no *Google drive* - com as iniciativas inscritas (título, organização e assunto central) e espaço para preenchimento do avaliador 1 e 2. Incluí na planilha o *link* para que os avaliadores já

conseguissem acessar o formulário de inscrição preenchido pela organização escolhida, visando que já pudessem fazer a correção.

O *link* para a planilha do *Google Drive* foi compartilhado com toda a comissão antes da reunião, com a intenção de que já tivessem uma visão de todas as iniciativas inscritas.

Assim, no dia 10/11/2020 às 18h30 ocorreu a primeira reunião da comissão avaliadora do seminário faróis da APABF. Dos 13 inscritos na comissão apenas cinco estavam presentes: eu e os Conselheiros A, F, H e K. Ausentes os Conselheiros: B, C, D, G, I, J, L e M. Durante a reunião que ocorreu via *Google Meeting* e durou aproximadamente 1 hora e 10 minutos, foi novamente lembrado que o seminário é um símbolo para comemoração dos 20 anos da criação da APA e 15 anos do conselho, trazendo um novo olhar para unidade, onde apesar de haver muitos problemas também é um território de muitas práticas exitosas. Dos pontos abordados na reunião destacaram-se: 1 – como o avaliador escolheria a iniciativa, implicações éticas de se escolher iniciativas que o avaliador possuía alguma relação (foi debatido, e ficou posto que o avaliador só escolheria avaliar uma iniciativa em que houvesse um distanciamento ético); 2 – se as avaliações poderiam ser realizadas em conjunto pelos dois avaliadores ou se cada um teria que realizar a sua individualmente (ficou acordado que seria individual); 3 – selo: como será emitido, serão somente para as iniciativas consolidadas?; será que temos profundidade para esse tipo de decisão com base simplesmente em um formulário preenchido? Dificuldade em visitar *in loco* devido à pandemia para verificar como a iniciativa escrita no papel era na prática e prazo muito curto para se avaliar com profundidade (ainda que fosse por reuniões virtuais com a iniciativa) sendo que o seminário estava previsto para dali pouco mais de um mês. Esses temas foram centrais e trouxeram o entendimento de que o seminário teria de ser postergado. Ainda assim, foi deliberado que se desse andamento com a correção das iniciativas com base nos critérios técnicos (detalhados abaixo) e que após a avaliação teríamos um melhor termômetro se era necessário a prorrogação ou se haviam iniciativas tão consolidadas que já poderiam ser reconhecidas. Ficou combinada uma nova reunião em uma semana. Foi enviado e-mail com a ata a todos integrantes da comissão e o *link* da reunião gravada, para que aqueles que não puderam participar, conseguissem assistir o que fora debatido e deliberado.

Figura 5 - Critérios de avaliação proposto na 1ª Reunião Comissão Edital Faróis

#	Cr�terios
1	Potencial de replica�o
2	Potencial de ganhar escala
3	Demonstra�o de mudan�a positiva no territ�rio decorrente da aplica�o da boa pr�tica (bem comum)
4	Incremento na efici�ncia na execu�o de uma a�o (efici�ncia)
5	Colabora�o para a melhoria da percep�o da sociedade frente �s a�es da APABF
6	Demonstra�o de melhoria da visibilidade institucional
7	Envolvimento de parcerias tendo em vista a diversidade dos atores (pactos sociais)
8	Pr�tica sistematizada
9	Contribui�o para a implementa�o do Plano de Manejo
10	Apresentar qualidade textual e fluxo l�gico do texto

Fonte: Dados do projeto (2020)

No dia 17/11/2020 às 18h30 ocorreu a segunda reunião da comissão avaliadora do seminário faróis da APABF. Dos 13 participantes da comissão estiveram presentes nove, sendo eu e os conselheiros: A, C, D, H, I, J, K e M. Ausente: B, F, G, e L. A reunião ocorreu via *Google Meeting* e durou aproximadamente 1 hora.

Nesta ocasião, algumas práticas já haviam sido avaliadas, boa parte dos participantes já tinham estudado a planilha com as inscri es, assim, os pontos centrais de discussão foram: 1 – Selo: o debate foi rico, muitos viram a importância do selo pelo aspecto motivacional. Houve uma certa tendência da opinião de que com base só na inscri o e no que estava posto no papel não era ideal premiar com um selo de boas práticas da APA. Houve voz destoante (conselheiro C achava certo exagero afirmar que com base em cr terios e formulários não se poderia premiar nenhuma inscri o) – e foi ouvido. Dentre as diversas sugestões dadas, destacam-se: a de fazer um novo edital, criar selo com prazo de validade, criar selo de participa o e fazer do seminário uma etapa do processo seletivo; 2 – Avalia es: distanciamento  tico (novamente houve muito questionamento sobre a  tica em se avaliar inscri es nas quais se tem rela o com o inscrito ou com a organiza o), alguns integrantes do grupo salientaram a necessidade de diretrizes e indicadores quantitativos para que os avaliadores fossem mero validadores e evitassem subjetividades. Delibera o final: Seminário prorrogado para 2021, em data a ser definida. Conselheiros comunicariam o Comitê Executivo e a Secretaria Executiva que a Comissão do seminário decidiu propor que a plenária do CONAPABF, de preferência em dezembro, deliberasse sobre o encaminhamento do processo de avalia o das inscri es e sobre a concessão do selo de boas práticas.

No dia 26/11/2020 o conselheiro A enviou áudio no grupo de WhatsApp informando que entendia que tínhamos que nos posicionar publicamente, com cada um dos inscritos, sobre a alteração do cronograma do seminário. No dia 27/11/2020, respondi sugerindo o texto dessa comunicação e que fosse enviada no e-mail indicado em cada inscrição. Ambos os conselheiros concordaram no mesmo dia.

Assim, no dia 28/11/2020, enviei e-mail aos inscritos com a seguinte mensagem:

Agradecemos sua inscrição. A comissão avaliadora do seminário está analisando os dados recebidos e deliberará com o conselho da APABF sobre as próximas etapas para completar a avaliação. Dessa forma, o seminário sofreu alteração de data e fica previsto para 2021. Tão logo o novo cronograma seja deliberado voltaremos a nos comunicar.

Já no dia 02/12/2020, houve a reunião virtual do Comitê Executivo da APABF, visando o planejamento da plenária do CONAPABF. Participaram dessa reunião os conselheiros A, B, F, J, N e O. Durante essa reunião, os conselheiros ratificaram que o seminário faria entrada na pauta de decisões da plenária e que haveria a deliberação sobre sua condução. Nessa ocasião, a introdução do assunto e das controvérsias identificadas durante reuniões da comissão do seminário foram expostas pelo conselheiro A, foram elas: 1- apesar das duas reuniões e dos direcionamentos dados para a comissão avaliadora, existem iniciativas que não foram escolhidas por nenhum avaliador; 2 – a comissão estava se sentindo pressionada pelo tempo, pois o cronograma estava bastante desafiador já que “a ideia não é fazer a toque de caixa [...] o objetivo é gerar um respaldo, gerar uma identidade em termos de representação desse território por meio dessas iniciativas”; 3 – vários avaliadores indicaram a necessidade de uma avaliação mais aprofundada, para além do que estava escrito na inscrição ou das fotos enviadas; 4 – a emissão do selo é problema central, há preocupação com a desvirtuação do uso do selo como forma de marketing inadequado, especialmente por organizações empresariais que poderão então afirmar que possuem um selo de boas práticas da APA.

Toda a reunião se desenvolveu por meio de um amplo debate sobre as controvérsias e como tratá-las para a deliberação na plenária. A intenção do comitê executivo foi de já levar os problemas para deliberação na plenária de forma encaminhada, ou seja, propondo alternativas de como solucionar. Após um profundo debate, que durou aproximadamente uma hora, e que será detalhadamente tratado na próxima seção, a controvérsia sobre o selo e os

critérios de avaliação, bem como outras controvérsias, foram amplamente abordadas e observadas por diversos atores, em alguns casos com posicionamentos distintos. E por meio do diálogo foi possível alcançar a seguinte deliberação final: o comitê executivo levará para deliberação do conselho da APABF, durante a plenária de dezembro, uma pauta sobre o seminário faróis que por sua vez deliberará sobre as seguintes propostas: 1- o seminário fica previsto para ocorrer ao longo de 2021; 2 - a comissão terá autonomia para deliberações sobre os critérios de avaliações, necessidade de aprofundamento das informações recebidas e consequente emissão do selo; 3 – só poderão receber selos de boas práticas iniciativas com histórico de execução no território, sendo assim, iniciativas inscritas mas ainda em fase de projeto serão desclassificadas; 4 - haverá reunião da comissão avaliadora, a ser agendada em data oportuna, com a participação do conselheiro O, na qual todos os integrantes serão orientados a avaliar as iniciativas inscritas e elaborar um parecer consistente de cada avaliação, fundamentado nos critérios de avaliações, 5 – o selo será emitido pelo CONAPABF com apoio da APA e não pelo ICMBio; 6- o selo será concedido exclusivamente para a iniciativa e não para a(s) organização(ões) que a apoiaram ou promoveram.

Dessa forma, em 18/12/2020, ao longo da plenária do CONAPABF, que ocorreu virtualmente, houve a deliberação com os conselheiros sobre a pauta do seminário dos faróis que foi encaminhada, deliberada e aprovada com a seguinte síntese em ata: “recebemos 24 inscrições que foram avaliadas. Necessidade de aprofundar as avaliações e adiar o seminário para acontecer entre maio e julho 2021. O selo será concedido apenas para iniciativas que estão acontecendo e tenham algum resultado. O selo será para a boa prática e não para a instituição responsável. O selo terá validade de 2 anos e é concedido pelo CONAPABF como um reconhecimento às iniciativas sustentáveis da Unidade de Conservação. O seminário deverá também acontecer a cada 2 anos. Sugere-se aprofundar a avaliação, através de entrevistas com os proponentes das iniciativas e também serão solicitados vídeos – tipo visitas guiadas para que a comissão de avaliação tenha mais elementos para avaliar cada prática”.

Nesta ocasião, encerrei minha participação no campo de pesquisa.

4.4 ANÁLISE DOS FÓRUNS: CONTROVÉRSIAS CENTRAIS

A observação participante, durante reuniões para realização do seminário dos faróis da APA da Baleia Franca, foi a estratégia de pesquisa de campo que escolhi para compreender

em que medida as reuniões e os procedimentos para realização do seminário “Faróis da APABF” expressavam uma administração que age para a democracia técnica no seu território.

Como visto no referencial teórico, a democracia técnica, que deriva do aporte teórico da teoria ator-rede, é descrita como uma alternativa para absorver as controvérsias geradas pelas incertezas e assim fundamentar bases para enriquecer a democracia representativa, por meio de estruturas que viabilizem e incentivem a colaboração efetiva e duradora entre cidadãos e especialistas.

Dessa forma, as controvérsias são também portas de entrada para essa análise, pois elas apontam quais foram as incertezas que os conselheiros do CONAPABF tiveram de tratar e buscar por uma decisão. Assim, por meio da observação de como foram debatidas (ou não) as controvérsias, quais foram as ferramentas utilizadas e como ocorreu a articulação de elementos foi possível aplicar a teoria ao campo de pesquisa, e através dos conceitos teóricos, avaliar, na prática, se favoreciam o aprimoramento da democracia no território.

Ao longo dos quatro meses em campo, foram várias as interações e reuniões com os conselheiros do CONAPABF e muitas foram as controvérsias examinadas. Por estarmos no ano de 2020, durante a pandemia do COVID-19, tais interações foram exclusivamente virtuais, devido ao isolamento social, sendo esse aspecto uma novidade – curiosamente até mesmo para uma teoria que em sua essência já aborda os impactos da ciência e da tecnologia no ator e na rede. Assim, até onde se pode verificar, os conceitos articulados nessa análise, ainda não haviam sido trabalhados em um campo de pesquisa exclusivamente virtual.

A leitura do edital de convocação para realização do seminário permite notar que as motivações do CONAPABF para realização do evento foram: 1- fortalecer a mobilização dos atores do território; 2 – construir uma base de memória das ações resultantes dos 15 anos de gestão do CONAPABF e dos 20 anos de criação da APA; 3 – promover e divulgar as iniciativas que já estão ocorrendo no território e que indiquem que, para além dos desafios e controvérsias, a APABF é espaço de soluções inovadoras que resultam em bem-estar socioambiental.

Então, o CONAPABF, por meio do edital de convocação ao seminário, indica ao público que está buscando dar “resposta às demandas por conhecimento e intercâmbio de experiências identificadas como Faróis, boas práticas a serem seguidas, nos mais variados temas que permeiam a gestão da unidade de conservação APABF e de seu entorno”. Tal afirmação já nos remete aos conceitos de translação – ou seja, “[...] movimentos dentro da rede, distribuídos em meio a uma infinidade de participantes, que se tornam indispensáveis

para que qualquer ação ocorra” (Braga e Suarez, 2018, p. 222) - e às noções de ação e controle à distância apresentadas pela TAR – descritos como móveis imutáveis – que, como explicam Alcadipani e Tureta (2009, p. 409) “são formas que possuem a capacidade de fixar o conhecimento e permitir que este seja disseminado além do seu ponto de origem.”. Assim, os móveis imutáveis, tendem a surgir após anos de um profundo processo de “tradução de informações de interesse” e têm a intenção de transformar algo outrora particular de um certo grupo em algo “imutável e móvel” que possa ser transportado para além de suas fronteiras iniciais e ainda assim mantendo seu formato.

Além disso, nos permite também notar que o conhecimento é entendido pelos gestores da APABF como um produto social e “[...] não algo gerado por meio da operação de um método científico privilegiado” ou ainda que o conhecimento é “[...] um efeito de uma rede de materiais heterogêneos”. (LAW, 1992, p. 2)

4.4.1 Controvérsias

Foram diversas as controvérsias verificadas ao longo da elaboração, publicação, recebimento de inscrições, constituição da comissão avaliadora e avaliação das inscrições do edital do seminário faróis – elas abarcaram questões menos complexas (como por exemplo: prorrogação de prazos, ferramentas de controle, preenchimento dos formulários e disputas da agenda dos participantes para algumas reuniões) até mais complexas, sendo essas consideradas centrais e destacadas a seguir: 1 – extemporaneidade na participação do ICMBio para condução, promoção e publicação do edital; 2 - os critérios para a emissão do selo de boas práticas do território da APA da Baleia Franca; 3 - os critérios de avaliação a serem aplicados pela comissão avaliadora nas inscrições recebidas.

Interessante observar que duas das controvérsias centrais se referem a critérios, ou seja, a incertezas sociotécnicas que, de acordo com a teoria proposta, podem ser deliberadas e decididas através de fóruns híbridos que promovem o debate entre especialistas e não especialistas - fortalecendo assim a democracia técnica. Recapitulando, de acordo com os autores, tais fóruns são espaços abertos e públicos onde um grupo composto por especialistas, leigos, técnicos e políticos tratam as controvérsias sociotécnicas por meio da discussão das opções técnicas relacionadas ao coletivo, avaliando-as interdisciplinarmente sob diversos aspectos e campos de conhecimentos. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).

Dessa forma, as reuniões para condução do seminário podem ser consideradas fóruns híbridos, já que, como descrito detalhadamente até aqui, atendem a tais requisitos.

Quanto a primeira controvérsia identificada, em grande parte, se relaciona às disputas de dominação e poder no campo político nacional. Assim, sua análise aprofundada nem sempre poderá ser abarcada pelo embasamento teórico e pelo escopo dessa dissertação. Por esse motivo, sua avaliação se restringirá aos aspectos sociotécnicos relacionados especificamente ao seminário.

4.4.1.1 Extemporaneidade na participação do ICMBio para condução, promoção e publicação do edital.

Essa controvérsia se fez presente desde a primeira reunião para elaboração do edital. A condução inicial das atividades foi feita exclusivamente por dois conselheiros do CONAPABF e pessoas por eles mobilizadas, sem envolvimento direto de integrantes do ICMBio. Entretanto, vale lembrar que a base estrutural do edital do seminário dos faróis se remete a de editais anteriores do ICMBio, que em anos progressos – 2014, 2016 e 2017 - havia promovido seminários para premiação de iniciativas inovadoras envolvendo todas as unidades de conservação do país, mas desde 2018 não realiza novo evento.

Durante os fóruns, houve falas de conselheiros que enfatizaram pontos como: “temos de fazer o edital nós mesmos, pois se formos esperar a participação do ICMBio poderá não acontecer”. Ou ainda, o Chefe da APABF “teria de estar presente nessa reunião e se manifestar também”.

O contexto pandêmico do ano é relevante aqui. Pois a APABF ficou sem o preenchimento do cargo de chefia, indicado pelo ICMBio, por alguns meses. E então, quando o ICMBio fez a definição, havia impossibilidade de reunir-se presencialmente, sendo necessário fazer todas as reuniões virtuais - o que, segundo um dos conselheiros, era um obstáculo para compreensão e mobilização das pessoas.

Fato é que o edital não foi publicado no site do ICMBio, que o seu representante no CONAPABF não participou das reuniões da comissão nos 4 meses que estive em campo e que o selo a ser emitido pelo seminário também não contará com o timbre do Instituto.

A análise dessa controvérsia conclui que não houve debate ou deliberação sobre o tema nos fóruns para realização do seminário - só menções e críticas esparsas – e, portanto, se distanciou da democracia técnica. Inclusive, mesmo quando houve fala afirmando que o selo

teria de ser emitido pelo CONAPABF, acatou-se a colocação. Na oportunidade, na reunião do 02/12/2020, não foi debatido, validado, comentado ou confrontado por nenhum conselheiro presente. Houve somente silêncio.

E resistência - resistência no sentido de que apesar de não contar com o apoio e participação do Instituto, o CONAPABF contornou à inação e construiu o seminário, articulando e mobilizando atores e contando com as ferramentas e com a rede que dispunham.

O processo de translação do seminário demonstrou na prática o que Law (1992, p.5) indicou na teoria, ou seja, que a ordem social é um processo precário, não sendo em definitivo estabilizado e finalizado. Demonstrando não haver uma ordem social cujo centro seja sólido, estável e único, mas sim ordens sociais, no plural. E resistências. O que não significou dizer que existam muitos centros de poderes com certa igualdade de atuação, mas sim “[...] que os efeitos do poder são gerados de maneira relacional e distribuída, e nada é lacrado. E que, para usar a linguagem da sociologia clássica, a ordenação (e seus efeitos, incluindo o poder) é contestável e muitas vezes contestada”.

É também possível aproximar essa controvérsia - e a ausência de debates ao se acatar que a emissão do selo não se daria por intermédio do ICMBio - do caso prático em Constitución no Chile, apresentado no referencial teórico. Já que a análise do caso brasileiro também identificou a dificuldade do fórum em ser ao mesmo tempo um espaço de diálogo técnico e um local de voz política para outras formas de reivindicações - que não são orientadas para alcançar acordos sociotécnicos. E que talvez um dos desafios dos fóruns híbridos seja ir além de responder de maneira democrática às incertezas e preocupações, mas também realmente participar da fabricação da incerteza. (Fariás, 2016)

Ou ainda, como no exemplo canadense da instalação da hidrelétrica *Site C*, apresentado no referencial teórico: “isso é motivo para se ter ambos, otimismo e cautela, ao antecipar os resultados dos fóruns participativos, particularmente quando emergem em torno de poderosas e centralizadas redes de atores [...]”. Pois apesar desses fóruns de fato terem “[...] potencial para o aprendizado coletivo e para transformações na rede de atores, disjunção e conflito provavelmente permanecerão [...]”. (DUSYK, 2011, p.880)

4.4.1.2 Os critérios para a emissão do selo de boas práticas para o território da APABF.

Essa controvérsia foi sem dúvida a mais expressiva com relação ao tempo de diálogo necessário para seu tratamento e deliberação.

Como já exposto, o selo foi incluído na versão final do edital, não presenciei ou participei de qualquer debate anterior a essa inclusão.

Já durante as reuniões da comissão, ficou nítido, pela quantidade de dúvidas e questionamentos quanto ao selo, que o ponto não havia sido aprofundado nem mesmo entre os conselheiros. As questões centrais eram:

- O selo será concedido para a organização que apoiava a iniciativa ou para a iniciativa em si?
- Há risco de o selo ser usado inadequadamente pelas organizações, em especial empresariais, como uma ação de marketing despropositada?
- Quem emitiria o selo: o CONAPABF ou o ICMBio?
- O selo terá prazo de validade? Se sim, haverá monitoramento da iniciativa para validação periódica do selo?

Durante a reunião do comitê executivo de 02 de dezembro de 2020, que visou pautar os encaminhamentos do seminário para a plenária do CONAPABF, o conselheiro B contextualizou a inclusão do selo no edital: “eu confesso que eu dei uma forçada no edital para colocar o selo, faz anos que a gente fala sobre isso, o plano de manejo fala sobre o selo e eu achei que fechava redondo com o edital, e que era o momento de iniciar [...]”.

Com relação à controvérsia sobre o selo ser usado de forma inadequada, em especial por organizações do tipo empresarial, o mesmo conselheiro afirma de forma contundente:

Eu não concordo em pensar que a empresa irá usar de maneira equivocada, ora, se nós estamos dizendo que a iniciativa daquela empresa é uma boa iniciativa e que ela é um farol a ser seguido por outros empreendedores, que receio é esse? Por que a empresa X com uma boa iniciativa não pode ser reconhecida e o pescador pode? Acho que a gente está politizando uma questão desnecessária, gente. Vamos tirar essa ideologia. [...]

E afirma ainda que, em sua visão, o selo é de fato uma ação de marketing, inclusive para a APA:

Sim, as empresas, as ONGs, as pessoas, vão usar sim como algo que comunique, e eu não consigo entender qual é o receio, porque a base da nossa iniciativa era exatamente essa: comunicar que nós não temos só problemas aqui, nós temos coisas boas acontecendo em vários setores que podem e devem ser copiadas pelo respectivo setor. Então eu estou com dificuldade de entender esse receio, esse medo,

de que A, B ou C possam fazer o uso do selo como marketing. Porque sim, é marketing, para a APA também. Essa é minha colocação.

Nesse momento, especificamente sobre esse ponto, o conselheiro O consente com o conselheiro B, dizendo: “Eu concordo com você, [...], eu acho que a gente não pode ter muito esse receio e nem politizar essas questões, só porque são parte da questão comercial e empresarial [...]”.

Ainda sobre esse ponto, o conselheiro F alegou que o fato de as iniciativas usarem o selo como forma de marketing “[...] é inerente a condição de participar, ao interesse de participar [...]” e que as iniciativas receberão o selo e poderão então utilizá-lo desde que suas práticas atendam aos critérios e a avaliação da comissão - sendo que essa última tem autonomia para “[...] dentro daquilo que ela está analisando tomar decisões, e decisões que devem ser evidentemente justificadas [...]”.

E então, o conselheiro A demonstra estar de acordo com os encaminhamentos anteriormente dados para o tema e reforça que sua preocupação era sobre “potenciais más utilizações” do selo e não ideológica:

[...] meu ponto não é não premiar uma empresa, de forma nenhuma, se ela tem uma boa prática evidenciada no território ela também é uma sinalizadora de que empresas como ela podem também seguir esse mesmo caminho, e isso tudo vai sendo incorporado, vai engrossando o caldo do território, então isso é bom, isso não é um problema [...]

E então, complementa e propõe que o selo deveria premiar “[...] a iniciativa, aquela prática [...]” e não uma organização que a está apoiando – já que essa depois poderá alegar ao público, de maneira vaga, que como organização recebeu um prêmio de boas práticas do CONAPABF. Essa fala dele contou com o apoio do conselheiro O, que disse:

Até ia comentar isso, ao invés do selo ir para a instituição, ele vai para o projeto, [...], a gente vai focar no projeto, porque daí desvincula da parte mais comercial e do marketing. O que eles vão poder dizer é que um projeto que eles apoiaram ganhou um selo do CONAPABF com o apoio da APA.

Logo na sequência o conselheiro J reafirma: “Perfeito, [...], é isso aí. É o projeto, não é a instituição. Lógico que a instituição vai se beneficiar desse projeto [...]”.

Já referente à controvérsia sobre quem iria emitir o selo, um dos participantes informou que a institucionalização do selo da APABF ainda não era uma ferramenta adotada pelo ICMBio, e, portanto, esse não poderia ser usado. Acredito que até pela falta de alternativas, essa fala não contou com nenhuma observação ou comentário de qualquer dos demais conselheiros e conselheiras.

Já referente à validade do selo, o conselheiro B manifestou que o conselho ainda não desenvolveu uma “estrutura ou base para monitorar ou reavaliar” o prazo que os selos seriam usados pelas iniciativas. Em seguida, ele sugere que uma alternativa seria adotar uma periodicidade para o selo, assim, se a periodicidade do seminário fosse anual, as práticas que receberam o selo no ano anterior teriam de se reinscrever no ano seguinte para fazer a renovação, sendo assim seria possível “pensar num selo com prazo de duração”.

Conselheiro F também argumenta que colocar um aspecto temporal no selo seria útil, já que essa ação representaria o compromisso de acompanhamento, de observar minimamente se as iniciativas estão reafirmando que” [...] se propõem a ser um farol de boa prática e se, evidentemente, estão assumindo um compromisso com relação a isso [...]”.

Ambas as falas não tiveram objeção de nenhum dos demais participantes.

A análise dessa controvérsia permite observar que os métodos deliberativos com efetivo debate entre os participantes são complexos, já que os integrantes do debate estão munidos de informações e são incentivados a discutir e a desafiar os elementos dados bem como a analisar as opiniões uns dos outros antes de chegar a uma decisão ou recomendação de ação.

É possível articular a análise dessa controvérsia com a avaliação dos fóruns híbridos na Noruega e no Reino Unido do referencial teórico. A exemplo do que ocorreu por lá, também aqui verifico que os fóruns híbridos envolveram um mecanismo mais dinâmico e democrático, pois aliaram ação e reflexão com o propósito de construir um projeto comum em torno de uma dada controvérsia. Bem como favorecem uma sólida base democrática, com um mecanismo reflexivo que estimula o diálogo e a troca de conhecimentos entre diferentes atores; sendo assim também uma interessante ferramenta metodológica baseada em evidências, que pode favorecer o surgimento de estratégias de ações e de parcerias dentro da comunidade e que poderão apoiar a promoção do desenvolvimento local. (AMILIEN; TOCCO; STRANDBAKKEN, 2019)

Agora, restava deliberar sobre os critérios para a avaliação das inscrições.

4.4.1.3 Os critérios de avaliação das inscrições.

A primeira versão *draft* do edital de convocação ao seminário trazia um quadro detalhado dos critérios de avaliação que seriam usados pela comissão avaliadora. Baseada nos editais anteriores do ICMBio e com a intenção de tornar pública e transparente a forma de avaliação das inscrições, para que ao fazer a inscrição o proponente soubesse como seria avaliado e por consequência já pudesse elaborar suas respostas ao questionário buscando aderência aos critérios de avaliação e, ao mesmo tempo, a comissão avaliadora já teria conhecimento e domínio dos critérios que deveria aplicar durante a avaliação.

Ocorre que, após a revisão do edital feita pelos conselheiros do CONAPABF - revisão essa que incluiu na redação do edital que as práticas selecionadas “[...] obterão o Selo de Boas Práticas da APA Baleia Franca” - foi dito que o parecer geral dos conselheiros sugeria “[...] simplificar. Necessário reescrever a parte que fala como será a avaliação. Está um pouco confuso”.

E, visando tal simplificação e premidos pelo tempo, já que a ideia inicial era de realizar o seminário ainda em 2020, optou-se por retirar os critérios de avaliação do edital e tratá-los num segundo momento, após o recebimento das inscrições, via deliberação da comissão avaliadora.

Findo o prazo e a prorrogação, o seminário recebeu 24 inscrições (detalhadas no apêndice B). Tais inscrições foram efetivadas por organizações - estatais, empresariais e da sociedade civil - bem como por pessoas físicas. Todos visando alcançar o reconhecimento previsto no edital, de que seus projetos e ações podem ser considerados como “iniciativas que promovem a inovação social e/ou tecnológica, com resultados positivos para o território, alinhadas com as diretrizes e ações do Plano de Manejo da Unidade, com potencial para serem replicadas”.

A amplitude das inscrições, que envolviam diversos assuntos, organizações e pessoas, trouxe para o CONAPABF e para a comissão avaliadora do seminário muita satisfação – já que indicavam um reconhecimento público do seminário e da APA – mas, concomitantemente, sublinhou a responsabilidade e competências exigidas para que o evento fosse bem organizado e conduzido. Evidenciando que as avaliações teriam de ser bastante criteriosas, para evitar o risco de premiação indevida, já que inclusive seriam consagradas com o Selo de Boas Práticas da APA da Baleia Franca.

Assim, logo na primeira reunião da comissão avaliadora do seminário, ocorrida no dia 10/11/2020 e detalhada em seção anterior, o debate foi intenso e demonstrou como vários avaliadores tinham incerteza sobre como agir, suas colocações indicavam controvérsias sobre os seguintes critérios:

- Ética – era melhor cada avaliador escolher uma inscrição que conhecia e, portanto, a entenderia para além das respostas do questionário ou isso poderia ser um grande risco de subjetividade e preferências?
- Data do seminário – era conveniente prorrogar para ter mais tempo de aprofundar as correções e manter qualidade no seminário ou mudanças de datas poderiam afetar a opinião pública quanto a credibilidade do evento?
- Avaliações – era relevante ter uma reunião virtual com as iniciativas pré-selecionados para que apresentassem e pudessem até ser questionadas ou o avaliador era um mero validador de critérios técnicos expressos pelos inscritos nos formulários de inscrições? Quais eram os critérios técnicos para a avaliação de cada pergunta do formulário? Quais deveriam ser os pré-requisitos para a emissão do selo?

Tais controvérsias foram tratadas pelo conselheiros já nessa primeira reunião da comissão, em 10/11/2020, o espaço foi de diálogo aberto, com manifestações dos conselheiros, e por meio do diálogo, chegou-se as seguintes definições: os avaliadores iriam escolher iniciativas as quais não tenham relação, visando assim preservar atitudes éticas na avaliação; a data do seminário possivelmente seria alterada, mas antes, todos se comprometiam a buscar fazer as correções e identificar se essa percepção de necessidade tanto de prorrogação quanto de ampliação da avaliação com reuniões virtuais seria mantida.

Ressalta-se que neste contexto, o conhecimento técnico foi buscado diversas vezes pelos integrantes da comissão. Assim, conselheiros com experiências prévias em instituições de ensino eram ouvidos e suas colocações foram solicitadas em várias ocasiões. Coube a um destes apresentar a sugestão de critérios de correção. Sua fala abaixo, foi acompanhada da imagem e apresentação dos critérios na tela:

Os critérios são guias para nós, enquanto comissão avaliadora, um guia comum. Apesar de serem 10 critérios, não precisamos identificar todos eles, mas ao ler a iniciativa podemos conseguir sublinhar quais critérios aquela iniciativa, na visão do avaliador, comporta. Ou seja, perceberemos se houve aderência, trazendo um entendimento mais qualificado e comum, tentando reduzir nosso subjetivismo [...]

Dessa forma, foi deliberado pelo grupo que na próxima reunião, que seria realizada na semana seguinte, os avaliadores já teriam escolhido as iniciativas e já teriam redigido o parecer de avaliação com base nos direcionamentos debatidos e nos critérios apresentados.

Já na reunião seguinte da comissão avaliadora, no dia 17/11/2020, foi possível notar, pela qualidade e quantidade de pareceres, que havia avaliadores que não estavam familiarizados com procedimentos de correção e avaliação e sentiam insegurança em agir. Tal percepção foi ratificada pela fala do conselheiro J durante a reunião do comitê executivo em 02/12/2020: “[...] duas pessoas vieram conversar comigo com dificuldade de entender como avaliava [...]”

Além disso, ao longo da segunda reunião da comissão avaliadora, todas as controvérsias centrais persistiam e ganhavam novos contornos com a participação de outros conselheiros que não estavam presentes na reunião da semana anterior. Novamente o diálogo foi respeitoso e intenso e chegou numa deliberação final: a comissão avaliadora entendia necessário que os próximos passos do seminário fossem deliberados num quórum amplo, durante a plenária do conselho.

Ou seja, a deliberação da comissão avaliadora absorveu as controvérsias e colocou as incertezas no centro do debate optando “pela decisão de não decidir, para ter tempo de explorar as opções possíveis” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 16).

Dessa forma, em 02/12/2020, foi realizada a reunião do Comitê executivo do CONAPABF, visando encaminhamento das pautas que ocorreriam na plenária do conselho - que foi realizada no dia 18/12/2020. Durante a deliberação, o comitê debateu as diversas controvérsias apresentadas nas reuniões da comissão avaliadora e, referente aos critérios de avaliação, destaca-se a seguinte articulação, iniciada pela fala do conselheiro J:

[...] como sugestão, nos critérios, eu vi que um ou outro avaliador teve dificuldade, é que os critérios eles estão muito bons, mas talvez essa questão de ter alguma coisa quantitativa, no sentido de por exemplo ter mudado a experiência [...] Então talvez, o que a gente pode exercitar, aproveitar para o futuro, não sei se caberia para esse seminário, é rever esses critérios, o que funciona muito bem, o que não funciona, e talvez incluir novos critérios, para ser um pouco mais – não que esteja subjetivo, não é isso, ele está bem formulado – mas incluir talvez alguns critérios que deixem mais claro para quem está avaliando. Porque duas pessoas vieram conversar comigo com dificuldade de entender como avaliava, então talvez essa questão da avaliação, para ficar mais claro para os avaliadores, se tiverem alguma dúvida, e talvez um ou outro

critério que indique que se a inscrição é um projeto e ainda não é uma prática, já estaria excluído de um selo, por exemplo [...] Talvez inserir mais um critério para justificar porque aquela iniciativa ou aquelas iniciativas não foram selecionadas, mas que no futuro elas poderão concorrer de novo quando elas avançarem em suas ações, enfim, também não exclui-las totalmente. Por que o que vai acontecer e a gente tem que se preparar, é isso, quem não for selecionado pode chegar a questionar o porquê aquele lá foi e eu não fui? Qual é o critério? Pode acontecer isso, a gente tem que estar bem embasado para se for o caso dar uma resposta.

E partindo dessa colocação do conselheiro J o conselheiro F complementou:

Eu queria pegar daqui onde você parou, é que eu entendo que essas questões que estão surgindo e que nos inquietam, porque se a gente inquestionavelmente considera a iniciativa positiva tem a contrapartida do quanto também pode uma precipitação ajudar no processo negativo em relação a unidade [de conservação] [...] Mas eu entendo que a comissão tem autonomia para dentro daquilo que ela está analisando tomar decisões, e decisões que devem ser evidentemente justificadas, no sentido de que se expandiu o tempo para a avaliação, em função do contexto, definir critérios como por exemplo projeto implementado e não implementado, talvez dentro desse item minimamente um processo de acompanhamento, mesmo que a gente exija ou condicione algum tipo de relatório atualizado dos empreendimentos [...]

Após tais falas outras se somaram, exemplificando e/ou validando o que foi dito anteriormente, e então o conselheiro B complementa: “todo o edital é para iniciativas, para projetos que estão acontecendo, se olhar os critérios ali é tudo para mostrar a questão do tempo, do envolvimento da comunidade, coisas que já aconteceram na linha do tempo [...]” e também complementada pelo conselheiro A “[...] nós temos que olhar só as iniciativas consolidadas, então mesmo aquelas que estão em curso, dependendo se elas estiverem num espaço muito curto de tempo, talvez mereça esperar um pouco mais até ela amadurecer, para aí sim a gente poder certificar [...]”

Então o conselheiro A retoma o ponto dos critérios, indicando que eles foram construídos de maneira participativa “[...] temos critérios, estabelecemos 10 critérios, que depois, na última hora, antes do edital ser publicado, nós tiramos os critérios, mas esses critérios para nossa avaliação são balizadores [...]”. E prossegue destacando a importância de que a comissão avaliadora esteja mais consciente e com maior compreensão do impacto da

qualidade dos pareceres que serão a devolutiva aos inscritos - tanto os classificados quanto os desclassificados. Logo, é necessário ter um parecer bem fundamentando:

[...]. Eu senti que o nosso grupo de avaliadores, ainda que com exceções, evidentemente, mas enquanto grupo não estava totalmente antenado e ligado no que deveria fazer. Então isso para mim também foi uma questão importante, porque alguns tinham dúvidas com relação aos critérios, foram falados de outros critérios também, enfim, a coisa começou a derivar um pouco, sabe? Então, acho que a gente precisaria ter primeiro um compromisso do grupo avaliador, que realmente se está na comissão, vai fazer uma avaliação aprofundada, o que eu quero dizer é que vai emitir um parecer mesmo de avaliação baseado nos critérios comuns que já estabelecemos porque isso que será um balizador para podermos colocar ou não a iniciativa para receber o selo. Acho que dessa forma, isso pode ser feito sim, a gente consegue minimizar os problemas, a gente também vai poder ter a virtude de aperfeiçoar ao longo do tempo em uma próxima versão, aprendendo com eventuais erros. Lembrando que esse edital ele saiu de editais anteriores que o próprio ICMBio já tinha lançado, então a gente se baseou nele, então já há uma construção de conhecimento que vem sendo aperfeiçoado e que agora eu acho que a gente pode adaptar ainda mais com essas questões, mas a comissão tem que estar muito comprometida não só em avaliar mas em emitir o seu parecer para que isso tudo possa constituir um documento que depois a gente vai entregar para as iniciativas, tanto aquelas que forem receber o prêmio quanto aquelas que não vão receber.

Sobre esse ponto, o conselheiro O se manifesta disponibilizando-se a liderar esse pedido de comprometimento da comissão com as avaliações seguindo os critérios bem como com a emissão de parecer consistente. Tal apoio foi bem recebido pelo conselheiro A: “Eu acho que seria bom, e bem conveniente sim. Acho que seria importante para termos um grupo que vai realmente assumir, fazer a avaliação e emitir esse parecer”. E complementou afirmando “acho que construímos uma convergência com relação a esse assunto”, mas salientou que ainda estava faltando alinhar as questões práticas sobre como esses pontos seriam encaminhamentos na plenária: “se vamos propor um novo cronograma? Se vamos propor a reconfiguração da comissão? Ou seja, tem umas questões práticas que precisamos estabelecer”.

Nesse momento o conselheiro B indica seu parecer de encaminhamento: “minha sugestão seria de fazermos uma reunião antes da plenária com a comissão, junto com o conselheiro O, para alinhar essas questões, reforçando esse compromisso da comissão e a

gente traria para a plenária esses informes, cronograma[...]”. E salienta ainda que “[...] capacidade as pessoas têm para avaliar sim, elas não estão abandonadas, elas têm um referencial, tem critérios, a gente pode ir melhorando esses critérios, tanto agora, mas principalmente depois[...]”

Tal sugestão contou com a concordância explícita do conselheiro A “da minha parte eu estou satisfeito [...]” e do conselheiro O “ok [...]”, bem como a aceitação implícita dos demais conselheiros pois não manifestarem nenhuma oposição.

Dessa forma, o comitê executivo partiu das controvérsias sinalizadas pela comissão, e por meio do diálogo, chegou em um encaminhamento para a tomada de decisão. Tal encaminhamento foi deliberado e validado na íntegra durante a plenária do CONAPABF, ocorrida em 18/12/2020, conforme sintetizado na ata da plenária: “recebemos 24 inscrições que foram avaliadas. Necessidade de aprofundar as avaliações e adiar o seminário para acontecer entre maio e julho 2021. O selo será concedido apenas para iniciativas que estão acontecendo e tenham algum resultado. O selo será para a boa prática e não para a instituição responsável. O selo terá validade de 2 anos e é concedido pelo CONAPABF como um reconhecimento às iniciativas sustentáveis da Unidade de Conservação. O seminário deverá também acontecer a cada 2 anos. Sugere-se aprofundar a avaliação, através de entrevistas com os proponentes das iniciativas e também serão solicitados vídeos – tipo visitas guiadas para que a comissão de avaliação tenha mais elementos para avaliar cada prática.”

Assim, a análise das deliberações das duas últimas controvérsias apresentadas indica que a decisão da comissão avaliadora de ampliar a constituição do fórum híbrido - ou seja, de solicitar que o debate sobre os próximos passos para a realização do seminário ocorresse na plenária do CONAPABF - aconteceu após perceberem que ameaças incertas, ou seja, aquelas com avaliação imprecisa, referentes uma ou várias controvérsias, iriam ocorrer ao longo do tempo. A existência dessas controvérsias não foi vista de maneira simplista e reducionista – como batalhas ideológicas ou uma oportunidade de troca de ideias através da comunicação. Elas foram sim consideradas veículos poderosos na exploração de uma gama de mundos possíveis, ou seja, as controvérsias proporcionam uma articulação de elementos que favorecem o aprimoramento da democracia. E, apesar dessas incertezas, e de certa maneira até mesmo por causa delas, decisões tiveram de ser tomadas (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009).

Sendo esse mais um indício de uma administração mais democratizada - que, consciente de outros caminhos possíveis, como, por exemplo, mentir deliberadamente para

confundir a opinião pública, silenciar os que se expressam contrariamente ou ainda atuar através de respostas autoritárias - escolhe por democratizar o debate diante da incerteza.

Ao tomar esse caminho, num primeiro momento, optou-se “pela decisão de não decidir, para ter tempo de explorar as opções possíveis” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 16), e só então decidir de forma mais abrangente.

Neste caso brasileiro, assim como no canadense apresentado no referencial teórico, também se pode notar “o potencial dos fóruns híbridos para facilitar o aprendizado coletivo” além da transformação sociotécnica que derivam destes fóruns. (DUSYK, 2011, p.880)

A seguir, serão aplicados os seis critérios estabelecidos por Callon, Lascoumes e Barthe (2009) para verificar o grau de democracia técnica dos fóruns híbridos para realização do seminário Faróis da APA da Baleia Franca.

4.5 ANÁLISE DO GRAU DE DEMOCRÁCIA TÉCNICA DOS FÓRUNS

A observação participante ao longo de quatro meses de campo é a principal fonte de dados que apoia a avaliação a seguir.

Durante o período, foi possível interagir por mais de 10 horas em reuniões com os diversos atores que compõem o conselho e analisar seus comportamentos nos debates. Foi viável ainda verificar, no conjunto dessas interações, se existia aderências aos critérios de democracia técnica propostos por Callon, Lascoumes e Barthe (2009).

Tais critérios foram idealizados pelos autores para a construção de uma abordagem que regresse a organização dos fóruns híbridos. Assim, sugeriram que um fórum se inicie partindo de problemas encontrados pelos próprios atores sociais envolvidos e que ao longo do processo sejam feitos acompanhamentos buscando esclarecer as principais lições extraídas com base na experiência acumulada do diálogo.

Assim, resgatando diálogos detalhados e descritos nas seções anteriores bem como o aporte do referencial teórico, avaliei cada um dos seis critérios – denominados pelos autores como graus de democracia técnica - e coloquei o meu parecer sobre o motivo da recomendação de tal valor.

Os três primeiros critérios se referem ao grau de diálogo dos procedimentos, como segue:

Quadro 3 – Grau de diálogo dos fóruns para realização do seminário Faróis APABF

CRITÉRIO	VALOR (FORTE/FRACO)	PARECER
Intensidade: Grau de envolvimento precoce de leigos e especialista na exploração de mundos possíveis	FORTE	Desde a criação do edital, sua revisão até a avaliação das inscrições, os procedimentos adotados pelo CONAPABF permitiram a estreita colaboração entre “leigos” e especialistas na produção de conhecimento e na exploração de mundos possíveis.
Abertura: Grau de diversidade dos grupos consultados e de sua independência; Grau de controle de representatividade dos porta-vozes dos grupos envolvidos no debate	INTERMEDIÁRIO	A comissão avaliadora, a exemplo do CONAPABF, contou com representantes do setor público, de organizações da sociedade civil e de usuários do território – indicando a diversidade dos grupos consultados bem como suas posições independentes e autônomas. Observei que seus porta-vozes não exerciam controle quando outros atores do mesmo setor (ou de outros setores) se expressavam, sendo, nesse sentido, permitido e incentivado a redefinição de porta-vozes. Ponto de atenção: a comissão só tinha um membro externo ao conselho, essa pesquisadora.
Qualidade: Grau de seriedade da voz Grau de continuidade da voz	FORTE	É perceptível que os conselheiros já foram capacitados para o exercício do diálogo. Eles tendem a participar ativamente, e, de maneira geral, inserem seus argumentos, reivindicações e respondem às objeções com precisão e qualidade, de maneira duradoura. Logo, participam da composição do coletivo e são ouvidos e influenciam o debate.

Fonte: Elaborado pela autora

Enquanto os próximos três graus se referem à implementação dos procedimentos:

Quadro 4 – Grau de implementação dos procedimentos para realização do seminário Faróis APABF

CRITÉRIO	VALOR (ALTO/BAIXO)	PARECER
Igualdade de condições de acesso aos debates	INTERMEDIÁRIO	As vozes manifestadas eram ouvidas e podiam influenciar o debate. Entretanto, o conhecimento técnico para elaboração dos critérios de avaliação bem como para confecção de pareceres indicou um

		descompasso de capacitação entre os participantes da comissão. Sendo recomendável prepará-los para desempenhar essa atividade, visando inclusive ampliar e enriquecer o debate sobre os critérios de avaliação (especialmente para as próximas edições do seminário) evitando assim que fiquem restritos àqueles que já estão capacitados para essa atividade. Além disso, houve decisão de controvérsia sociotécnica relacionada à emissão do selo pelo ICMBio que, até onde pude avaliar, foi acatada sem qualquer debate.
Transparência e rastreabilidade de debates	ALTO	Editais, inscrições e demais dados foram revisados e/ou compartilhados na íntegra entre todos os conselheiros. As reuniões e plenárias foram gravadas e possuíam sistemática previamente acordada, agenda e ata sendo essas formas de acompanhar e rastrear as informações e também de organizar regras com relação as colocações de argumentos e contra-argumentos. Dessa forma, o procedimento e as diferentes ações eram colocados ao conhecimento de todos os participantes.
Clareza das regras de organização dos debates	ALTO	Os integrantes demonstram capacitação prévia ao diálogo e debate – e seguiam o rito de falar e ouvir com disposição e respeito. De maneira geral, evitavam deixar pontos obscuros e as decisões acordadas foram um compromisso firmado pelas diferentes partes envolvidas.

Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, ao analisar as reuniões e procedimentos adotados para realização do Seminário Faróis da APABF, concluo que, com base no referencial teórico deste estudo, tais reuniões podem ser classificadas como fóruns híbridos com considerável grau de democracia técnica, indicando que a administração que o CONAPABF desempenha age para a democratização da democracia do seu território.

Uma vez que os atores sociais, no período da análise, permaneceram conectados por uma estrutura relativamente estável e aberta, ou seja, um espaço aberto: “um espaço público que só pode funcionar se estiver equipado, organizado, estruturado e modelado para permitir a implementação de procedimentos dialógicos.” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 181)

Os processos utilizados nos fóruns para o seminário promoveram um debate organizado que tratou de incertezas sociotécnicas, propiciando a conscientização e a gestão dessas incertezas.

Possibilitando assim a aproximação com o que foi do exposto por Braga e Suares (2018, p.220) “a TAR surge como uma ontologia orientada ao objeto, cuja proposta é redefinir a sociologia a partir de uma sociologia das associações. Um dos principais objetivos da TAR é descobrir novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social.” E, ao mesmo tempo, dos autores (ALCADIPANI & TURETA, 2009, p. 418), os desenvolvimentos mais recentes da TAR fizeram com que ela se tornasse ainda mais atrativa aos estudos críticos em administração, pois “[...] reconhecem que as ordens estabelecidas não são inevitáveis e podem ser de outras maneiras [...]”.

Não obstante, possivelmente, nenhum procedimento será capaz de abarcar a complexidade de explorar e ao mesmo tempo articular toda a dinâmica de um diálogo democrático. Sendo, portanto, importante se desvincular de crenças em procedimentos e métodos definitivos, e assim manter a constante reflexão e debate sobre aqueles que estão vigentes – analisando se atendem a necessidade do momento ou se essa exige a criação de algo novo. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)

Importante lembrar que, de acordo com os autores, a efetividade de qualquer método deliberativo - incluindo os fóruns híbridos - está diretamente relacionada ao quão bem integrados esses processos estão às ações de tomadas de decisões políticas. Evitando-se assim a armadilha de se ter debates abertos e frutíferos que são simplesmente ignorados pelos tomadores de decisões. Já que a principal razão da existência de tais procedimentos é a capacidade de produzir gradativamente um mundo comum ou conhecido por aqueles que o compõem. E tal busca por um mundo comum tem de ser contínua, garantida por uma dinâmica e estrutura estável, que a sustente. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirada no aporte teórico que fundamentou as pesquisas empíricas desta dissertação, iniciei o campo de pesquisa com duas perguntas em mente: “O que nós sabemos? O que nós queremos saber?” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009, p. 21)

Naquele momento, eu sabia que a APA da Baleia Franca, por meio de seus conselheiros, vinha, reconhecidamente, desenvolvendo um tipo de gestão participativa no seu território. Sabia, ainda, que tal gestão, com uma história de 15 anos, investia no treinamento e capacitação de seus membros. (COSTA, 2019; DELFINO, 2017; ICMBIO, 2020)

Notava que sua atuação se vincula a uma forma de gestão bastante complexa – uma vez que equilibrar interesses econômicos, sociais e ambientais com o propósito de alcançar desenvolvimento sustentável é tarefa intrincada.

Reconhecia, assim, que seus conselheiros tendiam a possuir certa experiência na gestão e no encaminhamento de disputas sociotécnicas. Já que, apesar da complexidade dos temas, as decisões eram tomadas, como evidenciava a publicação do plano de manejo da unidade de conservação.

Conhecia também a história da criação da APABF, as leis que a regulamentavam e as bases da Constituição Federal de 1988, que trouxe os alicerces para posteriores regulamentações das unidades de conservação ambiental no país.

Havia lido teses e dissertações que apresentavam a gestão da APABF e abordavam sua governança.

Possuía, ainda, acesso facilitado a alguns de seus conselheiros - já que a UFSC e a UDESC são duas das 42 entidades que compõem o conselho da APABF.

Além disso, sabia que no ano de 2020 o conselho da APABF havia programado a realização de um evento, denominado Seminário Faróis da APABF, que visava identificar e premiar as iniciativas emblemáticas de desenvolvimento do território ao longo de sua história.

Participar da realização desse seminário era uma oportunidade de vivenciar uma ação de extensão universitária e um caminho para acessar uma síntese das principais disputas tratadas pela organização ao longo de sua existência, além de observar seus conselheiros em ação, agindo para a realização do evento.

Ao mesmo tempo, conhecia de maneira aprofundada os conceitos centrais da teoria ator-rede. Tal teoria começara a se desenvolver na década de 1980 - no contexto dos estudos da ciência, tecnologia e sociedade – e seguia sendo atualizada até os dias de hoje, sob a rubrica TAR e Depois (BRAGA; SUAREZ, 2018; ALCADIPANI; TURETA, 2009).

Havia, portanto, realizado a leitura dos estudos iniciais desta teoria, ou seja, as primeiras produções de Bruno Latour, Michel Callon e John Law, bem como de suas obras mais atuais, como o ensaio *Acting in an uncertain world*, ainda sem tradução no Brasil. Nesse ensaio Michel Callon e outros dois autores – Pierre Lascoumes e Yannick Barthe – descrevem a democracia técnica e os fóruns híbridos como alternativas para as tomadas de decisão de controvérsias sociotécnicas que envolvem considerável nível de incerteza. Em outras palavras, por meio dos fóruns híbridos é possível promover o diálogo e a troca de conhecimentos, entre especialistas e não especialistas, objetivando alcançar um mais amplo

entendimento científico, social e cultural das controvérsias, bem como indicar recomendações negociadas a respeito de ações e decisões debatidas pelo grupo em questão. Motivo pelo qual é descrita como democracia técnica. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009)

Sabia ainda que meu empenho central nesta dissertação era a busca de conhecimento científico, enriquecido por exemplos práticos e metodológicos que pudessem favorecer e ampliar a interlocução nas tomadas de decisões organizacionais. Visando incentivar o desenvolvimento de uma administração que promova a democracia técnica, por meio da deliberação entre os conhecimentos dos especialistas e dos não especialistas no tratamento de controvérsias sociotécnicas.

Assim, ao longo desse trabalho o que procurei investigar era se as reuniões e os diálogos para a realização do Seminário Faróis da APABF expressariam uma gestão que age para a democracia técnica no seu território.

Para encontrar essa resposta, ao longo de quatro meses de trabalho de campo, atuei como observadora participante das reuniões para realização do evento. Durante esse período, interagi virtualmente com os conselheiros da organização, e com base no aporte teórico utilizado analisei suas falas e ações para a realização do seminário, buscando a aproximação dos temas apresentados na teoria com a análise prática das interações com a organização.

Nas reuniões virtuais, os conselheiros trataram a respeito de três controvérsias centrais para a realização do evento. Duas dessas controvérsias estavam relacionadas às disputas sociotécnicas referentes aos critérios de avaliação e de emissão do selo do evento. Essas duas controvérsias oportunizaram observar que as reuniões para realização do seminário podem ser tipificadas como fóruns híbridos, já que se configuraram como espaços de discussão e negociação entre atores sociais heterogêneos que visaram a formulação deliberativa de normas técnicas e sociais que envolviam relevante nível de incerteza. Durante os encontros, essas duas controvérsias foram reconhecidas e debatidas, de maneira deliberativa entre todos os participantes, promovendo o diálogo e a troca de conhecimentos, obtendo-se um mais amplo entendimento científico, social e cultural destas, bem como chegando-se a recomendações negociadas sobre ações e decisões.

Entretanto, uma das controvérsias identificadas não pôde ser analisada de forma suficiente pela lente teórica proposta nesta dissertação, já que a decisão resultante do processo de controvérsia foi alcançada por meio de articulações e resistências sem qualquer diálogo e deliberação do grupo de conselheiros para a sua solução. Ou seja, ocorreu fora da dinâmica e dos acordos organizacionais observados dentro da comissão responsável pelo seminário. Por

este motivo, para dar conta dessa controvérsia, sugiro que futuras pesquisas possam propor uma readequação da teoria utilizada nesta dissertação, contemplando contribuições oriundas dos campos da sociologia e da ciência política. Especificamente, vislumbro uma articulação entre os fóruns híbridos e a democracia técnica com as estruturas de dominação e poder, que estão presentes nas relações organizacionais. Neste sentido, as complexas ações que envolvem a gestão de espaços colegiados entre atores da sociedade civil, do mercado e do Estado, permeados por controvérsias sociotécnicas, cuja natureza organizacional se caracteriza por certo grau de democracia técnica, não deixará de considerar os efeitos das relações de poder imbricadas nas suas ações.

Assim, concluo que as reuniões e os procedimentos para realização do Seminário Faróis da APABF, em grande medida, evidenciaram uma administração que age e promove a democracia técnica no seu território, respondendo dessa forma ao questionamento inicial dessa dissertação e alcançando também os objetivos propostos.

Aos conselheiros do CONAPABF, no que concerne a realização do evento, sugeri investimento na capacitação da comissão avaliadora para as correções e elaboração dos pareceres, o que poderá inclusive ampliar e enriquecer o debate sobre os critérios utilizados (especialmente para as próximas edições do seminário).

Dada as respostas alcançadas, entendo que este trabalho aporta contribuições práticas e teóricas, dentre as quais destaco: a gestão de controvérsias sociotécnicas no âmbito do CONAPABF e seu território; a articulação do conceito de democracia técnica com fóruns híbridos exclusivamente virtuais; assim como, as contribuições para o campo dos estudos organizacionais a respeito de temas relacionados aos processos de tomada de decisão em situações marcadas por controvérsias sociotécnicas decorrentes da multiplicidade de interesses e de conhecimentos (entre especialistas e não especialistas). Estando ainda ciente das limitações deste estudo, tais como: o fato de a organização analisada possuir características específicas e atípicas; as limitações impostas pelas ausências de encontros presenciais devido à pandemia; e possíveis vieses resultantes dos encaminhamentos propostos por esta pesquisadora.

REFERÊNCIAS

- ABELSON, J., FORES, G. P., EYLES, J., SMITH, P., MARTIN, E., & GAUVIN, F. P. (2003). **Deliberations about deliberative methods: issues in the design and evaluation of public participation processes**. *Social Science & Medicine* 57, pp. 239–251.
- ALCADIPANI, R., & HASSARD, J. (2009). **Actor Network Theory (and After) and Critical Management Studies: Contributions to the Politics of Organising**. XXXIII Encontro da ANPAD, (pp. 1-16). São Paulo.
- ALCADIPANI, R., & TURETA, C. (Setembro de 2009). **Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo**. *Cadernos EBAPE.BR*, pp. 406-418.
- AMILIEN, V., TOCCO, B., & STRANDBAKKEN, P. (24 de 07 de 2019). **At the heart of controversies. Hybrid forums as an experimental multi-actor tool to enhance sustainable practices in localized agro-food systems**. *British Food Journal*, pp. pp. 3151-3167.
- ANDION, C., SERVA, & M. (Dezembro de 2004). **Por uma visão positiva da sociedade civil organizada no Brasil**. *Revista Venezolana de Economia Social*, pp. 7-24.
- BALCÃO, Y., & CORDEIRO, L. (1971). **O Comportamento Humano na Empresa**. Rio de Janeiro: FGV.
- BARNARD, C. (1971). **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas.
- BARNEY, J. B., & HESTERLY, W. (2004). **Economia das organizações: entendendo a relação entre organizações e análise econômica**. Em S. Clegg, C. Hardy, & D. N. (Orgs.), *Handbook de estudos organizacionais* (pp. 131-179). São Paulo: Atlas.
- BOURDIEU, P. (1989). **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil SA.
- BRAGA, C., & SUAREZ, M. (Jun de 2018). **Teoria Ator-Rede: novas perspectivas e contribuições para os estudos de consumo**. *Cadernos EBAPE.BR*, pp. 218-231.
- BRASIL. (1988). Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Fonte: <https://www.senado.leg.br>: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_225_.asp
- BRASIL. (14 de 09 de 2000). **Decreto n. 9.027**, de 14 de setembro de 2000. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. Brasília, DF. Fonte: <http://www.planalto.gov.br>: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/Dnn9027.htm
- BRASIL. (19 de 7 de 2000). **Lei 9.985**, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/>: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm

BRASIL. (23 de 08 de 2002). **Decreto nº 4340** de 22 de Agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, Fonte: http://www.planalto.gov.br: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm

BRASIL. (30 de out. de 2014). Ministério Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria nº 116**, DE 27 de Outubro de 2014. Modifica a composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (Processo nº 02070.001804/2014-31). Brasília, DF: Diário Oficial da União.

CALLON, M. (02 de 05 de 1984). **Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay**. The Sociological Review, 32(1_suppl), pp. 196–233. doi:<https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1984.tb00113.x>

CALLON, M., LASCOUMES, P., & BARTHE, Y. (2009). **Acting in an Uncertain World: An Essay on Technical Democracy**. London: The MIT Press.

CANÇADO, A. C., TENÓRIO, F. G., & PEREIRA, J. R. (Setembro de 2011). **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais**. Cadernos Ebape.br, Rio de Janeiro, pp. 681-703.

CANÇADO, A. C., VILLELA, L. E., & SAUSEN, J. O. (20 de Dezembro de 2016). **Gestão social e gestão estratégica: reflexões sobre as diferenças e aproximações de conceitos**. Revista de Gestão Social e Ambiental, pp. 69-84.

COASE, R. H. (1937). **The nature of the firm**. Economica, v..4, pp. 386-405.

CONAPA. (17 de 10 de 2020). **Conapa Baleia Franca**. Fonte: Conselho Gestor da APA da Baleia Franca: <https://conapabaleiafranca.wordpress.com/as-entidades-conselheiras-2/>

COSTA, R. B. (2019). **Atributos da governança pública: o processo de elaboração do plano de manejo da APA da baleia franca**. Dissertação. Florianópolis.

CRESWELL, J. W. (2014). **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Penso.

DE PAULA, A. P. (Março de 2016). **Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo de Matizes Epistêmicas**. Caderno EBAPE.BR, pp. 24-46.

DELFINO, D. d. (2017). **Os valores da paisagem como instrumento de gestão territorial na área de proteção ambiental da baleia franca (Santa Catarina – Brasil)**. Tese de Doutorado. Florianópolis/Bellaterra.

DELLAGNELO, E. L., & MACHADO-DA-SILVA, C. L. (Setembro/Dezembro de 2000). **Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações?** O&S, pp. 19-33.

DUSYK, N. (2011). **Downstream Effects of a Hybrid Forum: The Case of the Site C Hydroelectric Dam in British Columbia, Canada.** *Annals of the Association of American Geographers*, pp. 873–881.

FARÍAS, I. (08 de 2016). **Devising hybrid forums. Technical democracy in a dangerous world.** *City*, pp. 549-562.

FAYOL, H. (1994). **Administração industrial e geral.** São Paulo: Atlas.

FELLS, M. J. (n.8 de v.6 de 2000). **Fayol stands the test of time.** *Journal of Management History*, pp. 345-360.

FORNAZIN, M., & JOIA, L. A. (01 de setembro-outubro de 2015). **Remontando a rede de atores na implantação de um sistema de informação em saúde.** *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 55. Fonte: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020150505>

FOUCAULT, M. (2002). **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes.

FRANÇA FILHO, G. C. (Dezembro de 2001). **Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva.** *Revista de desenvolvimento econômico*, Salvador, pp. 52-60.

ICMBIO. (05 de 04 de 2020). Fonte: **APA da Baleia Franca:** <https://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/>

ICMBIO, Instituto de Pesquisa Ecológica. (2014). **Gestores Empreendedores: Inovação na Gestão de Unidades de Conversação.** *Práticas Inovadoras na Gestão de Áreas Protegidas*, 1-96. Fonte: <https://www.icmbio.gov.br/praticasinovadoras/publicacoes-base.html>

LATOUR, B. (1994). **Jamais fomos modernos.** Rio de Janeiro: Editora 34 - Associada à Editora Nova Fronteira.

LAW, J. (1987). **The structure of sociotechnical engineering: a review of the new sociology of technology.** *The Sociological Review*, v. 35, n. 2, 404-425.

LAW, J. (1992). **Notes on the theory of the actor-networking: ordering, strategy and heterogeneity.** Centre for Science Studies, Lancaster University.

LAW, J. (1999). **After ANT: complexity, naming and topology.** The Editorial Board of *The Sociological Review*, pp. 1-14.

LE VELLY, R. (2017). **Sociologie des systèmes alimentaires alternatifs. Une promesse de différence.** Paris: Mines ParisTech.

MISOCZKY, M. C. (Agosto de 2003). **De abordagem de sistemas abertos à complexidade: algumas reflexões sobre seus limites para compreender processos de interação social.** *Cadernos EBAPE.BR*, pp. 1-17.

- MISOCZKY, M. C. (Outubro de 2006). **Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmica**. Cadernos EBAPE.BR, pp. 1-13.
- MISOCZKY, M. C., & VECCHIO, R. A. (2006). **Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar**. Cadernos EBAPE.BR, v. 4, n. 1, pp. 1-11.
- MORIN, E. (1991). **O Método**. Mira-Sintra: Gráfica Europam Ltda.
- OLIVEIRA, S. R., & PICCININI, V. C. (03 de 2009). **Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa**. Cadernos EBRAPÉ.BR. Fonte: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100007>
- ORWELL, G. (2021). **1984**. Jandira - SP: Principis.
- PEIXOTO, J., & MARQUES, R. (. (2003). **A Nova Sociologia Económica. Uma antologia**. Oeiras: Celta Editora.
- POLANYI, K. (2000). **A Grande Transformação**. Ed. Campus.
- PORTILHO, E. (2009). **Como se aprende? Estratégias, estilos e metacognição**. Rio de Janeiro: Wak Editora.
- POUPART, J., DESLAURIERS, J. P., GROULX, L. H., LAPERRIÈRE, A., MAYER, R., & PIRES, Á. (2008). **A Pesquisa Qualitativa, enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis - RJ: Editora Vozes.
- RAMOS, A. G. (1989). **A Nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- RAMOS, A. G. (2009). **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Editora Pontual LTDA EPP.
- ROWE, G., & FREWER, L. J. (2000). **Public Participation Methods: A Framework for Evaluation. Science, Technology, & Human Values**, pp. 3-29.
- ROWE, G., & FREWER, L. J. (2005). **A Typology of Public Engagement Mechanisms. Science, Technology, & Human Values**, pp. 251-290.
- RUBIÃO, A. (2018). **O sorteio na política: como os minipúblicos vêm transformando a democracia**. Opinião Publica [online], pp. pp.699-723.
- TAYLOR, F. W. (1995). **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Editora Atlas SA.
- TENÓRIO, F. G. (02 de 1990). **Tem Razão a Administração?** Revista de Administração Pública, pp. 24(2)5-9.

TURETA, C., & ALCADIPANI, R. (2009). **O objeto na análise organizacional: a Teoria Ator-Rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo**. Cad. EBAPE. BRv. 7, n. 1, pp. 50-70.

VIANNA, H. M. (2003). **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora.

APÊNDICE A – Edital para seleção de projeto para o I Seminário Faróis de Boas Práticas da APA da Baleia Franca

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

CONSELHO GESTOR DA APA DA BALEIA FRANCA

Edital para Seleção de Projetos para o
I Seminário Faróis de Boas Práticas do território da APA da Baleia Franca

“Uma forma de celebrar os 20 anos de criação da APA da Baleia Franca e os 15 anos do Conselho Gestor dessa Unidade de Conservação”

1. APRESENTAÇÃO

O conhecimento é uma das principais ferramentas de desenvolvimento organizacional e sua utilização em rede é elemento fundamental para impulsionar a inovação e aprimorar as relações sociais, em especial em organizações geograficamente descentralizadas.

Farol: “Espécie de torre, construída junto ao mar, encimada por um candeeiro móvel, ou projetor, para dar sinais de luz a aviões e embarcações como orientação durante a noite” (Dicionário da Língua Portuguesa)

Simbolismo do Farol: significa uma luz, uma direção a seguir, o caminho do bem comum que guia o homem na vida. Simboliza a luz que guia para o caminho seguro, para a direção certa, para o destino onde se pretende chegar.

A iniciativa deste edital é do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca e nasce em resposta às demandas por conhecimento e intercâmbio de experiências identificadas como Faróis, ou seja, boas práticas a serem seguidas, nos mais variados temas que permeiam a gestão da unidade de conservação APA da Baleia Franca (APABF) e de seu entorno, delimitado pelos nove territórios político-administrativos dos municípios que a compõe.

Neste sentido, sugere-se que para a apresentação de propostas, seja adotado os princípios da Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ ODS. Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Consideram-se como boas práticas as iniciativas que promovem a inovação social e/ou tecnológica, com resultados positivos para o território, alinhadas com as diretrizes e ações do Plano de Manejo da Unidade, com potencial para serem replicadas.

Tais como, por exemplo (porém não limitadas somente a estas):

- Experiências construtivas, projetos de urbanismo baseados em critérios sustentáveis de bioconstrução e/ou experiências imobiliárias com selos verdes/certificações (condomínios, vilas, residências etc.) que agregam valores socioambientais da APA da Baleia Franca;
- Experiências industriais que contemplem baixo impacto ambiental (planejamento, gestão, processos de transformação, distribuição, comercialização etc.);
- Produção de alimentos orgânicos, agroecológicos e de produtos da socio biodiversidade;
- Iniciativas voltadas para a gestão sustentável no uso de resíduos orgânicos e resíduos sólidos;
- Iniciativas de conservação do patrimônio imaterial artístico e cultural de comunidades tradicionais do território;
- Ação de gestores públicos, empresariais ou da sociedade civil que promovam impactos positivos no âmbito social, ambiental e/ou tecnológico para o território da APABF;
- Iniciativas de turismo de base comunitária e/ou roteiros integrados que promovam a paisagem e os atributos ambientais, econômicos, sociais e culturais da APABF.
- Atividades de parceiros do ICMBIO que promovam ações complementares à gestão da APABF e que visem a implementação de seu Plano de Manejo;

- Atuação de ONGs para a superação de conflitos/desafios sociais, econômicos e/ou ambientais, orientadas para a ampliação e o fortalecimento de vínculos sociais em relação ao território da APABF;
- Capacitações promovidas por professores e universidades com o objetivo de promover e/ou fortalecer o território da APABF e de seu Plano de Manejo;
- Atuação de movimentos sociais e/ou ambientais de líderes de comunidades, dentre outras ações.

Sabe-se que há diversas iniciativas/ boas práticas sendo implementadas nos nove municípios que compõem a unidade de conservação, cada qual com suas especificidades culturais, econômicas e ambientais, imersas em temáticas comuns, a exemplo da Agenda 2030. Entretanto, a pouca tradição em registrar, ou mesmo tornar públicas, experiências e práticas do cotidiano, somada à dispersão geográfica, dificultam o diálogo interno e externo, assim como o aprendizado institucional. Assim, a sistematização e, conseguinte, uso dessa informação será de grande valia para o planejamento e a gestão da unidade.

2. OBJETIVOS

- Valorizar as boas práticas econômicas, sociais e ambientais, que resultem em inovações sociais e/ou tecnológicas implementadas no território da APA da Baleia Franca e no seu entorno, alinhadas ao Plano de Manejo da Unidade, bem como valorizar as pessoas que se dedicaram a propor, executar, articular e conduzir estas mesmas iniciativas.
- Criar um selo de boas práticas para o território da APA da Baleia Franca.
- Mapear instituições signatárias da Agenda 2030/ODS.

3. PÚBLICO

Todas as partes interessadas dentro do território da APA da Baleia Franca e de seu entorno (pessoas jurídicas e pessoas físicas, movimentos, coletivos) delimitado pelos nove municípios.

4. POR QUE PARTICIPAR

Porque é uma oportunidade de trabalho em rede, para compartilhar experiências e aprendizados, fortalecer os pactos sociais no território e criar oportunidades de ampliar a escala de ação.

O processo de participação é uma forma de sistematizar tais práticas conduzindo uma construção de um fio lógico com foco no que produziu mudanças, potencializou benefícios e/ou resolveu problemas socioambientais no território. Cria-se também a possibilidade de divulgação de tais informações e conhecimentos em outros veículos de comunicação, ampliando assim o espectro de apoios por meio do estabelecimento de parcerias (técnicas, financeiras etc.).

5. PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO

5.1. Preencher o formulário eletrônico, (modelo descrito no Anexo I deste edital), seguindo as orientações do link: <https://forms.gle/ov5ptP6h96La64Zh6>

5.2. Ao final do preenchimento, você receberá uma resposta automática.

5.3. Posteriormente você receberá um e-mail da organização do Seminário informando que a sua inscrição foi aceita.

O formulário eletrônico contém campos destinados aos relatos das boas práticas, bem como informações que serão importantes para a organização do Seminário. Enfatiza-se que será avaliado o conteúdo descrito da boa prática proposta em relação aos critérios definidos abaixo.

Esclarecimentos:

- Poderão ser inscritas boas práticas resultantes de parcerias com outros atores envolvidos na implementação, porém a pessoa responsável pelo relato/descrição da boa prática precisa atuar necessariamente como um dos realizadores dela;
- Poderá ser inscrita a boa prática por qualquer pessoa atuante nos 9 municípios do território da APABF;
- Será necessário definir um único interlocutor junto à comissão organizadora do Seminário, no momento da inscrição;
- Não serão exigidos períodos de execução mínimos e/ou máximos de duração das boas práticas;

- Quando as boas práticas forem de autoria coletiva serão considerados somente os nomes dos integrantes incluídos no formulário, na sequência em que foram descritos;
- Poderão apresentar a boa prática no seminário somente as pessoas incluídas no formulário de inscrição;
- Poderão ser inscritas boas práticas que tenham sido iniciadas e/ou interrompidas precocemente por qualquer razão, desde que tenham alcançado resultados, ou seja, que os impactos e/ou melhorias decorrentes delas possam ser reconhecidas amplamente.

6. PRAZO PARA INSCRIÇÃO

Os interessados deverão proceder à submissão das boas práticas de acordo com o item anterior até o dia 01 de novembro de 2020.

7. PROCESSO DE SELEÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS

O processo seletivo será realizado pelo Comitê de Seleção, composto por membros do Grupo de Trabalho deste edital e por convidados. Serão selecionadas até 30 práticas para apresentação no I Seminário Faróis de Boas Práticas do território da Unidade de Conservação APA da Baleia Franca.

Cada prática será avaliada por pelo menos dois avaliadores que irão analisar e avaliar as respostas ao formulário de inscrição. Serão 20 questões que estão elencadas ao fim deste edital.

A nota final da iniciativa será a média das avaliações recebidas por pelo menos dois avaliadores.

8. DIVULGAÇÃO DE RESULTADO

A lista com as propostas selecionados será encaminhada por e-mail a todos os inscritos.

9. PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO

As 30 Boas Práticas selecionadas serão apresentadas no I Seminário Faróis de Boas Práticas do território da Unidade de Conservação APA da Baleia Franca que será realizado

virtualmente, em data a ser definida entre os dias 01/dez/2020 e 18/dez/2020 e obterão o Selo de Boas Práticas da APA Baleia Franca.

10. PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PRÁTICAS

As práticas selecionadas serão divulgadas em uma publicação (Revista), em data futura a ser definida após a realização do I Seminário Faróis de Boas Práticas do território da Unidade de Conservação APA da Baleia Franca.

11. CONTATO

Dúvidas e orientações gerais podem ser encaminhadas para o e-mail: faroisapabf@gmail.com

12. ORIENTAÇÕES GERAIS

As apresentações das boas práticas ocorrerão em uma plataforma virtual a ser definida (Google Meet, Skype, Zoom etc.), podendo suportar vários tipos de formatos (PowerPoint, fotografias, vídeos etc.) com o objetivo de descrever detalhadamente a boa prática abordada, com a finalidade de promover o diálogo e a construção coletiva do conhecimento entre os participantes.

Sugere-se que as apresentações das boas práticas contenham as seguintes etapas:

- a) Descrição do contexto de criação (Antecedentes)
- b) Desafios a serem inicialmente superados
- c) Objetivos (alvos) da ação realizada
- d) Atores envolvidos
- e) Referenciais teóricos ou práticos utilizados
- f) Metodologias (percursos) de desenvolvimento adotados para atingir os objetivos
- g) Descrição da boa prática (desenvolvimento)
- h) Redes de relacionamento nas quais estão inseridas a iniciativa (parcerias realizadas, acordos e/ou pactos)
- i) Impactos gerados ou percebidos após a implantação da boa prática (eficiência no uso de recursos, públicos atingidos, ganhos alcançados etc.)
- j) Capacidade de replicação da iniciativa

13. CRONOGRAMA*

Etapas	Data	2020		
		Out	Nov	Dez
Divulgação do Edital	01/10/20			
Inscrição das práticas	Até 01/11/20			
Confirmação das inscrições	Até 09/11/20			
Avaliação pelo Comitê de Seleção	10/11 à 20/11/20			
Divulgação das práticas selecionadas	Até 25/11/20			
I Seminário Faróis da APABF (VIRTUAL)	Entre 01/dez a 18/dez/2020 – data sujeita a mudança.			

* Todas as datas sujeitas a mudança.

ANEXO I**ROTEIRO DO FORMULÁRIO A SER PREENCHIDO NO GOOGLE DRIVE**

O formulário *google drive* não salva o preenchimento parcial. Sugerimos o preenchimento de cada item aqui nesse documento de texto e depois cole as respostas nos campos do formulário *google drive* para envio. <https://forms.gle/ov5ptP6h96La64Zh6>

Abaixo os itens do formulário de inscrição:

1. Unidade organizacional ou individual realizadora da boa prática:
 - _ Nome da Organização (se houver)
 - _ Município
2. Nome do responsável pelo preenchimento:
3. E-mail do responsável pelo preenchimento:
4. Realizadores

Comentário: Quem atuou na realização da iniciativa. Nome completo dos atores e parceiros (internos e externos) e instituição. Ex.: João Almeida; Associação de Moradores de Garopaba, Júlio Almeida – liderança comunitária da praia da Gamboa, Regina Helena - Condomínio Rio Vermelho etc.

5. Título da boa prática

6. Período de realização

Comentário: mês/ano à mês/ano (ou em andamento)

7. Contextualização dos problemas ou desafios que levaram a realização da boa prática.

Comentário: Realidade sob a qual se desenvolveram as ações descritas e a situação em que se pretendeu intervir, ou seja, os problemas abordados.

8. Objetivos da boa prática

9. Descreva como a boa prática foi desenvolvida

Comentário: Como foi construída? Qual foi a atuação dos parceiros? Quais foram as fontes de recursos e insumos utilizados?

10. Você considera que essa boa prática pode ser replicada? Quais os desafios? Dê sugestões sobre como replicar?

11. Como você avalia que a boa prática apresentada poderia ser aprimorada para a aplicação em outros territórios?

12. Quais foram os resultados alcançados? Quais foram as mudanças socioambientais positivas (percebidas) em decorrência da boa prática?

13. A aplicação da boa prática melhorou a eficiência de uma ação ou processo específico? Como?

14. A boa prática colaborou para melhoria da relação com entorno e/ou os usuários/beneficiários? Como?

15. A boa prática ampliou e/ou fortaleceu o envolvimento de parcerias?

Comentário – Ex.: Associações locais, conselho gestores, universidades, governos locais, empresas, ONG etc.

16. A boa prática promoveu melhoria da visibilidade institucional? Como?

17. Como a boa prática contribuiu para a implementação do Plano de Manejo?

18. Foi desenvolvida alguma sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação? Como?

19. Quais foram os aprendizados decorrentes da realização da boa prática?
20. Indique com qual (is) ODS a sua prática colabora?
21. Envie pelo menos 05 fotos para o e-mail faroisapabf@gmail.com. Nomeadas com o “título da prática” idêntico ao preenchido no formulário

APÊNDICE B – Inventário das iniciativas inscritas no seminário faróis da APABF

A seguir, relaciono as 24 inscrições recebidas pelo Edital para Seleção de Projetos para o I Seminário Faróis de Boas Práticas do território da APA da Baleia Franca. Tais inscrições serão futuramente avaliadas pela comissão e poderão ser reconhecidas como faróis do território.

O número de inscrições, a diversidade de temas e de atores que pleiteiam esse reconhecimento enriqueceram os debates e trouxeram satisfação àqueles que, como eu, participaram ativamente dessa empreitada.

Assim, abaixo estão relacionadas proposições de organizações empresariais, da sociedade civil, estatais e de pessoas físicas. Os temas centrais abrangem, mas não se restringem, a: turismo, preservação do meio ambiente, alimentos agroecológicos, gestão socioambiental e desenvolvimento sustentável. A variedade de assuntos e de inscritos inspiram a continuação das ações e denotam, ainda que incipientemente, o grau de democracia técnica que a gestão da unidade de conservação e seu território acessaram.

Quadro 5 – Iniciativas inscritas no edital do seminário Faróis APABF

nº	Título da inscrição	Inscrita por	Assunto Central
1	Conscientização e envolvimento de estabelecimentos comerciais para a destinação de resíduos sólidos	Jogue Limpo Praia do Rosa - Imbituba	Destinação de Resíduos
2	Grupo Barra Unida	Grupo Barra Unida _ Município: Praia da Barra de Ibiraquera, Imbituba, SC	Preservação meio ambiente
3	Centro de Interpretação Sambaquis	Indio de Azevedo Vignes	Sambaquis
4	Lagoas do Sul - Turismo de Conservação de Base Comunitária com Participação de Eco voluntários	Instituto Ekko Brasil - Florianópolis	Turismo de conservação de base comunitária
5	Projeto Costa Butiá	SCPAR Porto de Imbituba – Imbituba	Artesanato com a palha do butiá
6	Células de Consumidores Responsáveis - CCR	Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF)	Alimentos agroecológicos
7	Turismo Rural de Base Comunitária	ADTC – Associação Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (Garopaba –	Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade

		Paulo Lopes- Imbituba)	Cultural e Turismo de base Comunitária.
8	Agrofloresta regenerativa e alimentos da socio biodiversidade	Sítio Floresta de Quintal	Preservação meio ambiente, Alimentos agroecológicos, Turismo de conservação
9	Monitoramento Mirim Costeiro	Instituto Monitoramento Mirim Costeiro – Garopaba/SC	Conscientização sociocultural e ambiental infantil.
10	Arquitetura e Urbanismo Sustentável – um eterno aprendizado	SURFLAND Brasil Garopaba	Turismo hoteleiro sustentável
11	#Partiutrilha	Trilha Ecoturismo / Imbituba	Condutores Ambientais Locais
12	Monitoramento da qualidade das águas da Bacia do Rio da Madre (SC)	Laboratório de Biogeoquímica Marinha da UFSC, Florianópolis	Susceptibilidade ambiental frente à urbanização e à agricultura
13	Gestão da Reserva Mundial de Surfe Guarda do Embaú	Comitê Gestor da Reserva Mundial de Surfe Guarda do Embaú. Município da Palhoça, SC.	Gestão Socioambiental
14	Design de lugar por Bella Torquato	Bella Torquato, designer de lugar. Cidade de Imbituba.	Conectar as pessoas ao seu lugar de morada.
15	Criar, reciclar, educar e preservar	Pró-CREP (criar, reciclar, educar e preservar)	Destinação de Resíduos
16	Fórum de Pesca do Complexo Lagunar Sul	Programa de Extensão da UDESC de Laguna/SC	Pesca artesanal
17	Programa de Sensibilização e Educação Ambiental Prof. José Lutzenberger - Mostra Lutz	Fundação Gaia - Legado Lutzenberger Município de Garopaba	Conscientização ambiental
18	Grupos de compras da UDESC Laguna	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - Campus Laguna	Agro biodiversidade de Laguna e região
19	Captura incidental de elasmobrânquios pela pesca artesanal de emalhe na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca: subsídios para uma gestão participativa	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL) – Itajaí/SC; Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Laguna/SC	Captura incidental de elasmobrânquios
20	Estudos da biodiversidade de peixes em ecossistemas costeiros inseridos no território da APABF: Integrando conhecimento científico com os saberes das comunidades locais.	Laboratório de Ecologia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - Município: Laguna/SC	Gestão Socioambiental
21	Feira da mandioca de Imbituba	ACORDI - Associação comunitária rural de Imbituba	Desenvolvimento sustentável.
22	Rota de engajamento para a transformação de pessoas, empresas	Instituto Route Brasil	Preservação meio ambiente

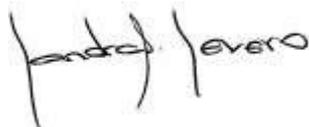
	e governos em busca da neutralização do impacto do nosso consumo.		
23	Caminhos do Sertão Ciclo Turismo - Rota da Baleia Franca	Caminhos do Sertão Ciclo Turismo - Rota da Baleia Franca	Ciclo Turismo
24	Escola social de natação, surf e preservação guarda do Embaú (escolinha do professor madeira)	Escola Social de Natação, Surf e Preservação Guarda do Embaú (Escolinha do Professor Madeira) Município da Palhoça, SC.	Natação (anti-afogamento)

Fonte: Elaborado pela autora - dados da pesquisa (2020)

ANEXO A – Declaração de autorização de coleta e análise de dados

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins acadêmicos de realização de dissertação de mestrado em Administração na Universidade Federal de Santa Catarina, que a pesquisadora **Thaís Cristina Felipelli Vaquero**, está autorizada a coletar e analisar informações colhidas por meio de sua participação na comissão do 1º Seminário Faróis da APA da Baleia Franca.



Sandra Antunes Severo
Secretaria Executiva do CONAPA Baleia Franca Coordenadora
da Comissão Organizadora do Seminário Faróis da APABF

Florianópolis, 05 de julho de 2021.